



resenha

de política exterior do brasil

número 8. janeiro, fevereiro e março de 1976

1. geisel: nossa diplomacia é instrumento de progresso e segurança
2. itaipu, exemplo de trabalho conjunto
3. a visita do chanceler francês, jean sauvagnargues
4. kissinger afirma que o brasil desponta como potência
5. sentimento brasileiro repudia a discriminação racial
6. comissão mista fortalece laços com os senegaleses
7. itamaraty recebe a primeira missão da guiné-bissau
8. contatos com outros países não afetam relações brasil-américa latina
9. a visão que tem o brasil de seu lugar no mundo

ministério das relações exteriores



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

"Não faltou justa referência às realizações da diplomacia brasileira que, em 1975, dentro de uma política de pragmatismo responsável, alcançou a assinatura de transcendente acordo com a República Federal da Alemanha para o desenvolvimento da energia nuclear; consolidou, em importantes atos firmados, nossas relações de amizade, comércio e assistência recíproca com as Repúblicas do Paraguai, Uruguai e Bolívia,- e, do outro lado do Atlântico Sul, estreitou laços de entendimento com as nações africanas, em particular com as novas nações de língua portuguesa.

Em paz, tranqüilidade e ordem viveu o povo brasileiro o ano de 1975 — o que, para muitos países do mundo, representa afinal como que algo já perdido. E, ainda, cresceu em riqueza e cresceu em determinação e vigor, retemperando energias e mobilizando resistências para prosseguir em marcha ascensional para seus altos destinos."

Ernesto Geisel, Mensagem ao
Congresso Nacional, 1976, Introdução.

síntese

1. Em sua Mensagem ao Congresso Nacional, na abertura da Sessão Legislativa de 1976, o Presidente Ernesto Geisel assinala que nossa diplomacia é um instrumento dos objetivos nacionais básicos do desenvolvimento e da segurança. **Afirma** que, para os países de grande potencialidade e projeção externa, como o Brasil, a complexidade do quadro internacional constitui um desafio de presença e não de isolamento. Fala, por isso, da necessidade imprescindível de se ter uma diplomacia moderna, ágil, dinâmica e eficiente, adequada aos princípios e realidades que condicionam a defesa dos interesses nacionais. O Presidente da República traça o roteiro da atividade diplomática brasileira em 1975, dando ênfase à crise econômica internacional, que continua sendo um sério obstáculo para o esforço de crescimento e de elevação do padrão de vida dos países em desenvolvimento. Página 7.

2. O Presidente Ernesto Geisel, no encontro que manteve, em março de 1976, com o Presidente paraguaio, Alfredo Stroessner, refere-se à empresa energética de Itaipu como "um belo exemplo do que podem realizar paraguaios e brasileiros unidos para um fim comum". Geisel acha que o crescimento econômico não responde, por si só, às exigências inalienáveis do bem comum, motivo pelo qual o Brasil dedica os melhores esforços para que os dividendos do crescimento econômico se ajustem e correspondam às exigências da justiça social. Stroessner, em seu discurso, ressalta que "a participação conjunta de paraguaios e brasileiros é o exemplo significativo da vontade de nossas duas nações soberanas de construir e explorar, em comum e em igualdade de direitos, a maior hidrelétrica do mundo". Páginas 17 a 20.

3. A importância do entendimento e da cooperação recíproca entre Brasil e França, nos campos político, econômico, científico e cultural, é acentuada pelo Chanceler Azeredo da Silveira durante o banquete em homenagem ao Ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Jean Sauvagnargues,

que visitou o País em janeiro de 1976.

Para Silveira, brasileiros e franceses se identificam por coincidências profundas quanto às suas responsabilidades na preservação e na promoção dos valores fundamentais da civilização ocidental, uma vez que "o Brasil, como a França, tem vocação universalista e vê o próprio engrandecimento no quadro da prosperidade geral". Sauvagnargues manifesta seu desejo de que as relações entre os dois países sejam exemplares sob todos os aspectos. No encerramento dos trabalhos da primeira reunião da Grande Comissão de Competência Geral, criada pelo acordo firmado por Silveira e Sauvagnargues, em outubro de 1975, o Chanceler brasileiro chama atenção para os resultados positivos dos contatos da Missão francesa no Brasil, da qual fez parte, também, o Ministro do Comércio Exterior da França, Raymond Barre. Páginas 25 a 32.

4. Logo após desembarcar em Brasília, o Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, declara que "o Brasil é um país importante, que está despontando como uma potência mundial". O Chanceler Azeredo da Silveira, no banquete que ofereceu a Kissinger no mesmo dia de sua chegada, salienta que o Memorandum de Entendimento, assinado por ele e pelo Secretário de Estado norte-americano, formaliza um sistema de consultas políticas periódicas, na linha do que já vem sendo posto em prática nos últimos dois anos. Kissinger, por sua vez, sublinha o propósito comum das duas nações em construir uma nova ordem internacional de paz e garantir justiça e prosperidade para todos os povos. Silveira, na assinatura do Memorandum, pondera que "o Brasil é um país que tem voz própria, que acredita na sua voz própria, mas que sempre manteve um sentimento de amizade cordial para com os Estados Unidos da América e que pretende que este sentimento seja o principal alicerce de seu relacionamento". Páginas 35 a 49.

5. "O Brasil não só repudia todas as formas de discriminação racial como também tem contribuído de maneira ativa para que

a comunidade internacional coopere objetiva e eficazmente no propósito de fechar esse capítulo penoso e arcaico das relações entre os povos", assevera o Chanceler Azeredo da Silveira na solenidade de comemoração do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Djaci Falcão, discursando nessa solenidade, lembra que "a civilização brasileira — caracterizada por um admirável processo de miscigenação — é um paradigma dos sentimentos de respeito e de amizade aos povos irmãos, sem distinção de raça". Página 57.

6. Durante a instalação da Comissão Mista de Cooperação Brasil-Senegal, o Chanceler Azeredo da Silveira afirma que essa Comissão prestará inestimável serviço à causa da aproximação entre os dois povos, aprofundando o exame das oportunidades de crescimento do intercâmbio comercial recíproco. O Ministro senegalês do Desenvolvimento Industrial e do Meio Ambiente, Louis Alexandrenne, invoca a situação comum de países do Terceiro Mundo e a semelhança das condições climáticas como motivos que convidam o Brasil e o Senegal a reforçarem sua cooperação. Página 63.

7. Ao condecorar com a Ordem do Rio-Branco os membros da primeira Missão da Guiné-Bissau em visita ao Brasil, o Chanceler Azeredo da Silveira destaca que a vinda dessa comitiva guineense inaugura uma nova etapa nas relações entre os dois países, ou seja, a etapa da cooperação concreta em todos os setores, com a única condição do assentimento mútuo. Essa cooperação, garante Silveira, estará inspirada numa sólida consciência das inúmeras afinidades que unem

os dois povos e na admiração dos brasileiros pela tenacidade com que a nação guineense lutou para a conquista da sua independência. Em nome dos visitantes, o Comissário sem Pasta José Araújo diz que a cooperação Brasília-Bissau poderá tornar-se um modelo para outros países em busca de um intercâmbio equilibrado no plano econômico-social. Páginas 67 a 70.

8. As relações do Brasil com a América Latina não são afetadas pela forma e a intensidade de nossos contatos com outros países, esclarece o Chanceler Azeredo da Silveira, em entrevista concedida a uma agência de notícias. Observa, ainda, que a nova modalidade de relacionamento com os Estados Unidos da América — consubstanciada no Memorandum de Entendimento firmado em Brasília durante a visita de Kissinger — nada tem a ver com o papel que o Brasil desempenha dentro da comunidade latino-americana, que é o cenário principal das relações externas brasileiras. Silveira, na entrevista à agência, analisa o significado da expressão "relações especiais" do Brasil com os Estados Unidos da América. Página 71.

9. O Brasil se sente parte do Mundo Ocidental; vê-se como um país em desenvolvimento, aspirante a uma ordem econômica internacional mais equânime,- é um país de vocação pacífica, imune a ambições de expansionismo ou de hegemonia,- acredita na cooperação, favorece o diálogo e se considera intimamente ligado aos seus vizinhos de aquém e de além-mar, uma ligação que o Presidente Ernesto Geisel faz questão de acentuar como diretriz de seu Governo. Essas são colocações feitas pelo Chanceler Azeredo da Silveira na conferência que proferiu, no Rio de Janeiro, sobre o tema **A Visão que Tem o Brasil de seu Lugar no Mundo**. Página 73.

geisel: nossa diplomacia é instrumento de progresso e segurança

Trecho sobre política
externa, extraído da
Mensagem do Presidente

Ernesto Geisel ao Congresso Nacional, na abertura da Sessão Legislativa, em 1.º de março de 1976

"A política externa do Brasil é decorrência dos princípios que presidem, no plano interno, às realizações do Governo e, na sua condução, atém-se a diplomacia brasileira aos objetivos nacionais básicos do desenvolvimento e da segurança.

Para o Brasil, os valores da civilização ocidental são fundamentais: a própria cultura nacional é integrante dessa civilização, para cujo enriquecimento material e espiritual tem o povo brasileiro contribuído. Assim, a ação externa do Brasil projeta, necessariamente, esses mesmos valores no plano internacional, com toda a riqueza que encerram.

A política externa não se exerce num plano abstrato: ela se dirige à realidade determinada, o universo das nações.

Para países de grandes potencialidades e projeção externa, como o Brasil, essa complexidade do quadro internacional é um desafio de presença, não de isolamento. O contato, a participação, o diálogo ensejarão ao País maiores possibilidades de atendimento aos interesses nacionais, enquanto o isolamento estiola a capacidade de atuar e de influir, seja no campo bilateral seja no da ação multilateral.

Daí a necessidade imprescindível de uma diplomacia moderna, ágil, dinâmica e eficiente, ajustada a tais princípios e realidades, que enformam e condicionam a defesa dos interesses nacionais.

Atravessa o Brasil, nas suas relações internacionais, uma fase de transição. As superpotências vêm procurando encontrar áreas específicas de convergência, num processo que, um tanto simplificado, se vem caracterizando como de distensão. Uma das conseqüências do processo é a abertura para um sistema de poder menos bipolarizado, que torne possível o relaxamento dos alinhamentos automáticos do pós-guerra. A recusa ao automatismo dos alinhamentos não significa, porém, o abandono dos valores tidos em comum com outras nações. Significa, apenas, que a liberdade de ação, na esfera internacional, deve ser condicionada pelo interesse nacional.

A crise econômica mundial continua a constituir sério empecilho para o esforço de crescimento e elevação do padrão de vida dos países em desenvolvimento. Entretanto, a agravação dos problemas avivou a consciência da interdependência crescente nas relações econômicas internacionais. Deve-se explorar a forma criadora da interdependência, na superação das dificuldades do momento

e na busca da solidariedade económica internacional. A interdependência, contudo, não deve ser entendida como entrave ou restrição à soberana capacidade decisória dos Estados. Será, antes, consequência necessária das independências nacionais e não fórmula substitutiva de tais independências. Nesse sentido, pode-se falar numa interdependência horizontal, que substitua o conceito vertical, originado de estruturas coloniais.

as grandes linhas de atuação

O ano de **1975** assinalou-se por intensa atividade diplomática, nas linhas programáticas fixadas pelo Governo em março de **1974**.

No que diz respeito às relações com os países latino-americanos, destacam-se as visitas feitas pelo Chefe de Estado ao Uruguai e ao Paraguai, durante as quais foram firmados importantes acordos com as duas repúblicas vizinhas.

Em retribuição à visita que fez a Brasília o Chanceler peruano, o Chanceler brasileiro visitou oficialmente o Peru, ocasião em que foram firmados novos acordos entre os dois países. A reunião da Comissão Mista Brasil-Peru, realizada em Lima, deu novo impulso à cooperação económica entre os dois países. O Brasil recebeu a visita do Chanceler da Venezuela, com o qual foram examinados aspectos inéditos da cooperação bilateral. A visita ao Brasil do Chanceler argentino permitiu o exame conjunto de questões de interesse, nas relações bilaterais.

A cooperação entre o Brasil e a Bolívia foi incrementada com a vigência de créditos concedidos pelo Brasil para programas prioritários naquele país.

O Brasil reconheceu, no dia da independência, a nova República do Suriname e com ela estabeleceu relações diplomáticas.

O ano de 1975 viu, também, a adesão do Brasil ao Tratado da Antártida e o início de cooperação do Governo brasileiro com outros signatários desse Tratado.

No plano multilateral latino-america, destaca-se a assinatura do convênio constitutivo do Siste-

ma Económico Latino-Americano (SELA), para cuja formulação final o Brasil contribuiu construtivamente.

Durante o ano, o Governo procurou ativar as consultas com os Estados Unidos da América, tanto em assuntos bilaterais, quanto em assuntos multilaterais.

Quanto à África, foi acentuado o esforço no sentido de expandir as nossas relações com aquela área prioritária da atuação diplomática brasileira.

O Ministro das Relações Exteriores visitou a Costa do Marfim, com proveitosos resultados para o intercâmbio bilateral.

Visitaram o Brasil o Presidente do Gabão e os Chanceleres do Quênia, da Guiné-Bissau, do Lesotho e da Zâmbia.

As nossas relações com a maior parte dos países do Oriente Próximo continuaram a desenvolver-se. Por ocasião da visita a Brasília do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cote d'Ivoire, foram estabelecidas relações diplomáticas plenas com aquele país. Foi assinado o Acordo de Cooperação Económica e Técnica com a Arábia Saudita. Outros importantes documentos foram concluídos por Missões brasileiras à Líbia e ao Irã.

O ano de 1975 assinalou-se por marcante aprofundamento nas relações com os países europeus ocidentais.

Durante a viagem à República Federal da Alemanha, foi assinado o Acordo de Cooperação para os Usos Pacíficos de Energia Nuclear. A visita serviu, também, para inaugurar consultas em nível político entre os dois Governos. As visitas a Londres, Paris e Roma tiveram o mesmo propósito de criar mecanismos de consulta intergovernamental, o que é indicativo do papel que o Brasil passou a desempenhar no cenário mundial.

Nessa ordem de ideias, foi importante a participação do Brasil na Conferência de Cooperação Económica Internacional, reunida em Paris, por convite do Presidente da França, onde passou a atuar de forma permanente nos Comitês de Energia e de Financiamento.

Em conferências e organismos internacionais, a participação do Brasil foi intensa. Merecem relevo a VII Sessão Especial e a XXX Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas e a ConfeVência das Nações Unidas sobre Direito do Mar.

Durante a VII Sessão Especial, a delegação do Brasil apresentou proposta sobre a negociação de acordo geral relacionado com o comércio entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, a qual foi passada à consideração do IV UNCTAD e da XXXI Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas.

questões de política externa: assuntos americanos

Em julho, atendendo a convite do Presidente da República Oriental do Uruguai, o Chefe do Governo visitou oficialmente a cidade de Rivera, sendo assinado, pelos Chanceleres do Brasil e do Uruguai, o mais amplo complexo de acordos de cooperação na história das relações entre dois países: Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, Protocolo de Expansão Comercial, Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, Convênio de Crédito para Aquisição de Bens de Capital Brasileiros, Convênio sobre Transporte Marítimo, Convênio sobre Transporte Fluvial e Lacustre e Acordos relativos ao financiamento brasileiro para a lavoura de trigo no Uruguai, interconexão elétrica, constituindo um grupo de trabalho binacional para estudar meios e modos de implementar a colaboração brasileira na construção da central hidrelétrica de Palmar, acordo pondo em vigor o acordo sobre a definitiva fixação da barra do Arroio Chuí e de seu limite lateral marítimo e acordo sobre obras de contenção do trecho final e da barra do Arroio Chuí.

Em dezembro, atendendo a convite do Presidente do Paraguai, o Chefe do Governo realizou visita oficial a Assunção, acompanhado pelos Ministros das Relações Exteriores, Exército, Fazenda, Transportes, Educação e Cultura, Minas e Energia e do Gabinete Militar da Presidência da República, ocasião marcada por importantes atos, entre os quais a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Brasil e o Paraguai, a assinatura do Protocolo Adicional **ao Tratado de Limi-**

tes, de 21 de maio de 1927, a entrega, a ambos os Governos, do Plano Diretor de Integração dos Sistemas de Transportes do Brasil e do Paraguai, elaborado pela Empresa Brasileira de Planejamento dos Transportes (GEIPOT), em decorrência do compromisso assumido pelo Governo brasileiro em 1974, e a assinatura, entre a Eletrobrás e a Itaipu Binacional, de contrato pelo qual a primeira concede recursos da ordem de Cr\$ 31,4 bilhões, a mais importante operação de financiamento já realizada por entidade brasileira.

A visita foi ainda marcada pela restituição, que pessoalmente fez o Chefe do Governo, do **Livro de Ouro**, relíquia da guerra do Paraguai, ao Governo daquele país.

Visitou oficialmente o Brasil, em setembro de 1975, o Chanceler da Argentina, tendo sido recebido em audiência especial pelo Presidente da República.

Com a adesão ao Tratado da Antártida, em 16 de maio de 1975, e com a incorporação do citado ato internacional ao Direito brasileiro, através de decreto de promulgação, o Brasil passou a ser titular dos direitos e obrigações previstos naquele instrumento, do qual participam atualmente 19 Estados.

O Ministro das Relações Exteriores chefiou a Delegação do Brasil à VII Reunião dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, realizada em Cochabamba, entre 26 e 29 de maio de 1975, que adotou decisões referentes a assuntos financeiros e de infra-estrutura física e, em especial, a questões de ordem institucional.

Com a Bolívia, assinala-se a conclusão das negociações sobre os termos e condições dos créditos concedidos àquele país, nos montantes de US\$ 10 milhões, para estudos de viabilidade técnica do acordo sobre o gás natural, e de US\$ 50 milhões, na forma de contribuição para a constituição do Fundo de Desenvolvimento Nacional da Bolívia. Outro ponto de importância é representado pela acelerada implementação dos estudos relativos ao Plano Diretor de Vinculação Rodoviária, entre os dois países.

Com o Peru, assinalaram-se as visitas do Chanceler peruano ao Brasil e do Chanceler brasileiro a Lima, quando foram assinados o Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Ter-

ritórios Amazônicos e o Convênio de Cooperação Turística. Foi também celebrado com aquele país o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica e está em negociação um Tratado de Comércio.

Continuam os estudos sobre a execução do projeto bilateral da via interoceânica entre o Brasil e o Equador.

Com a Colômbia, foram assinados três importantes instrumentos bilaterais-, o Convênio de Cooperação Técnica sobre Telecomunicações e Serviços Postais, o Convênio de Serviços de Telecomunicação e o Convênio Operacional e de Exploração dos Serviços de Telecomunicações entre a Embratel e a Telecom.

Nossas relações com a Venezuela foram marcadas pelas visitas de três Ministros de Estado venezuelanos ao Brasil, titulares das Pastas de Relações Exteriores, Fazenda e Planejamento.

Na data da independência da mais jovem nação soberana da América do Sul, o Suriname, foi criada a Missão diplomática do Brasil em Paramaribo, após o estabelecimento das relações diplomáticas em nível de Embaixada. Representou o Brasil nas cerimônias da independência daquele país o Ministro da Marinha.

O Governo brasileiro prestou assistência ao Haiti, atingido por fortes secas.

Registraram-se, outrossim, as visitas do Vice-Presidente do Panamá e do seu sucessor a Brasília.

O Vice-Presidente da Guatemala visitou, igualmente, a Capital da República.

O Chanceler brasileiro encontrou-se por três vezes com o Secretário de Estado norte-americano. Outrossim, a convite do Governo, visitou o Brasil o Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos, William Rogers.

No plano da cooperação bilateral, pode-se destacar a renegociação do acordo de pesca concluído entre os dois países em 1972. No novo instrumento, em que se salvaguarda a posição de ambos os países em matéria de águas territoriais, aceitaram os Estados Unidos a substituição do acordo de cessão de áreas para operação de pes-

queiros estrangeiros pela constituição de empreendimentos conjuntos, através dos quais a indústria brasileira de pesca atinja uma participação crescentemente significativa na captura de peixe nobre nas costas do Norte e Nordeste do País.

Em foros internacionais de produtos de base, não obstante as conhecidas diferenças de posição entre os dois países, foi possível a manutenção de um diálogo construtivo com o Governo norte-americano, especialmente no âmbito da Organização Internacional do Café, o que facilitou, em grande medida, a conclusão do III Convênio Internacional, que apresenta boas perspectivas de aprovação pelo Executivo dos EUA.

Por outro lado, certa recrudescência de tendências protecionistas nos Estados Unidos da América, exemplificadas sobretudo na aplicação de direitos compensatórios a produtos de exportação brasileira, contribuiu para criar preocupações quanto às perspectivas de desenvolvimento do comércio entre os dois países. Consultas de alto nível vêm sendo conduzidas para o exame conjunto dos problemas surgidos nas relações econômicas, havendo visitado o Brasil, para esse fim, o Subsecretário para Assuntos de Comércio, Charles Robinson, durante cuja visita foi instalado o Grupo Económico Consultivo Brasil-EUA, e o Vice-Representante Especial do Presidente dos EUA para Negociações Comerciais, Embaixador Yeutter, que participou das reuniões do Subgrupo Consultivo de Comércio.

áfrica

Uma consistente ação diplomática e política permitiu caracterizar que o Governo brasileiro se sobrepõe a vicissitudes de toda ordem, na sua deliberação de tornar efetiva a aproximação com as nações do continente africano, nos campos político, cultural, económico e comercial. Nos contactos havidos com os Chanceleres africanos, por ocasião da XXX Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, ficou evidenciada a resposta positiva ao esforço brasileiro, a que vem correspondendo o crescente interesse dos países da área nas suas relações com o Brasil.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com todas as nações de língua portuguesa que alcan-

çaram sua independência neste período: Cabo Verde, São Tomé-e-Príncipe, Moçambique e Angola. Igualmente, foi instalada no começo do ano a Embaixada do Brasil em Guiné-Bissau, cuja representação se estendeu a Cabo Verde.

Intensificou-se, de modo particular, o intercâmbio de visitas oficiais, como a do Presidente do Gabão, dos Chanceleres do Quênia, Guiné-Bissau, Lesotho e Zâmbia, além de numerosas outras personalidades e de missões, de nível ministerial ou técnico. O Chanceler do Brasil empreendeu viagem à Costa do Marfim, com promissores resultados para o intercâmbio bilateral e desenvolvimento de atividades similares em relação a outros países da costa ocidental africana. Com o apoio do Governo, teve expansão significativa a exportação de serviços de empresas brasileiras, como o atestam, por exemplo, importantes obras de construção civil na Mauritânia e de telecomunicações na Nigéria, executadas por firmas brasileiras.

orientes próximo

Medida das mais importantes foi o estabelecimento de relações diplomáticas plenas com o Estado do Coveite — quarto fornecedor de petróleo, no Oriente Próximo, ao Brasil — por ocasião da visita oficial a Brasília, em fins de março, do Ministro dos Negócios Estrangeiros daquele país. No decorrer da mesma visita, foi assinado o Acordo de Cooperação Económica, que estimula a criação de comissão mista para coordenar a cooperação entre o Brasil e o Coveite.

Com a Arábia Saudita — principal fornecedor de petróleo ao Brasil — o Governo brasileiro assinou, em abril, o Acordo de Cooperação Económica e Técnica. A coordenação da cooperação entre os dois países ficará a cargo de uma comissão mista, criada pelo citado instrumento.

Missão chefiada pelo Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio assinou em Trípoli, em julho, protocolo pelo qual ficou criada a Comissão Mista Brasil-Líbia, com vistas a incrementar a cooperação económica e comercial entre os dois países.

Como resultado dos entendimentos mantidos, em Teerã, pelo Presidente do Banco do Brasil, foi concluído, em novembro, em Brasília, por troca de Notas, acordo que institui a Comissão Mista Brasil-Irã, com o objetivo de ampliar a cooperação entre os dois países nos campos comercial, técnico e financeiro.

extremo oriente e oceanias

Verificou-se, em agosto, a visita do Vice-Primeiro-Ministro do Japão, que manteve conversações com o Chefe do Governo brasileiro e diversos Ministros de Estado e reafirmou os entendimentos havidos por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro daquele país, em setembro de 1974, tendo declarado o propósito do Governo japonês de manter os compromissos assumidos com relação aos empreendimentos conjuntos em estudo nos setores da exploração de alumínio, produção de polpa de papel e no desenvolvimento do setor siderúrgico. Nessa oportunidade foi confirmada a visita do Presidente Geisel ao Japão em 1976, ocasião em que serão abordados os principais aspectos políticos e económicos das relações bilaterais.

A fim de ampliar seus contatos e incrementar o intercâmbio comercial com os países da área, o Governo brasileiro providenciou a instalação das Embaixadas do Brasil em Dacca, Jacarta e Pequim, criadas em 1974.

europa ocidental

Intensificaram-se os contatos de natureza bilateral e importantes instrumentos de cooperação foram firmados, criando mecanismos regulares de consulta política em alto nível e dispondo sobre a coordenação e intensificação do intercâmbio económico, comercial, científico e tecnológico.

Notável incremento tiveram as relações com a República Federal da Alemanha. O Acordo de Cooperação para os Usos Pacíficos de Energia Nuclear, firmado em Bonn no mês de junho, pelos seus aspectos de transferência de tecnologia, terá

histórico papel no desenvolvimento nacional. Em novembro, visitou o Brasil o Ministro do Exterior da República Federal da Alemanha, havendo, na ocasião, sido assinado um Protocolo de Cooperação Financeira. Em dezembro, em Brasília, foram trocados os instrumentos de ratificação do Acordo de Bitributação entre os dois países, cuja negociação se havia iniciado há sete anos.

No âmbito do Mercado Comum Europeu, o Governo brasileiro continuou a desenvolver vigorosa atividade no sentido de evitar os efeitos de certas medidas discriminatórias da comunidade, ou seus membros individualmente, sobre as exportações brasileiras.

Em setembro, foram estabelecidas relações diplomáticas com a República da Irlanda.

leste europeu

No que concerne ao Leste Europeu, procurou o Brasil desenvolver novos mecanismos de comércio, mais adaptados à forma de operar, no comércio exterior, dos países socialistas.

Assim, realizaram-se, em 1975, reuniões das Comissões Mistas previstas nos respectivos acordos de comércio e pagamentos com a Polónia e a Bulgária (janeiro), Tchecoslováquia e União Soviética (março) e Roménia (maio). Cabe também ressaltar as assinaturas do Acordo sobre Fornecimento de Maquinaria e Equipamento da URSS ao Brasil e sobre Fornecimento de Mercadorias Brasileiras à URSS e do Protocolo de intenções para a venda de minério de ferro à Polónia, e para a compra, pelo Brasil, de carvão coqueificável polonês, que entrou em vigor em outubro passado. A União Soviética utilizará os recursos gerados pelas compras brasileiras para a aquisição de mercadorias ao Brasil, incluindo artigos manufaturados e semi-manufaturados.

As relações comerciais do Brasil com a República Democrática Alemã foram institucionalizadas pela assinatura, em novembro de 1975, do Acordo de Comércio e Pagamentos, mantendo a moeda-convenção como meio de pagamento e criando a Comissão Mista Brasil-RDA.

Visitou o Brasil, oficialmente, o Presidente da República Socialista da Roménia.

organismos internacionais

No plano das relações hemisféricas, destacaram-se os trabalhos da Comissão Especial para estudar o Sistema Interamericano e propor medidas para sua reestruturação. As emendas à Carta da OEA e projetos de novos instrumentos jurídicos, como o de Convenção sobre Segurança Económica Coletiva para o Desenvolvimento, deverão ser submetidos à consideração de Assembleia Geral Extraordinária. O primeiro resultado do processo de reformulação do Sistema Interamericano concretizou-se na realização, em São José da Costa Rica, da Conferência de Plenipotenciários para a Reforma do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em que se aprovou, com o apoio do Brasil, o Protocolo de Emendas ao TIAR, tendo sido incorporado, ao novo texto, dispositivo reconhecendo que, para a manutenção da paz e da segurança no continente, deve garantir-se, também, a segurança económica coletiva para o desenvolvimento dos Estados-Membros. Além da Assembleia Geral de praxe, a Organização auspiciou a realização da V Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho. O Brasil participou das conferências preparatórias e assinou o convénio constitutivo do Sistema Económico Latino-Americano (SELA).

No âmbito da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), o Brasil participou das denominadas **negociações coletivas**, visando primordialmente à dinamização do organismo através da criação de novos instrumentos de desgravação tarifária, com vistas à expansão e diversificação do intercâmbio intra-regional. Dentre os novos mecanismos tarifários cuja institucionalização se busca na ALALC, cabe destacar o que deverá permitir aos Estados-Membros concertarem entre si acordos multissetoriais por pares ou grupos de países, cujas concessões beneficiarão unicamente aos países participantes. A par dessa abertura inovadora, cumpre salientar a ampliação ou renegociação de vários acordos setoriais de complementação industrial firmados pelo Brasil na ALALC e relativos aos setores químico-farmacêutico, petroquímico, fotográfico e de corantes e pigmentos, áreas particularmente dinâmicas do parque manufatureiro latino-americano e de tecnologia bastante desenvolvida. Por outro lado, o Brasil manteve a ALALC à margem das restrições impostas às importações, de acordo com a diretriz de cumprimento integral dos compromissos assumidos no âmbito do Tratado de

Montevideu, beneficiando fortemente os parceiros do continente, pois a elevação da alíquota, para terceiros países ampliou significativamente a margem de preferência para os produtos importados da Zona.

Na VII Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, a delegação do Brasil apresentou proposta sobre as relações comerciais internacionais, que se desenvolveu posteriormente, durante a sessão ordinária da Assembleia Geral. Trata-se de negociação de um acordo geral sobre comércio entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento que proporcione uma matriz político-jurídica para negociações específicas, preenchendo lacunas de acordos existentes e corrigindo distorções resultantes de uma visão centrada nos países desenvolvidos. Tal acordo reconheceria, aos países em desenvolvimento, direito de acesso aos mercados dos países desenvolvidos para seus produtos de exportação, primários e manufaturados, bem como ao mercado de bens indispensáveis ao processo de desenvolvimento. Aos países desenvolvidos seria reconhecido o direito de garantias de suprimento de matérias-primas em condições equânimes de preço. Por sua complexidade, a proposta, que significaria, na realidade, construir um novo ordenamento para o comércio mundial, não pôde ser examinada em todos os seus aspectos pela Assembleia, que a remeteu, para consideração, à XXXI Assembleia Ordinária e IV Sessão da UNCTAD.

Durante a XXX Assembleia Ordinária, tiveram grande importância para o Brasil os temas do desarmamento e dos usos pacíficos do espaço exterior. A atuação brasileira na consideração da questão do desarmamento visou a rejeitar os projetos de resolução que tendiam a limitar o acesso dos países em desenvolvimento à tecnologia nuclear para fins pacíficos e apoiar medidas que tinham por finalidade reduzir ou mesmo eliminar, sob efetivo controle internacional, o estoque de armas atômicas. No âmbito do uso pacífico do espaço exterior, a Assembleia continuou o exame da proposta apresentada, em 1974, pelo Brasil, Argentina e outros países latino-americanos, de um tratado que discipline o sensoramento remoto, por meio de satélites artificiais, dos recursos naturais da terra, recomendando que o Comité Especial sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior aprofundasse esse estudo.

Entre os inúmeros temas constantes da agenda da Assembleia Geral das Nações Unidas, os itens

sobre descolonização receberam especial ênfase, no tratamento das questões da Namíbia e da Rodésia. A delegação do Brasil pautou sua atuação segundo a posição tradicional de repúdio a toda e qualquer forma de colonialismo, discriminação social e racismo. Sobre a questão do Timor português a delegação brasileira apoiou resolução que exigiu a retirada de tropas invasoras, em apoio aos princípios da independência, integridade e autodeterminação dos antigos territórios coloniais.

Quanto à questão do Oriente Médio, o Brasil manteve, nas Nações Unidas, sua posição de princípio, sem deixar de reconhecer a Israel, como aos demais países da região, o direito à existência como Estado, o Brasil reconhece os direitos inalienáveis do povo palestino à autodeterminação e soberania, condição indispensável à solução do conflito da região. Reafirmou também sua posição tradicional no sentido de concitar Israel a acatar decisões e resoluções pertinentes do Conselho de Segurança, tendo sempre por finalidade o estabelecimento de uma paz justa e duradoura na região. Nesse sentido, o Brasil considera que a ocupação de território pela força deve cessar.

O Brasil acompanhou o consenso em torno do projeto de resolução que solicitou ao Comité Ad Hoc de Revisão da Carta das Nações Unidas continuar, por mais algum tempo, seus estudos sobre matéria tão complexa. Entende o Brasil que o agendamento das Nações Unidas deve compreender a adoção de medidas que possam ser levadas a efeito desde já, pela dinamização das estruturas existentes, independentemente de modificações no documento básico na Organização, que é a tarefa daquele Comité Ad Hoc.

Na Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, realizada na Cidade do México, a delegação brasileira apoiou decisões que ressaltavam o papel da mulher no desenvolvimento mundial, atribuíam prioridade para a ação governamental no tratamento do assunto e respeitavam as características inerentes a cada país.

A Conferência sobre o Direito do Mar, com a tarefa de elaborar uma nova ordem jurídica para os oceanos, dentro de quadro político e estratégico de extrema complexidade, não pôde, ainda, na sessão de Genebra de 1975, chegar ao estado decisório. A grande conquista daquela reunião foi

a crescente adesão dos diversos países à ideia de uma área de 200 milhas marítimas, nas quais o país costeiro terá um somatório de direitos, fórmula esta que começa a incluir alguns dos elementos que caracterizam o nosso mar territorial de 200 milhas. A próxima sessão da Conferência, em 1976, pretende ser a última e decisiva e terá, como base de negociações, textos elaborados pelos presidentes de suas três comissões, à luz dos diversos interesses e posições manifestados até o momento. Trata-se, entretanto, de uma Conferência essencialmente política, cujas decisões ultrapassam o mero concerto de definições jurídicas.

Na LX Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, dois fatos importantes assinalaram a participação do Brasil: sua eleição para o Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por expressiva votação, significativa do prestígio do País na Organização, e, em segundo lugar, a aprovação, na Comissão de Resoluções e em plenário, de projeto brasileiro de resolução sobre a reabilitação e reintegração profissional de pessoas incapacitadas.

Na XIX Sessão da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, a delegação do Brasil formalizou convite, acolhido na ocasião, para que se realize no Rio de Janeiro, em setembro de 1976, a XX Sessão da Conferência.

Foi o Brasil eleito, na XVIII Conferência da FAO, para o recém-criado Comité de Políticas e Programas de Ajuda Alimentar, que substitui o Comité Intergovernamental do Programa Mundial de Alimentos. Foi reeleito para o Conselho Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO, durante a IX Conferência da Comissão, e reconduzido, por expressiva maioria, ao Conselho Económico e Social das Nações Unidas, para exercer seu terceiro mandato consecutivo. Foi, também, eleito para a Presidência do Conselho de Representantes do GATT.

temas económicos

Alguns temas económicos, de especial relevância, exigiram atenção prioritária do Governo.

A Conferência sobre Cooperação Económica Internacional, convocada por iniciativa do Presidente

da França e integrada por 8 países industrializados (dentre eles a Comunidade Económica Europeia, considerada como um só país, para efeitos de participação) e por 19 países em desenvolvimento, teve o sentido de buscar soluções pragmáticas para a crise económica internacional, exacerbada após a elevação dos preços do petróleo em outubro de 1973. Originalmente concebida como uma Conferência sobre Energia — e nesse caso se restringiria a um diálogo entre as grandes nações produtoras e consumidoras de petróleo — foi ela transformada, ao longo de sua fase preparatória, em um foro de maior alcance, graças à ação coordenada dos países em desenvolvimento. Desdobrada em quatro comissões (energia, matérias-primas, desenvolvimento económico e assuntos financeiros), a Conferência de Paris constituiu uma oportunidade de relacionamento económico entre o mundo industrializado e os países em desenvolvimento, fora do clima de confrontação que vem entorpecendo o funcionamento das organizações internacionais, criadas no pós-guerra. Como país em desenvolvimento, duramente atingido pelos efeitos cumulativos da crise do petróleo e da recessão económica mundial, o Brasil terá participação ativa na Conferência de Paris, cujos trabalhos substantivos se iniciarão propriamente em 1976.

O Acordo de Cooperação para os Usos Pacíficos de Energia Nuclear entre o Brasil e a República Federal da Alemanha constitui um marco na história recente das relações entre países industrializados e países em desenvolvimento, prevê a transferência de um pacote tecnológico completo, que permitirá o desenvolvimento, no Brasil, de todo o chamado ciclo do combustível, garantindo, a longo prazo, a autonomia do País em setor de vital importância, do ponto de vista exclusivo da geração de energia, e de efeito multiplicador incalculável para a indústria brasileira de equipamentos pesados e componentes, bem como para a formação de recursos humanos, no campo específico da indústria nuclear e outras correlatas. Sua conclusão situa o Brasil, aos olhos do mundo desenvolvido, como parceiro válido em campos de cooperação económica antes ciosamente reservados ao relacionamento especial entre países industrializados.

Prosseguiram em 1975, em Genebra, os trabalhos dos diversos Grupos em que se decompõem as Negociações Comerciais Multilaterais (NCMs), lan-

çados oficialmente em Tóquio, em 1972, mas só efetivamente iniciados após a promulgação da Lei de Comércio norte-americana, em fins de 1974. Nelas, tem o Brasil uma participação ativa, procurando obter a aceitação, nos vários grupos de negociação, de princípios que impliquem, na prática, uma reforma do Acordo Geral (GATT). Entre esses princípios, o Brasil defende especialmente o de um tratado diferenciado favorável aos países em desenvolvimento, em todas as áreas de negociações (tarifária, não-tarifária e normativa). Alguns resultados parciais foram obtidos nesta fase preliminar das negociações, admitindo os países desenvolvidos, por exemplo, a viabilidade de tratamento diferenciado na área de subsídios e direitos compensatórios.

A negociação de novos acordos de café e de cacau em 1975 evidenciou as possibilidades de um entendimento profícuo e de um equilíbrio de vantagens entre países produtores e consumidores de produtos de base. O segundo Acordo Internacional de Cacau, negociado e concluído sob os auspícios da UNCTAD, vigorará a partir de outubro de 1976. Nele foram mantidos os mesmos princípios básicos do primeiro acordo, que deixou de funcionar ante a alta violenta dos preços em 1973-1974; aprimoraram-se vários de seus meca-

nismos, elevando-se de forma substancial a faixa de preços, a qual poderá ainda sofrer revisões periódicas durante os 5 anos de vigência do instrumento. O terceiro convênio de café, também a vigorar por seis anos, a partir de 1976, representa um notável aperfeiçoamento com relação aos acordos de 1962 e 1968, permitindo composição altamente satisfatória de interesses, não só entre produtores e consumidores, como também entre os vários subgrupos de produtores. Uma de suas inovações mais relevantes é o sistema de cotas flexíveis, sujeitas a revisão anual, com uma parte variável calculada em função dos estoques dos membros produtores.

Em outros setores de atividade econômica, continuou o Brasil atuando na defesa dos objetivos nacionais de desenvolvimento, ao participar de negociações multilaterais no âmbito de conferências e agências especializadas da ONU (UNCTAD, FAO, OMPI, UNIDO, IMCO e outras) e de negociações bilaterais, notadamente nos campos de transportes marítimos e aéreos, pesca, acordos de tributação, ampliação das relações econômicas com os países produtores de petróleo e outras nações em desenvolvimento e levantamento de recursos para o financiamento de programas nacionais de desenvolvimento".

Itaipu, exemplo de trabalho conjunto

Discurso do Presidente
Ernesto Geisel,
por ocasião do encontro
que manteve com o Presidente paraguaio, Alfredo Stroessner,
em 12 de março de 1976, em Presidente Prudente (Estado de São Paulo)

Senhor Presidente,

Interpretando os sentimentos da Nação brasileira e sua especial amizade para com o povo paraguaio dou as boas-vindas a Vossa Excelência. A sua honrosa presença em solo brasileiro proporciona-me a satisfação de transmitir-lhe, mais uma vez, Senhor Presidente, a expressão de constante fraternidade.

Recordo, sensibilizado, minha recente visita à Capital guarani, quando fui cercado de generosas demonstrações de simpatia. Ali pude também ter o testemunho da comunhão de ideais que nos animam e do entendimento que felizmente prevalece entre nossos dois Governos, em todo o amplo campo das relações paraguaio-brasileiras.

fruto dos atos recentemente assinados

Os atos celebrados há apenas três meses já começam a frutificar. Revelam eles, em seu significado mais íntimo, o límpido desejo de cooperação que entre nossos povos existe, fundado sobre os princípios do respeito mútuo, da justiça e da equidade. O Tratado de Amizade e Cooperação, cujos instrumentos de ratificação espero, em breve, se-

jam trocados, é significativa demonstração do desígnio que nos anima de dar maior amplitude ao relacionamento recíproco.

No quadro promissor de entendimento e boa vizinhança, em que novas oportunidades de cooperação recebem invariável acolhida de parte a parte, não posso deixar de, mais uma vez, mencionar a grandiosa empresa energética em que estamos mútua e irreversivelmente empenhados. **Em plena atividade de construção, iniciado o desvio do rio Paraná, e tendo já comprovado a sabedoria dos princípios jurídicos e dos esquemas técnico-administrativos que regem a grande tarefa, Itaipu vem sendo um belo exemplo do que podem realizar paraguaios e brasileiros unidos para um fim comum.**

Senhor Presidente,

Há quase um ano, tive o prazer de receber Vossa Excelência em Campo Grande, durante a 37.^a Exposição Agropecuária e Industrial daquela cidade. Naquela oportunidade, fiz referência ao processo que o Brasil e o Paraguai atravessam, com a aceleração das transformações de caráter econômico e social em cada país.

Hoje, nesta próspera cidade da região da Alta Sorocabana, fundada há pouco menos de sessenta anos. Vossa Excelência poderá testemunhar o

processo dinâmico a que aludi. A cidade de Presidente Prudente nasceu do alargamento da fronteira agrícola e expandiu-se após a chegada da ferrovia que acompanhou a marcha do café pelo Planalto Paulista. Sobre a sólida base agropecuária que soube vigorosamente erigir e manter em expansão, como tão claramente o demonstra a Quinta Exposição Internacional de Nlore, Presidente Prudente diversificou suas atividades produtivas, de modo a abranger também o setor manufatureiro, que hoje se desenvolve intensamente. Essa é uma evolução presente na maioria das cidades do Estado de São Paulo que tão cordialmente nos hospeda. É a marca que vemos repetir-se em tantas outras cidades brasileiras como a vemos repetir-se, também, do outro lado das nossas fronteiras, no Paraguai. Presidente Prudente tem, ainda, um destino que a liga, em seu futuro, ao que une nossos dois países. Enraizada sobre o espigão divisor de águas de dois expressivos tributários do rio Paraná, ela receberá a influência progressista da grande obra em condomínio que, em Itaipu, estamos erigindo.

Estou persuadido, Senhor Presidente, de que compartilhamos das mesmas aspirações de promover o progresso de nossos respectivos países, não só

para o usufruto das gerações presentes, mas também para o permanente benefício de ambas as nações. **Estamos cõscios, porém, de que o crescimento económico não responde, por si só, às exigências inalienáveis do bem comum. Dedicamos, por esse motivo, os melhores esforços para que os dividendos do crescimento económico se ajustem e correspondam às exigências da justiça social.**

Senhor Presidente,

O encontro, que hoje me é grato manter com Vossa Excelência, propicia a oportunidade para o intercâmbio de opiniões sobre a atualidade internacional e sobre temas regionais de interesse mútuo. **Assim, podemos retomar o diálogo direto sobre temas de interesse bilateral e nos regozijar com o excelente desenvolvimento dessas nossas relações.**

Com o pensamento voltado para as avenidas que se abrem à colaboração entre nossos povos, em nome da Nação brasileira e no meu próprio, levando minha taça pela grandeza e prosperidade do Paraguai e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência.

stroessner destaca a importância dos contatos freqüentes

Discurso do Presidente
paraguaio, Alfredo Stroessner,
por ocasião do encontro que manteve com o Presidente Ernesto Geisel,
em 12 de março de 1976, em Presidente Prudente (Estado de São Paulo)

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, General-de-Exército Ernesto Geisel,

Excelências,

Senhoras e Senhores,

Com verdadeira e profunda felicidade, visito novamente vossa nobre pátria, ligada à minha, por vínculos de uma sincera irmandade, da qual nos honramos em ser seus fervorosos intérpretes.

Minha presença nesta florescente cidade de Presidente Prudente atende a um gentil convite que me foi formulado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, General-de-Exército Ernesto Geisel, para assistir à Quinta Exposição Internacional de Nlore, e me permite manter outro fraternal encontro com sua Excelência, no marco da profunda e inalterável amizade que une nossos dois povos e que tem eloqüentes testemunhas em numerosas realizações em favor do bem comum, empreendidas com louvável espírito de progresso e firme vontade de cooperação.

um amigo leal do paraguaí

Na visita que Vossa Excelência realizou à minha pátria, faz pouco tempo, que simbolizou um momento altamente auspicioso de nossas relações, fruto de nossas construtivas coincidências, recolheu Vossa Excelência cálidas e merecidas expressões de simpatia, que demonstraram o valor de vossa condição de amigo leal do Paraguai e de esclarecido representante dos sentimentos amistosos e solidários de vossa grande nação.

O Tratado de Amizade e Cooperação, firmado solenemente na cidade de Assunção, em 4 de dezembro de 1975, durante vossa grata e inesquecível visita a todos os paraguaios, pelo feito histórico que Vossa Excelência protagonizou, representa a reafirmação dos laços de fraterna amizade entre nossos dois povos, para solidificar a legítima aspiração de crescente bem-estar, a base de uma complementação de esforços despendidos generosamente.

a maior hidrelétrica do mundo

Com justa razão, Vossa Excelência destacou a transcendência desse magno e colossal empreendimento que é a obra hidrelétrica de Itaipu, histórico desafio à nossa capacidade criadora e aos nossos planos de desenvolvimento, que temos aceito com a fé que nasce da reiterada constatação das inesgotáveis energias das duas nações. Tanto as obras de infra-estrutura, como a construção que prossegue com o início do canal de desvio do rio Paraná, a participação conjunta de paraguaios e brasileiros é o exemplo significativo da vontade de nossas duas nações soberanas, de construir e explorar, em comum e em igualdade de direitos, a maior hidrelétrica do mundo.

Senhor Presidente,

A República Federativa do Brasil lançou-se à conquista do seu progresso e felicidade através do trabalho construtivo e da férrea convicção de que, mediante uma clara política de entendimento com todas as nações que defendem a justiça e a liberdade, é possível alcançar metas definidas e concretas em todos os setores da vida.

Trabalha-se melhor quando se trabalha em comum debaixo do signo de sincera amizade. A estrita colaboração entre o Paraguai e o Brasil, em numerosos empreendimentos de caráter bilateral, vem apresentando átimos resultados. Nosso trabalho serve não apenas para afastar sombras que, eventualmente, possam opor-se em nosso caminho, como também para responder com realizações a necessidades impostergáveis.

impedir desvios atrás de horizontes enganosos

Como é natural, existe progresso em todos os setores, porém é preciso impedir desvios atrás de horizontes enganosos, que às vezes se encadeiam a certas ideologias que tornam ilusórias as soluções que sempre pregam, porém nunca conseguem aplicar no sentido da justiça social e do bem comum.

Assisto, satisfeito, a esta grande exposição internacional de nelore, na ilustre companhia de Vossa Excelência, dos membros do vosso Governo e dos distintos organizadores, a quem felicito e desejo crescentes êxitos.

Aqui, na cidade de Presidente Prudente, cuja fundação é de recente data e que é um novo e poderoso marco no caminho das realizações construtivas, se percebem a fidalguia e a proverbial hospitalidade da nobre nação brasileira, e seu afeto permanente pelo povo de minha pátria, feito de brilhantes relevos espirituais, que me enchem de orgulho e satisfação. Esta formosa cidade, que já é um pólo de atividades produtivas sobre a sólida base das atividades agropecuárias e industriais, está contribuindo para transformar seu país em um mercado de crescentes níveis técnicos e científicos.

rio paraná canaliza aspirações idênticas

Sinto-me profundamente agradecido. Excelentíssimo Senhor Presidente, ao comprovar pessoalmente através de nossas fecundas e importantes jornadas de trabalho como esta, a realidade de nossa recíproca amizade que, estou certo, continuará resultando em benefício da fraternidade

paraguaio-brasileira. Se o rio Paraná era, até pouco tempo, um limite natural de pouca relevância na ordem de seu rendimento potencial, essa caudalosa corrente se transformou em instrumento de idênticas aspirações que terão uma próxima e insuspeitada influência na vida das presentes e futuras gerações de nossas pátrias.

Senhor Presidente,

O Paraguai encontrou em Vossa Excelência um amigo e um estadista. E, como amigo de minha pátria, trago os renovados sentimentos da terra guarani. Nosso intercâmbio de opiniões continuará gerando, para o futuro, bens incalculáveis.

Nossos freqüentes encontros procuram alimentar nossas fontes de riquezas, nossas possibilidades espirituais e materiais a nossa fé de que assim estamos construindo um mundo melhor.

Senhor Presidente,

Levanto minha taça para brindar, em nome do povo e do Governo da República do Paraguai, pela grandeza e prosperidade da República Federativa do Brasil, pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e daqueles que conosco compartilham este momento de amizade, ratificada por feitos e projetada em realidades.

brasil e grã-bretanha:

Discurso do Chanceler
Azeredo da Silveira

no almoço que ofereceu ao Subsecretário
das Relações Exteriores da Grã-Bretanha,
Edward Rowlands, no Palácio Itamaraty de

Brasília, em 9 de janeiro de 1976; e agradecimento do Subsecretário britânico

uma reavaliação permanente da realidade mundial

chanceler brasileiro

É para mim um grande prazer recebê-lo em Brasília e renovar os proveitosos contatos que mantivemos em Londres, durante minha visita oficial ao Reino Unido, em outubro passado.

Conheço a parte que lhe coube na preparação da visita e os cuidados que dispensou para que ela se desenrolasse da maneira impecável como decorreu. Sua presente viagem ao Brasil é mais uma demonstração do seu interesse em levar adiante o espírito construtivo daquelas conversações.

Bem se sabe que a forma não produz o conteúdo. Por outro lado, o conteúdo precisa da forma, e, na medida em que assim é, pode ser aprimorado ou posto em risco por ela. O Memorandum de Entendimento que tive a honra de assinar com o Senhor James Callaghan, o ilustre Secretário de Estado do seu país, em nome dos nossos dois Governos, é um exemplo magnífico de como a forma pode se adequar de modo a permitir a mais completa utilização possível do conteúdo. O verdadeiro conteúdo do Memorandum é o nosso honesto, autêntico e atencioso interesse mútuo em desenvolver as boas relações que existem entre nossos dois Governos e que refletem a tradicional amizade que une nossos dois povos.

Enquanto bebia à saúde do Secretário de Estado Callaghan, na Canning House, em outubro último após as palavras de cáldio elogio por ele dispensadas a meu País, tive a oportunidade de observar que **existe uma sensibilidade especificamente britânica para as mudanças políticas no mundo, assim como há uma reação tipicamente britânica para essas mudanças, que se traduz na busca de uma acomodação pragmática à inevitável realidade do novo.** A isso chegam com inabalável autocontrole, com clara visão realista, e sem que seja preciso sacrificar qualquer coisa eticamente fundamental ao espírito britânico. A história britânica recente nos mostra muitos exemplos de tal atitude. A proposta do Primeiro-Ministro Wilson para que haja uma reavaliação das normas que regem o comércio internacional de matérias-primas é um desses exemplos. A reavaliação britânica do papel específico que podem desempenhar certos países no cenário internacional é outro.

preservação dos valores filosóficos do ocidente

Nós, no Brasil, também estamos vivendo um processo de constante reapreciação do contexto internacional. **Isso nos leva a reavaliações que não**

precisam ser e não devem ser interpretadas como uma ruptura com compromissos ou ligações do passado, muito menos com a base ética de nossa política externa, enraizada na preocupação sempre presente de preservar os interesses nacionais e de atingir os objetivos permanentes do País.

Uma dessas reavaliações, para a qual encontramos disposição semelhante da outra parte, diz respeito à convicção que temos de que o Brasil e os países da Europa Ocidental devem ter relações mais estreitas em todos os campos, porque não pode ser subestimada a contribuição que países do nosso tamanho e com as nossas potencialidades podem trazer para a defesa dos valores filosóficos e morais do mundo ocidental. É particularmente esse o nosso sentimento em relação ao Reino Unido.

Eu sei, e me sinto feliz em poder dizê-lo, que o Reino Unido pensa exatamente da mesma maneira em relação ao Brasil.

Por essa razão, tenho a certeza de que haverá progresso constante em nossas relações e uma crescente parceria dos nossos países em diversos campos.

subsecretário britânico

O Subsecretário Edward Rowlands agradeceu, inicialmente, com palavras extremamente amáveis, a acolhida que recebia do Governo e do Chanceler brasileiros, acrescentando que — por ter tido a oportunidade de conviver com o Embaixador Aze-

redo da Silveira — sabia que as palavras que o Ministro do Exterior do Brasil lhe dirigia vinham-lhe não só da mente, como do coração.

Relembrou que, ao assumir as funções que ora desempenha de Subsecretário de Estado no Foreign Office, a primeira missão de maior peso que recebeu foi a de organizar e preparar a visita do Ministro Azeredo da Silveira a Londres. Ligava-o, por isso, ao Ministro brasileiro um afeto ainda maior do que a visita, que, não só transcorreria em ambiente da mais calorosa amizade e entendimento, mas também resultara eficaz e positiva para as relações entre os dois países.

Tal como o Ministro Azeredo da Silveira, disse acreditar que o conteúdo necessita da forma, embora não haja forma sem conteúdo. Felicitava-se, por isso, de que o principal documento concluído quando da visita do Ministro brasileiro a Londres — o Memorandum de Entendimento — revestia a forma adequada para expressar o conteúdo essencial, que ele resumia no próprio título do documento: "entendimento". E fazia questão de sublinhar a palavra entendimento.

Concluiu dizendo que talvez os brasileiros, em passado não muito remoto, possam haver pensado que o Reino Unido deixara de reconhecer no Brasil o parceiro capital que representava. Tinha certeza, porém, de que a visita do Ministro Azeredo da Silveira, a assinatura do Memorandum de Entendimento e, esperava, a aceitação pelo Presidente Geisel do convite para visitar o Reino Unido ainda em 1976, colocavam as relações entre os dois países em nível a um tempo novo e destacado, correspondente à intensidade e profundidade da amizade que unia os dois povos.

Discurso do
Ministro da Estado
das Relações Exteriores,
Antônio F. Azeredo da Silveira,
por ocasião do banquete que ofereceu
ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA),
Alejandro Orfila, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 14 de janeiro de 1976

a problemática norte-sul reflete-se na oea

Senhor Secretário-Geral,

O Brasil atribui à Organização dos Estados Americanos papel de fundamental importância para o bom desenvolvimento das relações interamericanas. Receber Vossa Excelência é, pois, para o Governo brasileiro, ocasião de singular relevância, o que me apraz deixar aqui consignado. Estou seguro de que Vossa Excelência saberá recolher de seus contatos no Brasil a certeza do interesse com que se acompanha em meu País a obra da OEA e poderá certificar-se do decidido apoio com que conta para a execução de sua difícil tarefa como Secretário-Geral da Organização.

Não obstante as suas peculiaridades geográficas, históricas e culturais, o Brasil sempre foi convicto adepto da cooperação internacional em todos os níveis. Esforçamo-nos por manter intensas as relações bilaterais com os nossos vizinhos e com todos aqueles Estados que têm, como nós, o desejo de repartir as condições do progresso, certos que estamos de que o desenvolvimento solidário é mais estável e mais eficiente. Pela mesma razão buscamos a cooperação multilateral, seja em nível sub-regional, seja em nível regional ou universal.

O Brasil participou, desde a primeira hora, dos esforços de institucionalização da cooperação interamericana e tem dado seu incansável concurso a quanto vem sendo empreendido pela família americana de nações para aperfeiçoar os instru-

mentos que as necessidades da cooperação foram criando ao longo dos anos. Ao fazê-lo, **não nos falta, porém, a clara consciência de que as instituições não passam de recipientes da vontade política das nações e de que somente essa vontade política, coordenada e orientada para objetivos conscientemente aceitos como comuns, poderá dar vida às instituições e torná-las eficientes.**

o difícil encargo do secretário-geral da oea

Não somos contra a modernização das instituições. O dinamismo do mundo contemporâneo exige que elas sejam mantidas sob constante reavaliação para que em sua tendência natural para o enrijecimento não se descompassem dos fatos e se tornem fatores de retração do progresso. Não vemos sentido nem mérito, por outro lado, nas invectivas contra as instituições internacionais, em razão de decisões por elas tomadas dentro das acordadas regras do jogo parlamentar multilateral, como se aquelas instituições pudessem ser consideradas entidades separadas da vontade política dos Estados que as compõem.

É na orquestração do jogo parlamentar multilateral que o Secretário-Geral de uma organização internacional se realiza em toda sua medida. Disse difícil a tarefa do Secretário-Geral, em minhas

palavras iniciais, e é claro o porquê. Ele representa a instituição, no que ela tem de permanente e, ao mesmo tempo, deve poder pressentir os inevitáveis câmbios e suscitar as motivações para que eles se processem, sem, contudo, poder influir nas vontades nacionais soberanas, cujo somatório governa a instituição. A ele cabe o delicado encargo de, pelas vias institucionais, procurar orientar para sulcos de cooperação as vontades nacionais, dentro dos objetivos acordados em comum para ação coletiva.

alavanca para o progresso dos países do continente

Vossa Excelência pode estar seguro de que o Brasil assim compreende a ação do Secretário-Geral e assim dará o seu apoio para que se exerça.

Consideramos imprescindível que a Organização, em suas diversas linhas de atuação, assumam métodos de trabalho voltados para a obtenção dos mais eficientes resultados. **A esse respeito, menciono especificamente o Conselho Interamericano Económico e Social que pode e deve transformar-se em real alavanca para o progresso dos países do continente.** Vemos com consternação que um órgão de tantas potencialidades sirva de foro, muitas vezes, apenas a recriminações e a justificativas, ambas sem resultados no plano de ação. **No momento em que as nações industrializadas se encontram em plena recuperação económica e em que países como os nossos continuam a suportar a maior parte do ónus económico da crise mundial, não seria esta, sem dúvida, a ocasião para que aquele Conselho retomasse, da forma mais operativa, a consideração dos problemas que envolvem a segurança económica coletiva para o desenvolvimento, na América Latina?**

Toda a problemática mundial do relacionamento Norte-Sul reflete-se, como não poderia deixar de

ser, nas relações hemisféricas, inclusive no que diz respeito ao funcionamento da nossa Organização regional. O relacionamento especial no plano hemisférico, no que diz respeito ao desenvolvimento económico, careceria de sentido se não fosse traduzida em soluções específicas dentro do conjunto. Se isso não correspondesse à realidade dos fatos, a existência do próprio CIES seria questionável.

O mesmo é válido, também, no plano político. É possível que o maior teste por que possa passar a cooperação interamericana seja o de demonstrar que existe uma especificidade de interesses realmente reconhecida e aceita por todas as nações em grau suficiente para motivar as vontades nacionais à cooperação necessária para alcançar objetivos solidários.

respeito aos valores essenciais que sustentam o homem

Meu Governo não teme passar esse teste. A política externa do Brasil é cristalina, baseada no respeito aos valores essenciais que sustentam o homem, voltada para buscar relações pacíficas entre os Estados, intransigente no respeito à soberania nacional, convicta da necessidade de garantir a segurança continental e firme na determinação de buscar o desenvolvimento económico e social do País, em cooperação com as demais nações. Esses são, Senhor Secretário-Geral, os mesmos objetivos que, em princípio, regem a Organização dos Estados Americanos.

Senhor Secretário-Geral,

Ao reafirmar a confiança do Governo brasileiro na ação de Vossa Excelência na direção da Secretaria, desejo assegurar-lhe o pleno apoio do Brasil ao seu trabalho, visando à realização dos objetivos máximos da Organização.

a visita do chanceler francês, jean sauvagnargues

Durante sua estada em Brasília, em fins de janeiro de 1976, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Jean Sauvagnargues, presidiu, no dia 29, juntamente com o Chanceler Azeredo da Silveira, a sessão de abertura da Grande Comissão criada pelo acordo assinado em Paris, a 24 de outubro do ano passado, pelo Brasil e pela França.

Constituída por três Grupos de Trabalho — Político, Económico, e Cultural e de Cooperação Científica e Técnica —, a Grande Comissão procedeu, no campo político, a uma ampla troca de pontos de vista sobre os principais problemas internacionais, especialmente os que se referem ao relacionamento entre os dois países. No campo económico, os dois Ministros de Estado manifestaram o interesse na intensificação e diversificação do comércio Brasil-França com vistas a retomar o nível de trocas verificado há alguns anos e, se possível, superá-lo.

Silveira e Sauvagnargues examinaram, no plano das relações culturais, as medidas que visam a favorecer o desenvolvimento do ensino do francês no Brasil e do português na França, e manifestaram o interesse no intercâmbio de conhecimentos técnicos sobre os setores da administração pública e privada, organização territorial, geologia

e minas, siderurgia, ensino científico, agricultura, saúde, telecomunicações e oceanografia.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, que se achava acompanhado do Ministro do Comércio Exterior, Raymond Barre, e de uma delegação de altos funcionários franceses, foi recebido em audiência pelo Presidente Ernesto Geisel, no dia 30, e manteve conversações com os Ministros da Fazenda, Transportes, Comunicações, Planejamento e das Minas e Energia.

Sauvagnargues foi homenageado pelo Chanceler brasileiro com um banquete no Palácio Itamaraty, no dia 29, quando o representante francês desejou que as relações entre os dois países "sejam exemplares a todos os olhos", tanto no plano político como no plano económico, científico e cultural. Por sua vez, Azeredo da Silveira ressaltou que "a cooperação entre nossos países é também um ato de escolha, a eleição positiva de um curso de ação que visa a objetivos comuns ou complementares, autonomamente assumidos por nossos Governos".

No dia 30, após a reunião da Grande Comissão Brasil-França, o Chanceler francês, falando de improviso, salientou que 1976, "será um ano de ouro nas relações franco-brasileiras", enquanto

Silveira assegurou que "o Governo brasileiro manterá sob constante e interessada atenção todas as ideias aqui apresentadas, ainda quando não haja sido possível, no curso deste encontro, aprofundar umas ou levar a conclusões outras".

No mesmo dia, na Embaixada francesa em Brasília, Sauvagnargues prestou uma homenagem a Silveira, ocasião em que ambos deixaram de lado o discurso que haviam preparado e falaram de

improviso. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da França declarou que "nossas relações estão se desenvolvendo favoravelmente como nós desejamos e que um novo capítulo pode ser aberto na história tão antiga da amizade franco-brasileira". Azeredo da Silveira destacou que "as coincidências nas grandes linhas de política externa dos dois países, cada vez mais certas, seriam razões suficientes para o estreitamento das consultas e da cooperação".

Discurso do Chanceler
Azeredo da Silveira
durante o banquete que
ofereceu ao Ministro dos
Negócios Estrangeiros da França,

Jean Sauvagnargues, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 29 de janeiro de 1976

vocação universalista, um ponto comum ao brasil e à França

Senhor Ministro,

A visita de Vossa Excelência a Brasília e a reunião da Grande Comissão, que nossos Governos houveram por bem criar para a realização periódica de consultas políticas, económicas, científicas, tecnológicas e culturais de alto nível, atestam, de forma expressiva, o intenso entendimento existente entre os nossos povos e a importância que ambos reconhecemos à cooperação recíproca para o encaminhamento de soluções aos graves problemas da hora contemporânea.

Há quem ache que as tradições devam ser louvadas sem escolha, como se o tempo tudo sagesse. Não é essa a prática da sabedoria nem a ambição da mocidade. A França tem sabido dar ao mundo o exemplo da continuidade na renovação e o Brasil o da iniciativa antecipatória num roteiro de fidelidade aos destinos da Nação, o que revela que a experiência necessariamente não faz dos povos presas do passado nem a juventude necessariamente se enreda em indecisões.

o exemplo da constante renovação

Aprendemos em criança a amar e a respeitar a França dos muitos séculos de cultura, da ininter-

rupta contribuição milenar para o enredo da História. Mas essa França que, pela profusão da sua produção cultural, chegou a ser sinónimo da civilização ocidental, de que faz parte, soube compreender que não é somente a veneração do feito, mas a renovação para o fazer, o que mantém as nações sujeitos da História. A França de nossos dias tem dado belo testemunho da capacidade do seu povo de recriar-se continuamente, de rejuvenescer-se sem cessar, para levar o país, e a civilização a que pertence, a níveis crescentes de engrandecimento.

Não menos fundamental para o bem coletivo é a contribuição dos países jovens como o Brasil que, alimentados no mesmo canteiro de valores éticos e culturais básicos da civilização ocidental, juntam o vigor de sua iniciativa à experiência das nações mais antigas, no esforço comum de criação do mundo novo.

A cooperação entre nossos países tem, assim, um sentido mais profundo do que o que resulta apenas de nossas afinidades históricas, de nossas vinculações tradicionais. Ela é, também, um ato de escolha, a eleição positiva de um curso de ação que visa a objetivos comuns ou complementares, autonomamente assumidos por nossos Governos.

papel dos dois países na civilização ocidental

No plano global, estamos identificados por coincidências profundas quanto às responsabilidades que nos incumbem na preservação e na promoção dos valores fundamentais da civilização ocidental. Cada um na sua medida, segundo a ótica própria ditada por suas peculiaridades históricas e por seus interesses nacionais, procura realizar o máximo, individualmente e em cooperação com as demais nações com as quais repartimos a mesma concepção de vida, orientada para a criação de uma sociedade internacional mais digna, mais pacífica, mais próspera e mais equânime. Sobretudo, releva em nossas concepções a clara noção de que o universo ocidental é amplo, diversificado e dinâmico, da mesma forma como a consciência de que a interdependência que importa estruturar, para a realização da paz e da justiça social, é global e não particular.

No plano bilateral, anima-nos um respeito mútuo sincero e uma simpatia natural que torna fácil o diálogo e promissora a cooperação. Em nossas conversações não foi nem nunca será preciso haver reservas nem circunlóquios. Encontramos, sem dificuldade, fértil o campo para a progra-

mação de atividades conjuntas em um grande número de setores de interesse mútuo.

Senhor Ministro,

Quando, há poucos meses, durante a visita oficial que fiz à França, atendendo ao amável convite de Vossa Excelência, tive o privilégio de ser recebido pelo Presidente Giscard d'Estaing, dele ouvi que as relações entre os nossos países entravam em nova fase, caracterizada pela consciência de profunda identidade de sentimentos e de objetivos, e pela convicção que animava os dois Governos sobre a importância crescente de cada um na condução de assuntos básicos no plano mundial.

As conversações que mantive com Vossa Excelência vieram realçar o sentido daquelas palavras que o Governo brasileiro e, em particular, o Presidente Ernesto Geisel, repartem em toda sua extensão.

O Brasil, como a França, tem vocação universalista e vê o próprio engrandecimento no quadro da prosperidade geral. Por isso é espontânea a confiança mútua e natural a cooperação entre os dois países.

Discurso do
Ministro dos Negócios Estrangeiros
da França, Jean Sauvagnargues,
no banquete que lhe foi oferecido pelo
Chanceler Azeredo da Silveira, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 29 de janeiro de 1976

saUVagnargues:
a geografia nos separa,
o destino nos aproxima

Senhor Ministro das Relações Exteriores,

Senhores Ministros,

Senhoras, Senhores,

Minhas primeiras palavras são para vos agradecer. Senhor Chanceler e Senhores Ministros, em meu nome pessoal, e também em nome de meu colega, o Ministro Raymond Barre, pela acolhida

tão amiga e calorosa que Vossa Excelência nos tem proporcionado e que nos toca profundamente. Disto guardarei uma grande recordação, como guardarei a lembrança de vossa prestigiosa Capital, Brasília, exemplo vivo e testemunha cotidiana do ardor, da vontade e do gênio de um grande povo. **André Malraux, quando Brasília ainda não havia surgido, escreveu, em 1959, sobre a futura cidade, cuja área ele visitava e cujas primeiras construções começavam a surgir: "Chegou**

a hora de compreender que a obra que começa a elevar-se diante de nós é a primeira das capitais da nova civilização". Efetivamente, aquele que vem pela primeira vez a Brasília tem não somente sob os olhos um feito arquitetônico excepcional, mas também o sentimento de uma antecipação ainda misteriosa e a consciência de um poderoso símbolo de progresso.

ontem e hoje, a identidade das culturas francesa e brasileira

Esta é minha primeira viagem ao Brasil e descubro com olhos novos vosso país, tradicionalmente amigo da França. Chego aqui também com vivo desejo de conhecê-lo, de compreendê-lo e de amá-lo. Brasil! Que francês pode permanecer insensível a tudo que ele nos evoca? **A história, muitas vezes, nos aproximou ao correr dos séculos e, em particular, durante os dois trágicos conflitos mundiais onde os brasileiros estiveram ao nosso lado para servir à causa da liberdade. Nossas culturas e nossas línguas são irmãs gêmeas, ligadas estreitamente às suas origens latinas. Nossas concepções e nossos princípios são os mesmos nos vários domínios. Nosso desempenho na busca do homem ou de Deus é semelhante. Dificilmente, dois povos que a geografia distancia ficarão tão perto um do outro.** Enfim, no grande desenvolvimento do mundo de hoje, onde o Brasil toma um lugar eminente, que suscita admiração, nossas economias aparecem, numa ampla medida, como podendo ajudar-se mutuamente de uma maneira substancial.

grande comissão proporcionará contato permanente

Eis então a primeira vez que se encontra reunida a Grande Comissão criada de comum acordo na ocasião de vossa visita a Paris, Senhor Chanceler. Possa esta reunião marcar uma grande data e o início de uma era ampla na longa história de nossas relações de amizade. Do lado francês, damos uma grande importância a esta reunião e às nossas novas conversações. Durante muitos anos estivemos sem nos encontrar de forma regular.

A partir deste momento, a periodicidade de nossas reuniões e o procedimento que pouco a pouco iremos estabelecer criam um quadro conveniente para desenvolver as relações estreitas e confiantes que desejamos ter convosco. Enfim, dentro de alguns meses, teremos a grande honra de acolher na França o Presidente da República Federativa do Brasil, o Presidente Ernesto Geisel. Esta visita oficial e as conversações dos nossos dois Chefes de Estado darão, estou certo, uma nova ênfase às nossas relações.

relações políticas e económicas

Essas relações, desejamos sejam exemplares a todos os olhos. No domínio político, onde nossos pontos de vista são muitas vezes tão próximos, desejamos um encontro ativo e regular e a definição de posições análogas, por toda parte onde seja possível. No domínio económico, o problema que se apresenta, no nosso ponto de vista, não é somente ampliar nossas trocas. Nosso desejo seria de ir mais longe e procurar convosco os meios de modificar as próprias estruturas das nossas relações de modo a estendê-las aos vastos domínios, na extensão do continente que é o Brasil, do potencial económico que ele representa e, por outro lado, dos meios financeiros, científicos e tecnológicos que a França pode trazer a tais empresas.

cooperação científica, tecnológica e cultural

No domínio científico, onde a França adquiriu, no correr destes últimos anos, um lugar eminente, chamamos nossos amigos brasileiros a dividir conosco, como parceiros e associados, a grande esperança da nossa época, a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico.

Enfim, no setor cultural, desejamos conservar as relações estreitas que foram sempre as nossas e que tiveram origem na nossa história e na nossa latinidade comum. Nesse sentido, o Governo francês acolheu com satisfação as medidas tomadas pelo Conselho Federal de Educação em

matéria de ensino das línguas estrangeiras no primeiro ciclo secundário e rejubila-se em ver que o francês poderá também ser mais amplamente ministrado aos jovens brasileiros. O Governo francês, de seu lado, prosseguiu no esforço já empreendido em favor do ensino do português.

ação conjunta em interesses convergentes

É, sem dúvida, um importante programa, que está ao nosso alcance e que, creio, corresponde plenamente ao nosso interesse comum e à nossa esperança. **Uma coordenação mais estreita e mais ativa das nossas forças e de nossos recursos teria felizes efeitos em nossas relações e nos permitiria levar a bom termo, em comum, grandes realizações. Ela nos permitiria; também olhar juntos para horizontes mais amplos e mais distan-**

tes. Na África e no Oriente Médio, onde nossos interesses são, muitas vezes, convergentes, nossas ações podem se conjugar para nosso benefício mútuo.

Senhores Ministros, Senhoras, Senhores,

Em seis horas de Paris para o Rio com o Concorde — o avião do futuro — somos de agora em diante vizinhos. Nossas fronteiras se aproximam. Parece ter chegado o momento de nos encontrar, de coordenar melhor nossos esforços e de dar novo **élan** à nossa velha amizade. É este o objetivo da visita que o Ministro Raymond Barre e eu fazemos hoje aqui. Como será, tenho certeza, o objetivo dos próximos encontros dos nossos dois Chefes de Estado.

Evocando a esperança de uma amizade renovada entre os dois países, proponho um brinde ao Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o General Ernesto Geisel.

Discurso do
Chanceler Azeredo da Silveira no
encerramento dos trabalhos da
Grande Comissão Brasil-França, no
Palácio Itamaraty de Brasília, em 30 de janeiro de 1976

o primeiro encontro da grande comissão

Senhor Ministro,

Estamos a concluir a primeira reunião da Grande Comissão e o podemos fazer com a satisfação de haver alcançado os melhores resultados em nossos entendimentos. Em alguns temas, exploramos possibilidades de cooperação que, eventualmente, poderão, igualmente, tornar-se objeto de projetos concretos. Mas foi, sobretudo, a própria troca de informações e pontos de vista — a que tive com o Ministro Sauvagnargues, a que teve com o Ministro Barre o Ministro Severo Gomes, e a havida entre nossas delegações — o resultado mais positivo deste encontro. Saímos enriquecidos no nosso conhecimento recíproco e, por isso mesmo, melhor preparados para o trabalho futuro da Grande Comissão.

Ao agradecer ao Ministro Sauvagnargues e ao Ministro Barre a colaboração do Governo francês na preparação e na condução da presente reunião, quero afirmar que **o Governo brasileiro manterá sob constante e interessada atenção todas as ideias aqui apresentadas, ainda quando não haja sido possível, no curso deste encontro, aprofundar umas ou levar a conclusões outras. Vivemos momentos de reajustamento em nossos respectivos países às realidades económicas de uma crise geral. Tudo indica que nossas economias terão superado, no correr do ano em curso, as principais dificuldades dela oriundas. Isso abrirá o caminho para esquemas e planos de cooperação ainda mais ambiciosos entre nossos Governos.** Para isso estaremos trabalhando, desde já, animados pelos resultados altamente positivos da presente reunião. Devo dizer, aliás.

que tais resultados não nos surpreendem. São quase que óbvias as possibilidades de cooperação e de complementação dos programas de desenvolvimento económico, científico e tecnológico que existem entre nossos países. A intensificação desses programas apenas revelará que são inesgotáveis as possibilidades que se oferecem.

Por tudo isso devemos nos congratular.

Senhor Ministro Sauvagnargues,

Ao declarar encerrados, neste momento, os trabalhos da primeira reunião da Grande Comissão, quero renovar, por intermédio de Vossa Excelência, ao Governo e ao povo da França, a certeza da amizade e da afeição que lhes dedicam o Governo e o povo do Brasil.

no comunicado conjunto, a mesma concepção dos valores ocidentais

Comunicado Conjunto Brasil-França,
distribuído à imprensa em 30 de janeiro de 1976,
sobre a visita do Chanceler francês, Jean Sauvagnargues, ao Brasil

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Francesa, Senhor Jean Sauvagnargues, e o Ministro do Comércio Exterior, Senhor Raymond Barre, acompanhados de uma delegação de altos funcionários, foram recebidos em visita oficial nos dias 28, 29 e 30 de janeiro, em Brasília, a convite do Senhor António F. Azeredo da Silveira, Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

O Senhor Sauvagnargues e o Senhor Barre foram recebidos, no dia 30 de janeiro, em audiência especial pelo Presidente da República, General Ernesto Geisel. Nesta ocasião, o Presidente Geisel reafirmou sua intenção de visitar oficialmente a França no correr deste ano.

Os Ministros franceses mantiveram conversações com o Ministro das Relações Exteriores, António F. Azeredo da Silveira, com o Ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, e com o Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, tratando de assuntos de interesse comum no campo bilateral e multilateral. O Ministro do Comércio Exterior francês visitou, igualmente, os Ministros dos Transportes, Dyrceu Nogueira, das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, e os Ministros, interinos, do Planejamento, Elcio Couto, e das Minas e Energia, Arnaldo Barbalho.

Os dois Ministros das Relações Exteriores presidiram, no dia 29 de janeiro de 1976, no Palácio Itamaraty, à sessão de abertura da Grande Comissão criada pelo Acordo assinado em Paris a 24 de outubro de 1975. A Grande Comissão constituiu três Grupos de Trabalho: Político, Económico, e Cultural e de Cooperação Científica e Técnica.

No plano político, dentro do espírito das conversações iniciadas em Paris, em outubro de 1975, por ocasião da visita oficial do Ministro das Relações Exteriores do Brasil à República Francesa, os dois Ministros procederam a uma ampla troca de pontos de vista sobre os principais problemas internacionais. Sublinharam o valor que atribuem a uma concertação regular entre os dois países e à colocação em funcionamento de mecanismos capazes de garanti-la. Constataram que seus respectivos Governos têm a mesma concepção dos valores do mundo ocidental, cuja característica aberta e dinâmica foi por eles ressaltada.

Estimaram, ademais, desejável seja o princípio de interdependência entre as nações exercido sem exclusivismo.

Os dois Ministros reafirmaram a importância que os dois países dispensam às relações entre os países industrializados e os países em desenvolvimento. Julgaram, a este respeito, que a conferência sobre cooperação econômica internacional, iniciada em Paris, em dezembro último, reflete o espírito de concertação que inspira a política dos dois países.

Os dois Ministros se congratularam pela convergência de seus pontos de vista sobre os princípios que poderiam conduzir a uma solução dos problemas do Oriente Médio. Examinaram as relações da França e do Brasil com o continente africano ao qual os dois países se encontram ligados por estreitos laços de ordem afetiva, cultural, histórica e geográfica. Assinalaram, ademais, a importância crescente dos acontecimentos na África, sobre o que continuarão a manter consultas freqüentes no mais alto nível.

No campo econômico, a reunião da Grande Comissão e os encontros mantidos entre os Ministros deixaram transparecer claramente, de ambas as partes, a vontade de desenvolver e de diversificar, graças a uma ação a longo prazo, as relações econômicas e a cooperação entre a França e o Brasil.

As duas delegações examinaram os resultados obtidos e constataram que as trocas comerciais se desenvolveram regular e rapidamente nos últimos anos sem um desequilíbrio acentuado. Foi, contudo, assinalada uma desaceleração no ano de 1975, devido, sobretudo, à situação do conjunto da economia mundial. Após o exame dos possíveis obstáculos às exportações brasileiras e francesas, concordaram em considerar que, com a retomada já esboçada no plano mundial, o volume das trocas poderá voltar a crescer equilibradamente, atingindo um nível mais satisfatório. As duas delegações se congratularam pela intenção manifestada por companhias francesas de incrementar suas compras de soja e de minério de ferro.

No plano comercial, o Ministro Severo Gomes e o Ministro Barre também discutiram as possibilidades de aumentar e diversificar as exportações brasileiras para o mercado francês.

O Ministro da Indústria e do Comércio do Brasil aproveitou a oportunidade para passar em revista as possibilidades de participação francesa

na III Fase de Expansão Siderúrgica. Quanto à eventual participação francesa no fornecimento de equipamentos para outros projetos siderúrgicos brasileiros, concordaram os Ministros que uma das formas mais adequadas de cooperação seria a de **joint ventures**, com transferência real de tecnologia. Foi também examinada a proposta francesa para a construção do corredor de exportação de Santos e a eventual participação francesa no III Pólo Petroquímico.

A delegação francesa, por seu turno, mostrou-se disposta a examinar, dentro de um espírito positivo, os projetos de cooperação em terceiros países que poderiam ser determinados de comum acordo.

Durante suas conversações com os Ministros das Minas e Energia e das Comunicações, o Ministro Barre passou em revista as diferentes possibilidades de participação francesa nos projetos prioritários brasileiros do II PND. Atenção especial foi dada, ademais, à construção de grandes centrais hidrelétricas e ao desenvolvimento dos sistemas de distribuição, especialmente no Pólo Amazônico, à prospecção de jazidas minerais, à formação de especialistas brasileiros no campo da mineração, às perspectivas novas no campo da energia solar e espacial e, eventualmente, à pesquisa petrolífera.

Com o Ministro dos Transportes, foram examinadas as questões relativas a diferentes projetos de eletrificação do sistema ferroviário brasileiro, à cooperação técnica entre a SNCF (Société Nationale de Chemins de Fer) e a Rede Ferroviária Federal e à modernização da rede ferroviária do Grande Rio.

O Ministro, interino, do Planejamento apresentou ao Ministro Barre um relato das perspectivas brasileiras de desenvolvimento nos próximos anos, em face das contingências de caráter econômico-comercial do momento. Salientou a orientação do Governo brasileiro no sentido de atribuir prioridade especial aos projetos industriais de substituição de importação, ressaltando que o Brasil pretende manter um nível de investimentos compatível com uma taxa expressiva de desenvolvimento. Dentro dessa orientação, o Senhor Barre confirmou o interesse do Governo francês em contribuir para o desenvolvimento industrial e agrícola do Brasil.

O Ministro da Fazenda fez aos Ministros Sauvagnargues e Barre uma exposição sobre a situação econômica do Brasil. O Ministro Sauvagnargues aproveitou a oportunidade para sublinhar a vontade comum dos dois países em contribuir à instauração de uma nova ordem econômica mundial. O Ministro Barre expressou sua confiança na continuação do desenvolvimento brasileiro e no intercâmbio comercial entre os dois países.

No que concerne aos investimentos franceses no Brasil, as duas partes formularam votos para que tenham um desenvolvimento mais importante.

No plano das relações culturais, as duas delegações examinaram as medidas que visam a favorecer o desenvolvimento do ensino do francês no Brasil e do português na França. A parte francesa exprimiu sua satisfação para com as disposições recentemente tomadas pelas autoridades brasileiras, no que se refere ao ensino das línguas estrangeiras. As duas partes se comprometeram em aumentar o número de leitores nas universidades. Serão criados cursos de francês destinados à televisão educativa brasileira. A parte francesa notou com satisfação o desejo das autoridades brasileiras em favorecer o bom funcionamento dos estabelecimentos franceses de ensino no Brasil. Indicou que estaria disposta a considerar favoravelmente sua participação na criação da Escola Internacional de Brasília. A parte francesa acolheu positivamente o pedido das autoridades brasileiras no tocante à revisão dos manuais escolares que tratam do Brasil.

A parte francesa anotou o desejo da delegação brasileira de obter a difusão de programas culturais nas estações de rádio francesas. As duas partes expuseram seu programa de intercâmbio artístico para o período 1976/1977 nas áreas do teatro, cinema, música e artes plásticas.

No plano da cooperação técnica, as duas delegações registraram com satisfação a evolução da cooperação cultural e técnica franco-brasileira. Resolveram adequar as novas ações às orientações do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Previram, igualmente, o estabelecimento, a partir de 1977, de um programa de cooperação técnica franco-brasileira, apresentando um caráter plurianual. As duas partes convieram em dar particular atenção aos seguintes setores: administração pública e privada, organização territorial, geologia e minas, siderurgia, ensino científico, agricultura, saúde, telecomunicações e oceanografia.

No campo da cooperação científica e tecnológica, as duas delegações anotaram com satisfação o recente desenvolvimento do intercâmbio de pesquisadores entre os dois países. Dentre os projetos específicos de cooperação nos diferentes setores de tecnologia avançada foram examinados os de informática, energia solar, espaço, geodésia e cartografia.

Os dois Ministros decidiram que a próxima reunião da Grande Comissão deverá realizar-se, em Paris, em 1977.

Discurso do Chanceler
Azeredo da Silveira
e do Embaixador
de Bangladesh
em Brasília,
Mustafa Kamal,

por ocasião da assinatura do Acordo de Comércio Brasil-Bangladesh,
no Palácio Itamaraty de Brasília, em 13 de fevereiro de 1976

acordo de comércio inicia cooperação com bangladesh

chanceler brasileiro

É com prazer que vejo completar-se, com os nossas assinaturas no presente ato, o Acordo de Comércio entre o Brasil e a República Popular de Bangladesh. É este o primeiro acordo entre os nossos países, e é significativo que tenha sido concluído por Vossa Excelência, primeiro Embaixador de Bangladesh no Brasil, dois anos e meio depois de efetivamente estabelecidas as relações diplomáticas entre os nossos países.

Tenho sempre dito que as relações económicas internacionais se caracterizam, nos tempos correntes, por uma interdependência global efetiva e que, quanto mais conscientes estejamos dessa realidade e dispostos a orientar construtivamente essas relações de interdependência, tanto mais rápida e harmonicamente se procederá o desenvolvimento dos nossos países.

O acordo que ora acabamos de firmar ilustra significativamente esses conceitos. Nossos países estão distantes um do outro e apenas recentemente começaram a se intensificar as relações diretas. Entretanto, reconhecemos ambos ser possível um intercâmbio mutuamente benéfico e certamente crescente. Verificamos, com satisfação, que o comércio bilateral está em fase de expansão e deverá, brevemente, abranger também produtos de alto grau de elaboração. Neste sen-

tido, tenho o prazer de anunciar que acaba de ser aprovada linha de financiamento de exportação de navios brasileiros para Bangladesh.

Como é natural, o estreitamento das relações comerciais virá contribuir para um melhor conhecimento dos dois povos e, dessa maneira, para abrir oportunidade de cooperação entre nós, também em outros domínios.

Devemos, pois, felicitar-nos por esta ocasião que é auspicioso começo de uma nova etapa nas relações entre os nossos países.

embaixador de bangladesh

Excelência,

A assinatura do Acordo de Comércio entre Bangladesh e Brasil, que é o primeiro a ser assinado entre os dois países amigos, é, efetivamente, uma ocasião histórica. Embora Bangladesh seja um país jovem, com menos de quatro anos de existência, foi o Brasil um dos primeiros poucos países com quem Bangladesh estabeleceu relações diplomáticas. Durante esse curto período, foi alcançado um progresso razoável no desen-

volvimento e fortalecimento das relações entre os dois países, em todos os campos.

As relações comerciais e económicas têm se desenvolvido satisfatoriamente. No ano de 1973, o comércio recíproco foi de cerca de 13 milhões de dólares, que, em 1974, passaram a cerca de 16 milhões. Os dados para 1975, ainda não disponíveis, deverão atingir os mesmos níveis. **Permito-me acrescentar aqui que Bangladesh tem sido um dos maiores parceiros comerciais do Brasil naquela parte do mundo.**

Agradeço a Vossa Excelência pelo anúncio do financiamento da exportação de navios brasileiros para Bangladesh. Tenho a certeza de que essa iniciativa e outras semelhantes, e a assinatura do Acordo de Comércio, conduzirão ao fortalecimento e à diversificação dos vínculos económicos entre nossos dois países.

Temos muito orgulho das grandes realizações económicas do Brasil em anos recentes e esperamos poder lucrar com sua experiência. **Também gostaria de aproveitar a oportunidade para mencionar que Bangladesh recentemente anunciou sua política de investimentos, e receberia, com agrado, assistência técnica e investimentos brasileiros.**

Antes de concluir, gostaria de agradecer a amabilidade das palavras de Vossa Excelência, e a alta compreensão e cooperação que dedicou ao desenvolvimento de laços amigáveis entre nossos dois países. Também agradeço aos seus colegas, e outras autoridades brasileiras, pela sua assistência e cooperação. Estou certo de que, com nossos esforços conjugados, as relações entre nossos dois países desenvolver-se-ão em todas as áreas, para nosso benefício mútuo.

kissinger afirma que o brasil desponta como potência

Uma entrevista com o Presidente Ernesto Geisel, inúmeros contatos com o Chanceler Azeredo da Silveira e outras autoridades do Brasil, especialmente da área econômica, e a assinatura do Memorando de Entendimento, estabelecendo a realização de consultas periódicas Brasil-Estados Unidos, foram os principais pontos da visita do Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, a Brasília e ao Rio de Janeiro, de 19 a 22 de fevereiro de 1976.

Ao desembarcar no Aeroporto Militar de Brasília, em 19 de fevereiro, Kissinger declarou, em sua saudação, que o Brasil já desponta como uma potência mundial. Manifestou o interesse norte-americano de fortalecer os laços de amizade com nosso País e ressaltou sua felicidade em voltar ao Brasil, após 14 anos. O Chanceler Azeredo da Silveira, que o aguardava, saudou o visitante em nome do Governo brasileiro.

Pouco depois de chegar à Capital Federal, Kissinger teve uma reunião de trabalho no Itamaraty com o Ministro das Relações Exteriores, da qual participaram vários assessores, entre os quais o Subsecretário de Estado Adjunto para Assuntos Latino-Americanos, William Rogers. Ainda no dia 19, à noite, Kissinger visitou a Embaixada norte-americana, onde foi apresentado a todos os fun-

cionários pelo Embaixador John Crimmins, e, depois, compareceu a um banquete no Itamaraty, oferecido pelo Chanceler Azeredo da Silveira.

No dia 20, às 10 horas, Kissinger foi recebido no Palácio do Planalto pelo Presidente Ernesto Geisel, com quem conferenciou durante 55 minutos. Em seguida, também no Palácio do Planalto, conversou mais de uma hora com o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, General Golbery do Couto e Silva. Azeredo da Silveira e William Rogers estiveram presentes a este encontro.

Kissinger, a seguir, manteve reunião, no Itamaraty, a partir de 12 horas, com o Chanceler brasileiro. Houve, logo depois, um almoço de trabalho, ao qual compareceram os seguintes Ministros: da Fazenda, Mário Henrique Simonsen; das Minas e Energia, Shigeaki Ueki; da Indústria e do Comércio, Severo Fagundes Gomes; da Agricultura, Alysso Paulinelli; e do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, além dos Presidentes do Banco do Brasil, Angelo Calmon de Sá, e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Marcos Pereira Vianna.

Após esse almoço de trabalho, Kissinger visitou o Congresso Nacional. Esteve, inicialmente, no Senado Federal, onde foi recebido por seu Presiden-

te, Senador Magalhães Pinto, e por outros Senadores. Depois, dirigiu-se à Câmara dos Deputados, tendo sido recepcionado por seu Presidente, Deputado Célio Borja, e outros membros dessa Casa do Congresso.

O Secretário de Estado norte-americano, posteriormente, visitou o Supremo Tribunal Federal, em cujo Salão de Honra foi recebido pelo Ministro Djaci Falcão, Presidente dessa Corte. E, a seguir, no Palácio do Planalto, Kissinger manteve reunião com os Ministros Mário Henrique Simonsen e João Paulo dos Reis Velloso, para examinar assuntos ligados às relações comerciais Brasil-Estados Unidos.

O último dia dos contatos de Kissinger em Brasília — 21 de fevereiro, sábado — foi dedicado ex-

clusivamente à assinatura do Memorando de Entendimento, às 9h30m, no Itamaraty, seguida de uma entrevista coletiva à imprensa, que durou cerca de uma hora. À tarde, em companhia do Presidente Ernesto Geisel e de outras autoridades, assistiu à partida de futebol entre as Seleções do Brasil e de Brasília, no Estádio do Conjunto Desportivo Presidente Médici.

De lá, o visitante rumou diretamente ao Aeroporto Militar de Brasília, embarcando para o Rio de Janeiro, onde o esperavam o Chefe da Representação local do Ministério das Relações Exteriores e o Cônsul-Geral dos Estados Unidos no Rio. Kissinger passou o dia 22, domingo, descansando e passeando no Rio de Janeiro e à tarde partiu para Bogotá, prosseguindo sua viagem à América Latina.

a saudação na chegada a Brasília

Declarações à imprensa do
Secretário de Estado norte-americano,
Henry Kissinger, em 19 de fevereiro de 1976, por ocasião de sua chegada a Brasília

Senhor Ministro das Relações Exteriores,

Senhoras e

Senhores,

Gostaria de dizer-lhes o quão feliz me sinto por estar de volta ao Brasil após tanto tempo de ausência. Estive aqui há catorze anos e fiquei emocionado e impressionado com o povo e o país. Estou feliz por ter tido esta oportunidade de voltar, especialmente como convidado do meu bom amigo Antônio Azeredo da Silveira.

Tenho lido muitas especulações sobre o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos, perguntas sobre se o Brasil pertence ao Terceiro Mundo ou ao Primeiro Mundo, ou a qualquer outro grupo. Mas não vejo as coisas assim. O Brasil é um país importante, que está despon-

tando como uma potência mundial. O próprio país decidirá sobre sua posição, mas sei que o Brasil é um amigo. Todo o nosso relacionamento com ele tem sido baseado em amizade e compreensão.

Meus muitos encontros com seu Ministro das Relações Exteriores têm sido conduzidos com cordialidade, franqueza e a sutileza que é característica da diplomacia brasileira. Estou aqui para reforçar uma amizade pessoal e para fortalecer os laços de amizade existentes entre o Brasil e os Estados Unidos; laços que, à medida que o Brasil se torna uma potência mundial, serão ainda mais significativos para a paz e o progresso do mundo do que já foram até hoje. Espero que minha visita possa marcar o começo de um relacionamento cada vez mais íntimo e, sobretudo, uma nova era nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos.

Agora, se meu amigo Antônio me permitir um aparte pessoal, que nada tem a ver com diplomacia.

Durante o Campeonato Mundial de Futebol, apareceram histórias nos jornais dizendo que eu havia expressado dúvidas sobre o futebol brasileiro.

Ora, é concebível que eu tenha expressado, de vez em quando, algumas opiniões sobre a diplomacia brasileira, mas, sobre o futebol brasileiro, nunca.

Tenho apenas um pedido pessoal: que o Brasil retome seu estilo ofensivo, que é tão típico de seu caráter futebolístico natural.

Sou grato a seu Presidente por me ter convidado a acompanhá-lo, no sábado, para assistir a um jogo.

Assim, espero com ansiedade o decorrer desta minha visita e das reuniões que aqui mantereí. Estou contente por me encontrar mais uma vez com meu amigo Antônio.

Obrigado.

Discurso do **ampliar a cooperação, reduzir**
Chanceler Azeredo da Silveira
no banquete oferecido ao **ou eliminar as divergências**
Secretário de Estado norte-americano,
Henry Kissinger, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 19 de fevereiro de 1976

Senhor Secretário de Estado,

O Brasil e os Estados Unidos da América possuem afinidades éticas, culturais, históricas e geográficas que favorecem o convívio entre os seus dois povos e a cooperação recíproca. **Compartilhamos o sentimento de pertencer a duas comunidades amplas e de nítidas características: a do mundo ocidental e a do continente americano que, no panorama universal, assumiu, no decorrer de sua história, comportamentos marcadamente individuais e distintivos com relação aos de outros conjuntos regionais da humanidade.**

o engajamento do brasil no plano internacional

Os Estados Unidos da América, que, muito cedo na sua história, assumiram posições de incomparável poder nas relações internacionais, tive-

ram sempre responsabilidade de relevo na condução dos assuntos que interessam a cada uma dessas comunidades. No caso do Brasil, nosso engajamento internacional, em razão de interesses nacionais a defender, procedeu-se, ao longo do maior número de anos da nossa história, no plano hemisférico. Não que não estivéssemos presentes, com atento interesse e mesmo participação ativa, em muitas ocasiões em que problemas extra-continentais foram debatidos ou até postos em questão em conflitos armados. Essa participação era, porém, necessariamente limitada pela exígua projeção externa que caracterizava o Brasil de antes, no mundo de antes, estruturado este sobre bases de rígidos feudos de exclusivismos políticos e de presença ou herança colonial. A Segunda Guerra Mundial foi um fator decisivo na mudança tanto do quadro interno brasileiro quanto, e principalmente, do quadro universal. Diluiu-se a repartição de poder político que gerava a rigidez daqueles exclusivismos e iniciou-se o processo, infelizmente ainda não terminado, de colapso definitivo da estrutura colonial. Aliado a esse fenômeno, ou mesmo, até certo ponto, dele resultante, ocorreu, nos países

antes objeto da História — uma História feita principalmente nos centros europeus de poder — um influxo de informações e de ideias nos planos político, económico e social, que veio alterar substancialmente as perspectivas de evolução global. **O Brasil, país jovem e dinâmico, e de enormes potencialidades, absorveu construtivamente esses ventos de transformação e, no espaço de uma geração, passou a ter as condições para sentir e assumir as responsabilidades de uma representatividade mais atuante no amplo espectro das relações internacionais.**

Esse aumento de interesses no plano global e de potencialidades de atuação traz-nos agudo sentido de responsabilidade por nossas ações e impõe objetiva e pertinaz avaliação de nossos compromissos no plano internacional, à luz do compromisso maior que temos com os destinos da Nação.

afinidades peculiares e interesses específicos definem políticas próprias

Dizia, ao começar, que os nossos países reparam identidades relevantes em razão de pertencerem ambos a comunidades com características bem definidas, o mundo ocidental e o sistema interamericano. Essas identidades não esgotam as personalidades de uma e de outra nação. Tem cada uma afinidades peculiares com outros grupos de países e interesses específicos que definem políticas próprias no cenário mundial.

Assim, o Brasil é, também, parte de uma outra ampla e diversificada comunidade de nações, com as quais reparte aspirações legítimas e fundamentais: a comunidade dos países em desenvolvimento e, entre estes, especificamente, da comunidade de nações latino-americanas. Laços especiais nos unem, também, a nações africanas que foram berço e manancial de traços consideráveis de nossa cultura. São nossas as aspirações de todos esses países no sentido de que o mundo se reestruture numa ordem económica internacional mais equânime e mais conducente à paz.

Longe de acreditar, fatalisticamente, que os caminhos para essa nova ordem só possam passar pela exacerbada confrontação com os países

mais desenvolvidos, temos, ao contrário, sustentado que existe uma possibilidade de concertação de interesses e temos, com obstinado otimismo, proposto a via da negociação e do entendimento. De outra parte, não nos temos cansado de alertar os países desenvolvidos do mundo ocidental para a responsabilidade que lhes cabe nessa direção. Pensamos ser claro que a procrastinação de uma real mudança de atitude, por parte dos países industriais do Ocidente, em relação aos países em desenvolvimento — que já foi responsável pela exasperação hoje quase que institucionalizada na contínua confrontação —, poderá amanhã, atingir, gravemente, a própria viabilidade do mundo ocidental, ao qual a maior parte dos países em desenvolvimento se sente ligada e deseja responsabilmente pertencer.

a nação líder do mundo ocidental

Os Estados Unidos da América, pela extraordinária soma de poder e de influência de que dispõem, se têm e são respeitados como nação líder do mundo ocidental. Ninguém disputará que são os valores culturais americanos os que predominantemente se transformam em modelos na maior parte dos países do mundo ocidental. Nem que o poder bélico americano seja fator decisivo de sustentação do equilíbrio militar mundial. Indiscutível, também, é a extraordinária influência que tem a economia americana na evolução dos comportamentos económicos dos demais países do mundo. **Tudo isso indica que o papel de liderança americana é um papel real, o que importa ao povo e ao Governo americanos reconhecer, pela responsabilidade que assumem, e aos povos e Governos dos demais países do mundo ocidental avaliar, pelas consequências que decorrem desse poder de atuação e de liderança.**

A liderança necessária numa comunidade de povos livres é a que deriva do exemplo de sincera e inabalável crença nos valores próprios dessa comunidade. É a que se reflete na compreensão que tenha quem a exerça de que tais valores são de criação e de expressão coletiva. É a que venha acompanhada da convicção de que liderança e responsabilidade são os dois lados de um mesmo fenómeno. Nesse contexto, quanto

mais espontânea for a coincidência de interesses entre as nações, tanto melhor serão alcançados os objetivos comuns. É a convergência de interesses que torna viável a cooperação fecunda. Os alinhamentos automáticos, se lisonjeiam o líder, comprometem, a longo prazo, a eficiência da própria cooperação.

apelidos numéricos não têm significado

As legítimas preocupações de desenvolvimento nos países novos, que desembocaram no desejo irreprimível que hoje se generaliza de que seja estabelecida uma ordem econômica internacional mais equânime, terão conduzido a uma dominante preocupação quantitativa que se reflete na categorização dos Estados. **Os apelidos numéricos que se dá a esse ou àquele grupo de nações não têm significado senão na medida em que se queira enrijecer as distinções mediante atribuições de nítidas desvantagens a uns e de contínuos privilégios a outros. Para nós, por cima dessas distinções artificiais, e que poderiam ser multiplicadas indefinidamente, estão certas fidelidades básicas que fazem do mundo ocidental um universo amplo, aberto e dinâmico, que aceita e compreende a necessidade de um tratamento político eqüitativo para a interdependência econômica, interdependência que entendemos deva ser horizontal, e que tende a ligar todos os países do mundo, em busca de paz.**

No plano hemisférico, os conceitos de interdependência e de cooperação vêm sendo defendidos ainda com maior vigor. Profundas transformações têm passado os países do continente, as quais fundamentalmente alteram o quadro das relações intra-hemisféricas que presidiu a elaboração dos instrumentos institucionais que aí governam. No passado, soubemos encontrar formas de cooperação muitas vezes vanguardistas em relação a esforços no mesmo sentido entre países avançados e países menos avançados em outras partes do mundo. Deveríamos saber conservar essa capacidade de criar formas exemplares de cooperação.

Os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América sempre se sentiram próximos um do outro pelas próprias contingências da contigüidade hemisférica. As responsabilidades internacionais

que se têm acrescido para ambos os países reforçam a necessidade de consulta e cooperação entre os dois Governos, o que temos procurado fazer de forma sempre mais intensa, freqüente e franca.

um encontro em cada quatro meses

Senhor Secretário de Estado,

Nos últimos 22 meses, nossos encontros pessoais têm alcançado a média de um em cada quatro meses. Nessas oportunidades, temos revisto, em profundidade, a evolução de acontecimentos direta e indiretamente relevantes para as relações bilaterais entre os dois países. Nos intervalos, temos conservado ativos os nossos contatos pessoais e as nossas Chancelarias vêm repetindo a prática de procurar manter-nos atualizados quanto às perspectivas de cada Governo nos assuntos de interesse comum. **Esse diálogo permanente reforça nos nossos Governos a certeza de que podemos estabelecer, em bases de completa igualdade, um sistema ativo de entendimento que favoreça a compreensão recíproca e a cooperação possível.** Depois de amanhã, estaremos assinando um Memorando de Entendimento que formaliza um sistema de consultas na linha do que pragmaticamente já vimos realizando ao longo desses dois anos. O Memorando com o Governo dos Estados Unidos da América constitui elo fundamental no sistema de consultas que o nosso Governo, na comunidade das nações ocidentais, procura elaborar para dar forma moderna e operativa à solidariedade que nos une em torno de valores fundamentais.

os propósitos do sistema de consultas

Não cerceiam tais instrumentos nossas respectivas liberdades de ação. Ao contrário — como Vossa Excelência mesmo já teve oportunidade de expressar-me, e o que é também o meu pensamento —, é essencial, para que sejam efetivos, que cada parte reconheça à outra a especificidade de interesses, de preocupações e de objetivos no

plano internacional. O que visa o sistema de consultas é a estimular a mútua compreensão para essas especificidades, a fim de que, quando necessário, se amplie a cooperação, e que, quando possível, se reduzam ou eliminem as divergências.

Senhor Secretário de Estado,

Em nossos repetidos encontros temos muitas vezes examinado estas questões e a elas dedicado o melhor de nossa atenção. Quando, depois de amanhã, apusermos nossas assinaturas no Memorando de Entendimento, estaremos, na realidade, formalizando o que já vem sendo a prática nas relações entre nossos Governos. Mas o ato não será meramente simbólico, pois com ele se indicará que pretendemos que não sejam apenas contingentes as nossas consultas e que reconhecemos uma específica responsabilidade de entendimento e respeito mútuo no relacionamento especial que entre nossos Governos se estabeleceu.

serena franqueza e imperturbável espírito construtivo

É com grande prazer que vejo por nossas mãos concretizar-se essa expressão de vontade política, pois se ela é representativa dos sentimentos de nossos Governos o é, também, da amizade e da confiança que se estabeleceram entre nós ao longo desses dois anos. Nosso diálogo se tem caracterizado por serena franqueza e imperturbável espírito construtivo. Esse é o clima que, esperamos ambos, presida sempre as relações entre os nossos dois Governos.

Minhas Senhoras, meus Senhores,

Peço a todos os presentes que comigo ergam as suas taças para brindar à saúde do Presidente Gerald Ford, à prosperidade das relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América e à felicidade do nosso ilustre visitante, o Secretário de Estado Henry Kissinger.

Discurso do
Secretário de Estado
norte-americano,
Henry Kissinger,

no banquete que lhe foi oferecido pelo Chanceler Azeredo da Silveira,
no Palácio Itamaraty de Brasília, em 19 de fevereiro de 1976

dois países em busca de uma ordem económica mais equânime

Senhor Ministro, Embaixadores, Ministros,

Amigos,

Devo iniciar por dizer o quanto lamento a ausência de meu caro amigo Embaixador Araújo Castro, nesta noite. Foi, realmente, sua enorme contribuição à amizade entre o Brasil e os Estados Unidos que proporcionou estarmos aqui hoje reunidos. Ele foi um diplomata de grande visão e sentido humano. Serviu seu país com distinção e sentirei muito a falta de seus ensinamentos.

Alguns dos Senhores poderão ter-se perguntado, como fizeram os meus assessores, se eu efetiva-

mente viria até aqui. Eu, porém, nunca duvidei que um dia estaria sentado a esta mesa ao lado de meu bom amigo, o Chanceler Azeredo da Silveira. Receava demais seus comentários sardônicos para mais uma vez desapontá-lo.

diplomata brasileiro inspira respeito

Antônio, nossas conversas e trocas de ideias já me mostraram porque a habilidade dos diplomatas brasileiros inspira respeito tão profundo no campo das relações internacionais. Meu único

reparo é que, aplicando seus próprios padrões elevados e a grande sutileza do espírito latino, eles por vezes nos consideram muito mais complexos do que na realidade somos.

Nunca tive dúvidas de que os diplomatas brasileiros falam em nome de um grande país, de um povo que está assumindo seu lugar na primeira fila das nações. O Brasil, de proporções continentais e coração tão amplo quanto sua geografia, está agora assumindo um papel no mundo, proporcional à grandeza de sua história e suas ainda maiores promessas. Meu país acolhe com prazer a nova posição brasileira no concerto das nações.

É por esta razão, Senhor Ministro, que tenho grande satisfação em aproveitar esta oportunidade para dizer alguma coisa sobre como nossas duas nações poderão enfrentar juntas, nos anos vindouros, os problemas de nosso mundo moderno e complexo, e sobre o mecanismo de consulta que criaremos aqui, durante minha visita, e que dará, tenho certeza, significado, força e permanência à nossa cooperação.

Senhor Ministro, nossas duas nações terão muito a realizar juntas. Ambas estão vitalmente interessadas e envolvidas nas respostas que o mundo dará aos desafios fundamentais de construir uma nova ordem internacional de paz, e garantir justiça e prosperidade para todos os povos.

Brasil e EUA enfrentam juntos o mundo em mudança

Hoje, juntos, o Brasil e os Estados Unidos enfrentam um mundo complexo e em mudança. A ordem internacional dos séculos passados se quebrou sob as pressões de duas guerras mundiais e do processo inexorável da descolonização. A ordem bipolar da última geração sofreu um processo de erosão. As nações industriais do Ocidente agora interrelacionam-se em uma nova e mais igual base de cooperação e de iniciativas compartilhadas. O mundo comunista se fragmentou e está assoberbado com dificuldades econômicas, mesmo quando a União Soviética emerge como uma superpotência militar. Em volta do

globo novas vozes despertam as preocupações da humanidade com o destino de nossos concidadãos em um mundo cada vez menor.

A associação tradicional de nossas duas nações e a grande amizade que a tem continuamente inspirado estão entre nossos mais preciosos recursos. Ao mesmo tempo, **nossas relações bilaterais têm agora de se imbuir de uma visão global e de ser planejadas de modo a alcançar uma envergadura mundial. Nós apenas começamos a ficar cientes do potencial contido numa colaboração vigorosa entre as nações mais desenvolvidas do Ocidente para a formulação de uma ordem internacional na era à nossa frente.**

No âmago das preocupações de meu país está o imperativo da paz mundial.

No âmago das preocupações do Brasil estão os novos problemas relacionados à interdependência global.

Estas duas tarefas centrais de nosso tempo outorgam tanto ao Brasil quanto aos Estados Unidos um papel e responsabilidade especiais e novas possibilidades de cooperação.

O desafio da paz e da prosperidade

Os Estados Unidos de hoje confrontam-se com um desafio sem precedente em sua própria história e com um outro desafio sem precedente na história mundial. Os Estados Unidos reconheceram finalmente que estão permanente e irrevogavelmente envolvidos em assuntos mundiais fora do hemisfério ocidental. Ao mesmo tempo, a natureza catastrófica da guerra nuclear nos impõe uma necessidade que transcende aos conceitos tradicionais de diplomacia e equilíbrio de poder para formular uma ordem mundial que encontre uma estabilidade com autocontrole, paz dentro da justiça e progresso dentro da cooperação global.

Nem todas as nações podem escolher uma responsabilidade global, mas toda nação tem um interesse vital em seu sucesso. Os Estados Unidos, de um modo muito especial entre as nações do mundo livre, têm uma pesada responsabilidade de manter o equilíbrio mundial de forças e de resistir ao expansionismo.

Todas as nações que valorizam a independência devem reconhecer e opor-se a tentativas que visem perturbar o equilíbrio global de que dependem a dignidade e a segurança das nações. A paz não pode sobreviver a tentativas de exploração de situações locais turbulentas visando vantagens políticas ou militares. Não podemos aceitar o envio de pesadas forças expedicionárias e de vastas quantidades de material bélico para impor soluções em conflitos locais em continentes longínquos. Nem poderemos ficar indiferentes se uma nação deste hemisfério pratica sistematicamente a intervenção, com o fito de exacerbar tais conflitos pelo mundo afora. Os Estados Unidos estão decididos, por uma questão de princípio, a resistir a ações tão perigosas e irresponsáveis.

a paz não pode depender de equilíbrio de forças

Ao mesmo tempo, nunca esqueceremos que o mundo não pode confiar indefinidamente numa paz que depende exclusivamente de um precário equilíbrio de forças, numa estabilidade que se baseia em pressões ou ameaças de mútuo extermínio. Nosso povo, e todos os outros, exigem algo melhor. Superar o problema da guerra nuclear é o imperativo moral de nossa época. Nosso objetivo máximo é o de olhar para além das crises de momento, e dar forma a uma estrutura de relações internacionais que ofereça a nossos filhos a esperança de um futuro melhor e menos cataclísmico. Nós nunca nos contentaremos com o equilíbrio apreensivo de uma trégua armada. Nunca cessaremos de procurar uma paz na qual as gerações futuras saberão que sua época é de verdadeira reconciliação.

Não haverá nem pode haver uma aliança hegemônica nossa com a outra superpotência nuclear. Pelo contrário, **o povo de meu país nunca esquecerá que os laços que nos unem a nossos amigos e aliados são os alicerces do edifício que procuramos construir.** À medida que formos fazendo frente às responsabilidades ligadas à segurança, as energias de todas as nações estarão liberadas para os empreendimentos positivos de melhoramento humano; todas as nações, portanto, têm interesse na paz. Pois, no mundo de hoje, a paz

é global; um colapso da ordem neste planeta, cada vez menor, afetará as esperanças, os sonhos e o bem-estar de todos nós.

Solidários a seu empenho de paz, todos os países devem fazer sua específica e necessária contribuição à realização das aspirações positivas de toda a humanidade.

o desafio da interdependência

Pois esses são os novos objetivos para os quais as nações do mundo estão se orientando — e entre as mais notáveis, este grande país. **O Brasil, surgindo no palco mundial, está exatamente em cima do grande desafio internacional de nosso tempo: a brecha que separa os mundos desenvolvido e em desenvolvimento. O Brasil, que é ao mesmo tempo industrializado e em desenvolvimento, espelha o mundo em sua vastidão, sua diversidade e seu potencial. O Brasil empreende a grande tarefa do avanço econômico e social, do melhoramento de seu povo, não apenas com seus estonteantes recursos, como também com uma energia sem limites.**

O Brasil também começa já com fortes laços de amizade com os países da América do Sul, com as grandes potências industriais, e com as nações do Terceiro Mundo, que almejam melhores condições de vida. Na América Latina, o significativo papel político e econômico do Brasil foi de há muito reconhecido. Junto às nações industrializadas o Brasil tem sido advogado de mudanças necessárias nas instituições e práticas do sistema econômico global. Com os países em desenvolvimento, o Brasil se esforçou por conseguir uma voz maior e uma participação mais ativa de todos no sistema econômico aberto que há uma geração vem fomentando e espalhando o mesmo aos quatro cantos do mundo.

Assim, no mundo interdependente de hoje, o lema tradicional da bandeira brasileira — ordem e progresso — adquire um novo significado.

Os Estados Unidos, por sua vez, também aceitaram o desafio de cooperação em bases iguais entre todas as nações, industrializadas e em desenvolvimento, Norte e Sul, ricas e pobres.

Na Sessão Especial sobre Desenvolvimento, da Assembleia Geral das Nações Unidas, meu Governo propôs um completo programa de medidas para melhorar as garantias contra os ciclos económicos e calamidades naturais, para estimular o crescimento; para melhorar as condições de comércio, particularmente nas mercadorias-chave que são o cerne das economias em desenvolvimento; e para se dedicar urgentemente às necessidades especiais das nações mais pobres. Estamos convictos de que, em última análise, é a justiça que garante a tranquilidade; que é a esperança que inspira os homens a tornar realidade seus sonhos milenares.

Encorajou-nos verificar, naquela sessão especial, que a linguagem estridente dos debates entre Norte e Sul começou a ser substituída por discussões mais racionais e uma sensação duradoura de que somos, de fato, uma só comunidade mundial. Os apelos a ideologias ultrapassadas estão dando lugar ao estudo de propostas práticas. Seu Ministro das Relações Exteriores sempre defendeu este ponto de vista. O Brasil, diz ele, não se sente atraído pela "ilusão de vitórias formais e retóricas em foros internacionais", mas sim está interessado em progresso prático.

Meu país compartilha deste compromisso.

os estados unidos e o brasil num mundo interdependente

Senhor Ministro,

Meu país compartilha com o seu a convicção de que nossos esforços conjuntos podem agora constituir uma contribuição decisiva a uma nova era de progresso para o mundo. Esta é uma perspectiva digna de nossos povos. Portanto, **aprimoraremos nossos laços com os Senhores, neste hemisfério e no mundo. O nosso não será um relacionamento de unanimidade automática, mas de igualdade, respeito mútuo e esforços comuns numa infinidade de áreas.**

Já estamos desempenhando, juntos, papéis importantes, numa série de foros internacionais — na Conferência de Cooperação Económica Internacional, nas Negociações Multilaterais de Comércio em Genebra, no Banco Mundial e no Fundo Mone-

tário Internacional. Nosso passado recente demonstra que nós e o mundo temos muito a ganhar trabalhando desta maneira.

Em janeiro último, em Kingston, Jamaica, o Brasil e os Estados Unidos destacaram-se na consecução de uma extensa reforma do Fundo Monetário Internacional, adotada por grande maioria.

Através dessas novas medidas, as reservas monetárias do mundo em desenvolvimento aumentarão apreciavelmente e as perspectivas para o crescimento económico mundial serão melhores. **Tanto os Estados Unidos quanto o Brasil têm um interesse vital nos resultados da Conferência sobre o Direito do Mar. Estou confiante de que veremos uma conclusão bem sucedida dessa histórica negociação global este ano. A voz do Brasil é vital naquelas deliberações e nós estamos em estreito entendimento.**

Finalmente, e bem recentemente, em Londres, o Brasil e os Estados Unidos superaram suas diferenças e ajudaram as negociações de um Acordo sobre Mercadorias — sobre café — que servirá, igualmente, aos interesses dos consumidores e produtores. O Presidente Ford decidiu que os Estados Unidos assinarão o Acordo Internacional do Café. Meu Governo o apoia e confio que nosso Congresso o endossará.

Quaisquer que tenham sido, entretanto, os sucessos do passado recente, a necessidade de encontrarmos bases comuns é mais urgente do que nunca. Nenhum país, nem mesmo aqueles territorialmente tão vastos quanto os Estados Unidos e o Brasil, podem esperar impor soluções unilaterais aos problemas que figuram hoje na agenda mundial.

As políticas comerciais nacionais, especialmente, têm criado dificuldades recorrentes. Até certo ponto, esses problemas são cíclicos, refletindo baixas económicas e temporárias, assim como uma crescente conscientização nos Estados Unidos das possibilidades, a longo prazo, de crescimento e capacidade competitiva do Brasil.

soluções comuns para problemas comerciais

Os Estados Unidos estão decididos a superar estas dificuldades. Estamos preparados para envidar

quaisquer esforços nesse sentido através de entendimentos e compromissos multilaterais. Acreditamos que nossos países devem encontrar soluções comuns para esses problemas comerciais e utilizá-las como base para o estabelecimento de um novo período de cooperação econômica internacional.

O comércio é apenas um dos muitos assuntos que convocam nossos dois países a um nível mais alto de colaboração e cooperação. Esta é a razão, Sr. Ministro, pela qual será para mim uma honra ter, em breve, a oportunidade de assinar com Vossa Excelência nosso novo acordo formal que estabelecerá um mecanismo regular de consultas entre nossos dois países em nível ministerial. **O mecanismo que criaremos nos comprometerá a um trabalho de íntimas e intensas deliberações sobre os principais assuntos mundiais e bilaterais tal como é requerido pelo alcance de nossos respectivos interesses e responsabilidades no âmbito internacional.**

Há muito tempo vimos aprimorando nossas consultas no sentido de acompanhar a significação crescente de nosso relacionamento. Há quinze meses instituímos consultas ao nível de assessoria de planejamento. Em julho último, estabelecemos um grupo consultivo para assuntos econômicos, com um subgrupo especial sobre comércio. Agora coroamos esses esforços com uma demonstração e institucionalização de vontade política.

Nosso novo sistema de consultas não garantirá soluções automáticas. Mas, à medida que nos dedicarmos a nossos assuntos mútuos bilaterais e às questões em negociações internacionais importantes, em que nossas nações forem chamadas a participar, nossa troca de pontos de vista adquirirá uma nova e séria importância. Nossas mútuas consultas fortalecerão a eficácia de nossa cooperação em direção a objetivos comuns. Nossos esforços conjuntos poderão muito bem significar a diferença que garantirá o êxito nas reuniões mundiais do futuro.

Este mecanismo nos será de valia na procura de soluções aos problemas comerciais que surgirem entre nós, já que **um dos princípios fundamentais da política externa americana tem sido o apoio aos esforços dos países mais industrializados da América Latina — à frente dos quais o Brasil — para competir, em melhores condições de igual-**

dade, na arena mundial. Uma das contradições, gerada pelos subsídios às exportações no Brasil e pelas tarifas compensatórias nos Estados Unidos, não deve tornar-se assunto divisor sério. Devem ser encarados por ambos os lados à luz dos requisitos políticos fundamentais de nosso relacionamento total e da ordem de cooperação internacional que ambos procuramos construir. Para esse fim, discutiremos a possibilidade de um compromisso internacional sobre o assunto de subsídios e de tarifas compensatórias, a ser finalmente negociado em Genebra, sob a autoridade da Lei do Comércio Exterior de 1974.

Além disso, nossas consultas podem ser empregadas para investigar maneiras de coordenarmos as políticas de nossos Governos para promover a mais completa dedicação de recursos privados e públicos à transferência de avanços científicos e tecnológicos, visando ao desenvolvimento brasileiro a longo prazo.

Prevedemos também que nossas consultas possam atingir igualmente o desenvolvimento dos campos de energia, espaço e recursos oceânicos — todos os quais prometem imensos benefícios a toda a humanidade.

Traremos à mesa, nessas consultas, toda a gama de considerações políticas — o caráter básico de nossas relações com o Brasil, e nossos laços com o hemisfério e com o mundo. Estaremos preparados para consultar sobre todos os principais eventos de significação internacional. No final, será o espírito que dará a dimensão de propósito e de valor a tudo que possamos empreender nessas questões técnicas.

mecanismo de consulta é intercâmbio que reflete igualdade

Concebemos essas consultas não como um processo no qual um dos lados faz uma reivindicação e o outro defende uma posição pré-estabelecida, mas sim como um verdadeiro intercâmbio refletindo nossa igualdade, nossas perspectivas mundiais, e os benefícios que ambos os lados certamente auferirão de empreendimento comum. Nenhum dos lados pode ou deve prescrever ao outro qual a posição básica que deva tomar em relação ao resto do mundo. Mas, cada um cer-

tamente se beneficiará em conhecer plenamente as aspirações do outro e provavelmente as levará em consideração.

A história sugere que as relações dos Estados Unidos com a América Latina são freqüentemente caracterizadas mais por princípios muito bonitos do que por ações práticas concretas. **Vamos garantir, desta vez, que o mecanismo de consultas, que estamos estabelecendo entre nossas nações, se tornará, em realidade, uma base contínua para esforços de cooperação que tenha real significado para nossos povos. Mesmo com as melhores intenções, os princípios não são traduzidos em realidade a não ser que os Governos, sistematicamente, se dêem tarefas concretas e específicas que ganhem o interesse e a vontade de seus cidadãos. Desta maneira, descobriremos a forma o a promessa de nosso futuro relacionamento.**

Senhor Ministro, minha primeira visita ao Brasil foi há mais de uma década atrás. Fiquei impressionado com a ilimitada confiança e a largueza de visão do povo. Isto me fez lembrar a força moral que caracterizou as primeiras gerações que construíram os Estados Unidos. E só pude concluir que a sua nação, como a minha, estava destinada à grandeza.

brasília, vibrante capital de importância mundial

Em lugar algum pode alguém sentir mais profundamente o espírito de criatividade das Amé-

ricas do que em Brasília. Aqui, onde antes havia apenas solidão, agora pulsa esta vibrante e cosmopolita capital de importância mundial.

No velho mundo, a fronteira era um limite; no mundo novo ela foi e será sempre uma oportunidade. Este é um hemisfério de promessas e descobertas, que faz surgir o verdadeiro espírito de coragem do povo.

Nossa esperança e dinamismo, a vibração e diligência dos diversos povos que formam as nossas nações, nossa luta comum contra a natureza, a miséria e opressão — todos são elementos duma epopeia incomparável da história do mundo. Eles são a garantia de que nosso esforço, que tanto realizou no passado, pode ser ainda mais fecundo se trabalharmos juntos nas fronteiras do futuro. O que nós escolhemos para realizar juntos pode ter um vasto significado para um mundo que anseia por uma nova demonstração do quanto podem realizar nações livres e fortes trabalhando juntas e com uma visão de responsabilidade global.

Bem-vindo o Brasil ao seu justo e compartilhado papel de liderança internacional. Possamos nós estreitar nossa colaboração na busca de um mundo mais seguro, próspero e justo.

Senhoras e Senhores, eu os convido a se juntarem a mim em um brinde ao Presidente do Brasil, General Ernesto Geisel, ao meu colega e amigo Chanceler Azeredo da Silveira, e à permanente amizade entre os povos do Brasil e dos Estados Unidos.

Discurso do Chanceler
Azeredo da Silveira, após a assinatura
do Memorandum de Entendimento
Brasil-Estados Unidos, no Palácio Itamaraty
de Brasília, em 21 de fevereiro de 1976

o diálogo assume formas operativas

Senhor Secretário de Estado,

Senhor Subsecretário de Estado para a América Latina,

Senhor Embaixador dos Estados Unidos da América,

Senhor Ministro das Minas e Energia,

Meus Senhores,

Senhor Secretário de Estado e caro amigo Henry Kissinger,

Chegamos hoje ao final de nossas jornadas de trabalho e podemos dizer que o tempo despendido nas conversações que mantivemos, assim como

naquelas que Vossa Excelência manteve com outros membros do Governo, a partir do Senhor Presidente Ernesto Geisel, foram frutíferas e nos levaram a um feliz resultado. Esses entendimentos se realizaram sempre de forma distendida, como se se tratasse mais de uma conversação entre amigos do que propriamente de uma negociação. Neles prevaleceu sempre o respeito mútuo, o desejo de se chegar a uma compreensão profunda e também a cordialidade, que é a característica das relações entre nossos dois países.

Quero dizer, com a maior franqueza, que o documento hoje assinado é fruto de uma longa maturação e consequência dos contactos que Vossa Excelência e eu temos sabido manter durante esses dois anos, buscando uma maior aproximação entre os nossos países. E a verdade é que não se trata de um documento retórico. É um documento político, que expressa a decisão dos nossos dois países de transformar esse diálogo num instrumento para se chegar a fórmulas cada vez mais operativas, que não só tragam soluções completas aos eventuais problemas de nosso relacionamento, como também sirvam para prevenir tais problemas. É essa a nossa decisão, essa é igualmente a decisão de Vossa Excelência.

Aqui chegou Vossa Excelência como um amigo, como um amigo que já conhecia o Brasil, mas ainda queria entendê-lo melhor. E Vossa Excelência também pôde ver no olhar de todos os que o receberam, inclusive no olhar daqueles que o viram nas ruas, a simpatia e o afeto. Simpatia

pela sua personalidade marcante, que tantos serviços tem prestado ao seu país e à causa da paz no mundo,- afeto que liga brasileiros e norte-americanos. **Esta é a verdade: o Brasil é um país que tem voz própria, que acredita na sua voz própria, mas que sempre manteve um sentimento de amizade cordial para com os Estados Unidos da América e que pretende que este sentimento seja o principal alicerce do seu relacionamento. E o será.**

Não quero ser muito explícito sobre o documento que assinamos. Prefiro que o próprio Secretário de Estado o faça, e certamente o fará melhor do que eu. Desejo, apenas, assegurar-lhes que, atrás desse documento, há o firme propósito do Governo brasileiro de torná-lo imediatamente operativo. E assim será, disso tenho certeza. Nós — e o Secretário de Estado o dirá melhor do que eu — já vamos começar a estabelecer imediatamente os grupos de trabalho específicos que atuarão nos vários setores das relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América, de forma rápida e completa.

Senhor Secretário de Estado,

Vossa Excelência chegou aqui como amigo, e creio que partirá com um melhor conhecimento ainda da solidez dos laços afetivos que unem os nossos dois países. Agradeço a Vossa Excelência por essa visita. Creio que ela foi construtiva e que dará resultados os mais positivos para as nossas relações.

Muito obrigado.

Discurso do Secretário de Estado
norte-americano, Henry Kissinger,
após a assinatura do Memorandum de
Entendimento Brasil-Estados Unidos,
no Palácio Itamaraty de Brasília,

em 21 de fevereiro de 1976

relações brasil-e-ua podem
significar muito
e o progresso
para paz

Senhor Ministro das Relações Exteriores,
Senhor Ministro das Minas e Energia,
Senhor Embaixador,
Senhoras e Senhores,

Dos muitos empreendimentos internacionais que já assinei como Secretário de Estado, nenhum me deu maior prazer do que este acordo de hoje, que meu grande amigo António e eu vimos discutindo há dois anos. No modo encantadoramente persistente e conciliatoriamente claro da

diplomacia brasileira, Antônio tem insistido comigo, nesses últimos dois anos, que os Estados Unidos devem dar maior atenção à América Latina e que as relações entre o Brasil e os Estados Unidos podem ter grande significado para a paz e o progresso do mundo inteiro.

Temos o mesmo sentimento, porque no mundo de hoje sentimos o problema de como evitar conflitos e fomentar o progresso. E é importante definir se esses problemas serão resolvidos pelos que respeitam o indivíduo e baseiam-se na preocupação com a pessoa humana, ou pelos que acreditam em forças impessoais e levam a cabo seus planos sem amor ou ódio — simplesmente em busca de uma concepção burocrática abstrata.

dois povos preocupados com a dignidade humana

Em nenhum outro país as qualidades humanas são mais fortes, a personalidade humana é mais expressiva, que nesse grande país que estou tendo a honra de visitar nesses últimos dias. E não há dois povos cuja preocupação com a dignidade humana e pelos valores básicos do homem seja mais profunda, na vida diária de seus povos, do que o do Brasil e o dos Estados Unidos. Dessa forma, nosso compromisso não é apenas com uma série de entendimentos técnicos, mas com a expressão da confiança no espírito humano individual.

Nas relações entre os Estados Unidos e o Brasil, e nas relações entre os Estados Unidos e a América Latina, tem havido, freqüentemente, declarações pomposas. Estamos decididos a pôr imediatamente em prática o documento que hoje assinamos. Se nos próximos meses fizermos progressos concretos nos itens específicos que dizem respeito a nossos povos, ao hemisfério e ao mundo, este terá sido o seu teste.

O Ministro das Relações Exteriores se referiu a alguns dos grupos que já existem. Decidimos ontem formar, imediatamente, outro grupo para tratar de energia, e mais um, para tratar de cooperação científica e técnica. O Ministro Ueki e alguns especialistas já aceitaram gentilmente nosso convite para visitar Washington muito proximamente, para discutir uma agenda bastante

ampla. O Secretário Simon está vindo ao Brasil na primavera e estamos planejando um encontro da Comissão Geral para futuro próximo.

desenvolvimento e crescimento económico, os temas das conversações

Estou extremamente satisfeito com as conversações que mantivemos aqui, pois elas cobrem toda a extensão de nossas relações, com ênfase especial nos problemas de desenvolvimento e crescimento económico dos nossos países e do hemisfério, num quadro global. O que estamos fazendo aqui não é um entendimento exclusivo, mas algo que estamos preparados para fazer, cada um de nós também com outras nações, com objetivos semelhantes.

Fiquei muito emocionado. Senhor Ministro das Relações Exteriores, não apenas com a extraordinária competência técnica dos meus colegas brasileiros, à qual já me acostumei, mas pela amizade, objetividade, ausência de complexos e extraordinários laços humanos com os quais todas as discussões foram conduzidas, desde o Presidente da República. Dessa forma, ao partir, levarei não somente a decisão política de aprofundar esse relacionamento, mas também a necessidade humana de que esses contatos se tornem cada vez mais profundos. Grande parte do crédito deve ser atribuído à persistência, sutileza e charme do meu amigo e colega, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, que tornam nossos contatos tão francos, a ponto de lhe haver dito que nossas discussões tendem a se reduzir proporcionalmente à razão em que cedemos diante de suas propostas.

as divergências, às vezes, são inevitáveis

Desejo, porém, registrar que deixo Brasília com o mais caloroso dos sentimentos e que espero manter contatos freqüentes e regulares com o Ministro das Relações Exteriores e com seus colegas. Entre dois países do tamanho dos nossos, um dos quais cresce com enorme rapidez, divergências se fazem, de vez em quando, absolutamente inevitáveis. Esse documento não removerá

as diferenças, mas fortalecerá nossa determinação de que sejam superadas pela compreensão de que nossa amizade e nossos objetivos comuns devem sempre conduzir nossas decisões sobre problemas específicos. É com essa decisão que volto a Washington, e já a reafirmamos várias vezes, desde minha chegada ao Brasil.

Resta-me apenas agradecer ao Governo do Brasil, aos meus amigos do Governo brasileiro, pela maneira como as conversações foram preparadas, pela gentileza extraordinária que nos foi demonstrada e pelo grande calor humano, tão característico deste país, mas também tão peculiar à nossa amizade.

Memorandum de Entendimento
Brasil-Estados Unidos
relativo a consultas sobre assuntos de
interesse mútuo, firmado em Brasília,
em 21 de fevereiro de 1976, pelo Chanceler Azeredo da Silveira
e pelo Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger

memorandum estabelece consultas políticas

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América,

Inspirados pela longa tradição de amizade e cooperação entre os dois povos,

Reafirmando a necessidade de dar mais ampla expressão à solidariedade do mundo ocidental e aos benefícios a serem retirados de uma interpretação construtiva do conceito de interdependência entre todas as nações,

Reconhecendo a responsabilidade dos dois países em perseguir seu objetivo comum de uma solução justa e duradoura para os problemas internacionais,

Convencidos da importância de consultas estreitas e freqüentes em assuntos de interesse comum para o correto desenvolvimento de suas respectivas políticas,

E acreditando que essas considerações requerem o estabelecimento de um mecanismo flexível que permita comunicações abertas e dinâmicas em nível ministerial.

Chegaram ao seguinte entendimento:

1. Os dois Governos realizarão normalmente consultas semestrais, sobre

toda a gama de assuntos de política exterior, inclusive qualquer questão específica que venha a ser levantada por uma das Partes. Temas econômicos, políticos, de segurança, culturais, legais, educacionais e tecnológicos, tanto bilaterais, quanto multilaterais, poderão ser discutidos dentro do contexto político ensejado pelas consultas.

2. Essas consultas se realizarão normalmente de forma alternada no Brasil e nos Estados Unidos, em datas a serem mutuamente acordadas. Reuniões especiais poderão ser convocadas por acordo mútuo.
3. As consultas serão conduzidas pelo Ministro das Relações Exteriores, de parte da República Federativa do Brasil, e pelo Secretário de Estado, de parte dos Estados Unidos da América. As reuniões serão presididas pelo Chefe da Delegação do país anfitrião.
4. Cada Delegação incluirá tantas outras altas autoridades, inclusive de nível ministerial, quantas seja apropriado, tendo em vista a agenda a ser discutida.

5. Depois do exame de assuntos de interesse comum pelas Delegações, os Chefes das Delegações poderão propor aos seus respectivos Governos medidas julgadas pertinentes e apropriadas.
6. Por decisão conjunta, grupos de estudo ou grupos de trabalho poderão ser criados para examinar questões particulares de interesse corrente ou para dar prosseguimento a projetos especiais.
7. Cada Parte tomará as providências internas que julgar convenientes para implementar as conclusões e recomendações acordadas que possam vir a decorrer das consultas.
8. Além dessas consultas em nível ministerial, seguirão as consultas numa base contínua através dos canais diplomáticos normais. Estes canais serão utilizados para a elaboração de uma agenda mutuamente aceitável para as consultas.
9. As disposições precedentes complementarão e de maneira alguma substituirão ou cercearão os canais existentes para a realização de contatos.
10. Este Memorandum entrará em vigor na data de sua assinatura pelo Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos da América.

criar tecnologia própria, a opção dos menos desenvolvidos

Chanceler Azeredo da Silveira
no jantar oferecido
ao Diretor-Geral da UNESCO,

Amadou Mahtar M'Bow, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 23 de fevereiro de 1976

Senhor Diretor-Geral da UNESCO

É para mim um prazer e um motivo de alegria saudar Vossa Excelência e a Senhora M'Bow no início desta sua segunda visita ao nosso País.

Faz três anos, Vossa Excelência deu às autoridades brasileiras a grata satisfação de recebê-lo na qualidade de Subdiretor de Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura; hoje, após a consagrada eleição de 1974, Vossa Excelência retorna ao Brasil como Diretor-Geral daquela organização.

A oportunidade de tê-lo de volta entre nós, na companhia de Sua Excelentíssima esposa, renova o prazer de poder oferecer-lhes nossa afetuosa acolhida e enseja, ademais, o estreitamento dos laços profícuos que unem o Brasil e a UNESCO.

O Brasil foi dos primeiros países a dar o seu apoio à eleição de Vossa Excelência para o posto que tão dignamente ocupa. **Sentimo-nos orgulhosos de tê-lo feito e de poder ver hoje o representante de um país africano, da altura intelectual de Vossa Excelência, ocupar a Direção-Geral da UNESCO. A organização que Vossa Excelência dirige representa, de forma muito especial, as aspirações dos povos em desenvolvimento de acesso aos conhecimentos técnicos e científicos, sem os quais nenhum desenvolvimento é possível.** A presença de um representante de país em desenvolvimento na Direção-Geral da UNESCO é uma garantia de que as preocupações dos países em desenvolvimento terão a atenção prioritária que merecem.

O Brasil, Senhor Diretor-Geral, reparte com os demais países em desenvolvimento a mesma ânsia de conhecimentos essenciais ao seu progresso. Por nossas íntimas associações históricas e culturais com a África, sentimos particularíssimas afinidades com os problemas e as aspirações dos povos desse grande continente. Assim, é nossa a satisfação que têm os povos africanos de ver nas mãos de Vossa Excelência a direção das atividades da UNESCO.

intercâmbio cultural e científico permite a aproximação de interesses

Como sabe Vossa Excelência, Senhor Diretor-Geral, nunca faltou o apoio brasileiro a medidas tendentes ao aperfeiçoamento das atividades da organização, porque entendemos que, na convivência entre as nações, o intercâmbio cultural e científico, além de seus méritos intrínsecos, permite aproximar interesses que, noutros campos, parecem, às vezes, distanciar as nações. Esta vocação de propiciar relações internacionais mais harmoniosas constitui, certamente, uma das motivações que animam o Brasil a empenhar-se pelas causas da organização.

Por outro lado, como país em desenvolvimento, dificilmente poderia o Brasil ter em mais alto apreço o significado das funções e do desempenho da UNESCO na luta contra o subdesenvolvimento.

É notório que a crescente aplicação de conhecimentos científicos à produção de bens e serviços não tem beneficiado por igual a todas as nações. Em certos casos tem contribuído para aumentar as desigualdades que separam as nações em desenvolvimento das nações desenvolvidas. Ao incentivar e promover o aprimoramento e a modernização das atividades educacionais e científicas nos países em desenvolvimento, a UNESCO pode e deve contribuir para mitigar essas desigualdades.

No que respeita à cooperação entre o Brasil e a organização que Vossa Excelência administra. Senhor Diretor-Geral, gostaria de ressaltar os efeitos estimulantes dos numerosos projetos, que, presentemente, executamos em conjunto, sobre o sistema educacional, científico e cultural brasileiro. Desenvolvidos principalmente nas áreas de educação geral, ciências exatas e naturais, e ciências sociais e humanas, esses projetos, a despeito das somas relativamente modestas que envolvem, constituem valiosos canais de permanente atualização da comunidade científica brasileira. Acrescentam-se eles ao grande esforço interno de levar educação às maiorias, de fortalecer nossas instituições de pesquisa, de forjar, com crescente nitidez, nossa identidade nacional pela ativação dos valores culturais brasileiros.

O Brasil vem dando ênfase particular à criação de estruturas que permitam a criação de tecnologia própria, no entendimento de que, nesse campo,

talvez resida um dos obstáculos mais difíceis de transpor para chegar-se ao desenvolvimento auto-sustentado. Esse esforço, como não poderia deixar de ser, não exclui, mas, ao contrário, pressupõe cooperação internacional para a transferência de tecnologia.

Senhor Diretor-Geral,

Ao aproximar-se a realização, em Nairóbi, em outubro vindouro, da XIX Conferência Geral da UNESCO, quero reiterar a Vossa Excelência o empenho do Governo brasileiro em que, naquela oportunidade, possam ser traçadas linhas programáticas que resultem em eficiência ainda maior das atividades da organização. Para tanto, não se deve perder de vista que as atribuições específicas da UNESCO situam-se nos campos da educação, ciência e cultura. É nesses campos que a UNESCO pode contribuir para a construção de uma ordem mundial mais justa.

Espero que minhas palavras, Senhor Diretor-Geral, tenham podido testemunhar a alta consideração que meu País dedica à organização administrada por Vossa Excelência. Peço a todos os presentes que comigo ergam suas taças para brindar ao nosso distinto visitante, o Diretor-Geral da UNESCO e a Senhora IWBow.

Muito obrigado.

Discurso do Diretor-Geral da UNESCO,
Amadou Mahtar M'Bow,
durante jantar em sua homenagem, no
Palácio Itamaraty de Brasília
em 23 de fevereiro de 1976

brasil contribui para a
posição da unesco no mundo

Monsieur le Ministre des Relations Extérieures,

Monsieur le Ministre des Communications,

Excellences,

Mesdames et

Messieurs,

Mes premiers mots seront pour vous exprimer ma profonde gratitude pour l'invitation qui m'a été faite dès mon élection comme Directeur general de l'Unesco à visiter, avec mon épouse, votre pays ainsi que pour le chaleureux accueil qui nous a été réservé depuis notre arrivée en terre brésilienne. Je voudrais vous dire aussi combien j'ai été sensible au fait que le Brésil ait été parmi les premiers pays du monde à

proposer et à soutenir fermement ma candidature aux hautes fonctions que j'assume, quand les Etats africains membres de l'Unesco ont pris unanimement l'initiative de la présenter, estimant ainsi que le moment était venu pour un des leurs d'accéder au sein du système des Nations à un haut niveau de responsabilité. En plus de la confiance dont j'ai été personnellement l'objet en cette occasion, j'ai vu dans le geste de votre gouvernement un témoignage d'estime et d'amitié du Brésil envers le continent d'où je viens, cette Afrique, à laquelle vous unissent tant de liens.

C'est également pour nous un vrai plaisir que d'être reçus par vous ce soir dans ce beau palais, qui a gardé le nom d'Itamaraty. On y sent encore vivante la mémoire de son illustre patron, le baron du Rio-Branco, qui par sa grande expérience diplomatique, sa forte personnalité, son sens de l'organisation et sa recherche constante des solutions pacifiques, sut donner à Itamaraty sa véritable et définitive expression, source d'inspiration inépuisable non seulement pour ses illustres successeurs mais aussi pour l'ensemble des membres de la carrière diplomatique brésilienne.

le seul ensemble institutionnel universel

Monsieur le Ministre,

Faire du système des Nations unies un instrument mieux adapté à l'évolution et aux besoins actuels du monde, dans les domaines économique et social, revêt une grande importance, primordiale pour l'ensemble de ce système et pour les Etats qui en font partie, notamment après les décisions prises par l'Assemblée générale des Nations unies relatives au nouvel ordre économique international. **Le système des Nations unies constitue en effet le seul ensemble institutionnel universel, où tous les peuples du monde peuvent se rencontrer, exprimer leurs aspirations, confronter leurs problèmes et chercher à les résoudre ensemble, dans le cadre d'un ordre international plus juste, fondé sur la solidarité effective entre peuples et nations. Autrement dit, la paix que doit promouvoir le système, est inséparable du progrès de tous les peuples, c'est-à-dire de la correction progressive d'inégalités entre eux.**

L'Unesco est pleinement consciente que la spécificité de son action ne prend tout son sens que dans le cadre du système des Nations unies pris dans son ensemble. Fidèle à ses objectifs, elle continuera à oeuvrer pour le maintien de la paix et de la sécurité en resserrant, par l'éducation, la science et la culture, la collaboration entre nations et en contribuant, dans les sphères de sa compétence, au développement de l'ensemble des pays du monde.

C'est le lieu de souligner que le développement n'est pas une simple croissance économique. Il doit contribuer, avant tout, à assurer le bien-être de l'homme, dans sa diversité et dans sa complexité, pour satisfaire ses aspirations fondamentales: faumaines, sociales et culturelles.

Certes, le développement des sociétés ne peut devenir réalité, aujourd'hui, sans le concours de la science et de la technique modernes. A cet égard, je suis heureux de vous dire, Monsieur le Ministre, combien j'apprécie l'effort gigantesque du Brésil dans ce domaine. Votre pays a choisi la voie royale, que n'est pas celle du transfert tout court, mais du transfert dans le cadre approprié, fondé sur les réalités nationales. Cela constitue un exemple heureux pour toutes les nations qui cherchent à faire de la science et de la technologie des éléments de progrès, sans nuire à leur spécificité culturelle.

le Brésil continuera de soutenir les efforts entrepris par l'Unesco

Pour l'Unesco, le développement ne peut être conçu que d'une façon globale et intégrée. Les progrès de la science et de la technologie sont donc inséparables du progrès de l'éducation, d'une éducation enracinée dans des réalités historiques et culturelles des peuples et contribuant à la nécessaire démocratisation des sociétés. De ce point de vue, les résultats déjà acquis par le Brésil méritent d'être hautement soulignés.

Dans son effort pour développer la coopération intellectuelle et les échanges internationaux, l'Unesco apprécie vivement la participation du Brésil aux programmes scientifiques internationaux. Il en est de même pour ce qui est des autres domaines de compétence de l'Organisation.

tion. Comme vous le savez bien, cette coopération ne s'est pas développée en sens unique; **l'expérience que le Brésil a pu déjà accumuler représente un apport précieux aux efforts que l'entreprise en vue d'accroître l'efficacité de l'Unesco pour lui permettre de jouer un rôle plus en mesure avec les espérances que le monde fonde sur elle.**

En octobre prochain, la XIXème Conférence générale de l'Unesco, qui aura lieu à Nairobi, constituera à cet égard, je l'espère, un "tournant" dans la vie de l'Unesco, dans la mesure où, pour la première fois, sera examiné un plan sexennal par objectifs, fondé sur une approche pluridisciplinaire des problèmes.

la coopération internationale est essentielle dans un monde plein d'incertitudes

Permettez-moi, avant de terminer, de souligner combien le renforcement de la coopération inter-

nationale me paraît essentiel dans un monde plein d'incertitudes. Aujourd'hui, plus que jamais, je suis convaincu de la nécessité de substituer à la confrontation un véritable esprit de concertation, afin de dégager les voies et moyens qui permettront aux hommes de poursuivre leur progrès dans l'égalité souveraine de toutes les nations et dans la solidarité effective de tous les peuples.

Je suis convaincu, après l'audience que m'a accordée Monsieur le Président de la République et les entretiens que j'ai eus avec vous, que le Brésil continuera de soutenir les efforts entrepris par l'Unesco dans ce sens. Pour moi c'est un des plus précieux encouragements pour lequel je tiens à vous exprimer ma plus profonde gratitude.

Mesdames, Messieurs, je vous prie de lever votre verre pour porter un toast au Président Geisel, au Ministre d'Etat des Relations Extérieures et à Madame Azeredo da Silveira, au Gouvernement et au peuple brésilien et au renforcement de la coopération internationale.

Discurso do Chanceler
Azeredo da Silveira ao
condecorar, com a Grã-Cruz
da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul,
o Ministro dos Transportes e da Indústria
e Comércio da República Islâmica da Mauritânia,
Hasni Ould Didi, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 10 de março de 1976. Palavras
de agradecimento do Ministro mauritano e um relato sobre sua estada no Brasil

relações com a mauritânia ficam mais estreitas

chanceler brasileiro

Senhor Ministro Hasni Ould Didi,

É-me particularmente grato receber Vossa Excelência em Brasília, na qualidade de membro do Governo da República Islâmica da Mauritânia.

Se é verdade que os nossos dois países já mantêm de longa data as mais cordiais relações diplomáticas e um perfeito entendimento nos foros internacionais, apraz verificar que essas relações adquiriram, ultimamente, um aspecto bem mais íntimo.

Com efeito, o Governo mauritano e o seu ilustre Presidente souberam avaliar o propósito sincero da Nação brasileira de reforçar os laços que a unem aos povos africanos, laços esses oriundos de tradições e heranças comuns.

Nas suas justas aspirações de conviver num mundo em que prevaleçam o respeito, a paz e o desenvolvimento harmônico, a Mauritânia também encontrou no Brasil uma nação amiga, leal e fraterna, imbuída dos mesmos ideais.

Hoje, anotamos com satisfação a presença, no solo mauritano, de centenas de brasileiros que foram contribuir, com o seu trabalho, para o rá-

pido crescimento do país amigo. A hospitalidade que ali desfrutam e a cordialidade de seu relacionamento com a população local dão bem a mostra da identidade de temperamento, anseios e esperanças que compartilham os nossos povos.

Vossa Excelência, Senhor Ministro, é um dos artífices dessa aproximação. É relevante a sua dedicação à causa do estreitamento das relações entre nossos países.

Senhor Ministro,

Desejou o Senhor Presidente da República deixar constância do apreço pela contribuição de Vossa Excelência em prol da maior aproximação entre o Brasil e a Mauritânia concedendo-lhe a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul. É minha a honra de impor-lhe as insígnias correspondentes, como testemunho desse reconhecimento.

ministro mauritano

Disse o Ministro Hasni Ould Didi que estava muito satisfeito por se encontrar no Brasil, país com o qual a Mauritânia deseja estreitar suas relações e sua amizade.

Salientou que o Brasil pode desempenhar papel muito eficaz na aproximação dos povos e na aproximação entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos. Acrescentou que, dado seu peso internacional, o Brasil é país-chave para essa aproximação.

Ao agradecer ao Presidente Ernesto Geisel, por intermédio do Chanceler Azeredo da Silveira, a outorga da Ordem do Cruzeiro do Sul, o Ministro Hasni Ould Didi ressaltou que sua vinda ao Brasil marca o início de outras visitas que consolidarão os laços e ampliarão os interesses entre a Mauritânia e o Brasil.

a visita

Depois de passar um fim de semana no Rio de Janeiro, onde teve reuniões de trabalho no Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), no Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e na Braspetro, o Ministro dos Transportes e Comércio da Mauritânia, Hasni Ould Didi, chegou a Brasília, no dia 8 de março de 1976, para uma série de entre-

vistas com autoridades brasileiras de diversos setores.

Em Brasília, além de contatos com o Chanceler Azeredo da Silveira, Hasni Ould Didi teve audiências com os Ministros da Agricultura, Alisson Paulinelli, dos Transportes, Dirceu Nogueira, e da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, com quem assinou um Protocolo Comercial.

O visitante participou de um almoço com o Ministro Dirceu Nogueira, no late Clube de Brasília, quando trocaram ideias sobre a possibilidade de o Brasil cooperar com o Governo mauritano nos setores de construção e operação de ferrovias. A Mauritânia está interessada na aquisição de navios, açúcar, arroz e produtos manufaturados brasileiros, podendo oferecer, em contrapartida, fosfato e minério de cobre concentrado.

No dia 10, o Ministro mauritano viajou para São Paulo, a fim de conhecer a fábrica da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), em São José dos Campos, e instalações da Copersúcar. De São Paulo, Hasni Ould Didi seguiu para Belo Horizonte e Rio de Janeiro, tendo retornado a seu país no dia 14 de março.

sentimento brasileiro repudia a discriminação racial

Discursos do Chanceler Azeredo da Silveira
e do Presidente do Supremo Tribunal Federal,
Ministro Djaci Falcão,
nas solenidades comemorativas do Dia
Internacional para a Eliminação
da Discriminação Racial, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 22 de março de 1976

azeredo da silveira

Senhores Chefes de Missão,

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal,

Senhores Ministros de Estado,

Senhores Senadores da Comissão de Relações Exteriores,

Senhores Deputados da Comissão de Relações Exteriores,

Senhores Diplomatas,

Senhoras e Senhores,

Demais Altas Autoridades presentes:

Há um ano comemorávamos a passagem do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial com uma cerimônia em que ouvimos a palavra do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Célio Borja. Hoje, aqui nos reunimos novamente para que a Nação brasileira reitere seu repúdio à mais odiosa das práticas herdadas do colonialismo, através da palavra do Ministro Djaci Falcão, Presidente do Supremo Tribunal Fe-

deral. Estado e povo se associam assim mais uma vez à comunidade internacional para reafirmar, na voz do Chefe do Poder Judiciário da República, a sua convicção profunda de que a igualdade racial e a convivência fraterna entre homens de raças diversas constituem um dos valores humanísticos mais altos, valores que, no Brasil, foram apurados no cadinho de quatro séculos de construção nacional.

Nas Nações Unidas e nos organismos internacionais, onde as tensões e os antagonismos gerados pela segregação racial em seus estertores ecoam mais fortemente, o Brasil não se tem limitado a condenar esses resíduos de um passado que teimam desesperadamente em sobreviver num mundo que os rejeita. O Brasil não só repudia todas as formas de discriminação racial como também tem contribuído de maneira ativa para que a comunidade internacional coopere objetiva e eficazmente no propósito de fechar esse capítulo penoso e arcaico das relações entre os povos.

vocação de noção multirracial

O Governo brasileiro não se afastará desta linha de conduta, que é a que melhor corresponde às realidades internacionais, mas que, sobretudo, é a que melhor expressa nossa vocação de nação mul-

tirracial, onde as fronteiras da diversidade física se desvaneceram sob o impacto da mais ampla experiência miscigenadora que conheceu o mundo moderno. Esta é a grande contribuição brasileira à civilização e à cultura universais.

Ao agradecer a presença, nesta Casa, dos Senhores Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Senhores Chefes de Missão, dos Senhores Ministros de Estado, dos Senhores Membros das Comissões de Relações Exteriores do Senado e de Diplomacia da Câmara dos Deputados e dos demais convidados, passo a palavra a Sua Excelência o Senhor Ministro Djaci Falcão, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

djaci falcão

Falar nesta Casa, onde se tecem e se estimulam os laços de amizade com outras nações, à base dos princípios que conduzem ao respeito mútuo, em que se busca incrementar as relações econômicas e culturais, visando preservar os legítimos interesses de um país em desenvolvimento, é para mim motivo de honrosa satisfação.

Na linha de uma diretriz natural e espontânea, vinculada à nossa formação étnica, com raízes principalmente portuguesas, autóctones e africanas, que geraram a civilização brasileira, temos sido exemplo dos sentimentos de respeito e de amizade aos nossos irmãos, sem distinção de raça. Assim permanecemos neste mundo de hoje, em que diminuem as distâncias e aumenta a interdependência entre os povos. Ao lado da consideração mútua e da igualdade jurídica no trato com os outros Estados, cultivamos o respeito aos princípios fundamentais da convivência entre os seres humanos, na primazia da ordem da criação.

os homens têm direito a igual tratamento legal e político

Não obstante a diferença de compleição física ou de coloração da pele entre habitantes de certas regiões ou de países, isso não tem maior signi-

ficação diante do conjunto de semelhanças físicas e morais, que bem assinalam a essência e a unidade da espécie humana. Por isso mesmo é que, de acordo com a lei natural, em princípio, os homens têm direito a igual tratamento legal e político.

Somos todos interdependentes no tempo e no espaço, quer de modo intencional, ou inconscientemente. "Nenhum eu é possível sem um tu." Jamais devemos esquecer que estamos vinculados aos nossos semelhantes de hoje e àqueles que nos precederam, aqui e alhures. Nas admiráveis palavras de Ihering:

"Não há vida humana que só para si exista; toda vida existe ao mesmo tempo para o mundo,- cada homem, por ínfimo que seja o lugar que ocupe, colabora em interesse da humanidade. O mais modesto obreiro dá o seu contingente a essa tarefa; e ainda aquele que não trabalha, mas fala, ajuda, porque conserva vivo o tesouro tradicional da linguagem e auxilia sua propagação. Não se pode conceber existência humana tão humilde, tão oca, tão estreita, tão miserável, que não aproveite a outrem. Pode ser até manancial de benefícios para o mundo: quantas vezes a choupana de pobre não abrigou o berço do homem de génio?"

racismo aristocrático tornou-se indefensável também cientificamente

Na verdade, os valores humanos não se distinguem em razão da coloração da superfície da pele. Sem distinção de raça ou de cor, cada ser desempenha o seu papel na comunidade humana, em termos de uma interação funcional.

O racismo aristocrático do Conde de Gobineau, que teve a sua ressonância e alimentou falsos sentimentos racistas, tornou-se indefensável também cientificamente. Franz Boas, com base na antropologia biológica, manifestou-se, no começo deste século, no sentido de que se deveria abandonar a ideia de uma estabilidade absoluta dos tipos humanos e bem assim a crença da superioridade de uns sobre outros. **A errônea da crença da pureza racial é o que têm demonstrado os estudos efetuados pelos antropólogos, biólogos, geneticistas e cientistas sociais.** A verdade de

alguns não podia se contrapor à verdade universalmente válida em torno do Homem, daquele que, segundo São Tomás de Aquino, representa o tipo mais elevado de ser o grau supremo de vida.

segregação é indigna e desrespeita a pessoa humana

A política da segregação ou da discriminação racial contrapõe-se à dignidade e ao respeito devido à pessoa humana. Vemos, à luz dos fatos, que tem gerado ressentimentos coletivos quase inapagáveis, propiciando tensões e conflitos lamentáveis, que se arrastam ao longo da história e chegam a alcançar o chamado século da ciência e da tecnologia, por excelência. Sob qualquer forma ou título que se apresente, a pretexto de diversidade de caracteres físicos, intelectuais ou morais, em qualquer região do mundo, não se compece com os sentimentos religiosos, sociais, jurídicos e políticos que devem animar o nosso progresso espiritual.

Ante a natureza racional e social do ser humano nasceu a sociedade e organizou-se o Estado para que se proporcione a felicidade do homem, em dimensões de bem comum. Deve-se-lhe assegurar o direito de se valer, legitimamente, das suas faculdades físicas e intelectuais, consoante a sabedoria da natureza, inclusive no estabelecer desigualdades e contrastes, sem afetar, contudo, a igualdade da espécie humana, na sua origem e no seu destino. **Todos podem se elevar no palco da vida terrena, em justa recompensa, na medida dos seus esforços e dos seus méritos, sem o orgulho da falsa concepção da superioridade racial.**

As nações devem cultivar os sentimentos de respeito e de solidariedade, através de clara e leal política de entendimento entre si, tratando o homem na sua dimensão específica, como cidadão.

o admirável processo brasileiro de miscigenação

Mercê de Deus, podemos afirmar que em nosso País não convivemos com o difícil problema racial. A nossa formação étnica e cultural, caracte-

terizada por um admirável processo de miscigenação, formada pelo índio, pelo negro e, sobretudo, pelo branco português com o seu espírito desbravador, antropológica e culturalmente mestiço, gerou o sal da integração, a refletir beneficentemente na vida social e na vida política da Nação.

Para aqui também afluíram imigrantes italianos, espanhóis, alemães, japoneses e de várias outras nacionalidades, compartilhando dos esforços pelo desenvolvimento do nosso País. O entrelaçamento pela constituição da família, o intercâmbio de diversos costumes e de ideias constituem eloquente ensinamento de compreensão e solidariedade, que se perpetuaram através de gerações. É com natural orgulho e espírito de justiça que registramos, inclusive, a inexistência de minorias nacionais e lingüísticas no imenso e invejável solo brasileiro.

legislação do Brasil se coaduna com nossas tradições de integração racial

Ao lado de tudo isso, não podemos deixar de assinalar que o nosso direito legislado, a começar pela Constituição Federal, bem se coaduna com a tradição brasileira, fruto de uma admirável experiência de integração racial. **Não obstante o residual e inexpressivo preconceito de cor, longe do nosso meio estão as situações constrangedoras e humilhantes causadas pela discriminação e segregação. A rigor, não temos a agressividade fruto da discriminação racial nas escolas, nas universidades, nos serviços públicos, nos esportes, etc.**

É verdade que, entre nós, através da Lei n.º 1.390, de 3 de julho de 1951, denominada Lei Afonso Arinos, passamos a disciplinar possíveis contravenções penais decorrentes de preconceito de cor e de raça. Todavia, a sua introdução no âmbito dos ilícitos contravenacionais mais se justifica pelo seu efeito preventivo, eis que, conforme demonstrado na prática, quase não apresenta área de incidência. Basta ver que em pesquisa que tivemos a curiosidade de fazer, em vários repertórios de jurisprudência, não encontramos sequer meia dúzia de casos desta espécie de contravenção relativa à pessoa. Isso vem confirmar o êxito da formação étnica e cultural brasileira, neste particular, a se beneficiar, dia a dia, de fatores

educacionais, que tanto contribuem para o aprimoramento da integração nacional. E mais, os julgados que consultamos refletem, todos eles, não uma preocupação punitiva, mas sim a elevada diretriz pedagógica consentânea com os nossos sentimentos e a nossa realidade.

a experiência interna se projeta no plano internacional

Inspirado nas raízes da sua formação e nas convicções cristãs que aqui se edificaram é que o Brasil, pairando acima de qualquer forma de distinção e restrição racial, aderiu naturalmente à Convenção Internacional sobre a Eliminação das Formas de Discriminação Racial, projetando no plano internacional a sua benéfica experiência interna.

Sem se limitar à soberania de cada Estado, sem se instituir uma organização supranacional, as nações signatárias da Convenção, em um mundo

econômica e politicamente complexo, saturado da sensação de insegurança, dão um magnífico exemplo de como cooperar para o primado do Direito, do Direito aplicado em correspondência com as justas e elevadas aspirações dos povos dos nossos dias.

Estamos certos de que os postulados da Convenção, com suas bases nos princípios de dignidade e igualdade inerentes à pessoa humana, que se sobrepõem às ilusórias teorias de superioridade racial, permanecerão no tempo.

Por tudo isso que procuramos expor, de modo sintético, é que compartilhamos das justas comemorações do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. **Seja-nos permitido concluir dizendo que na perseguição deste alto objetivo, ao lado de outras nações, o Brasil guarda a grande esperança de que o trabalho consciente e persuasivo de todos os que se empenham na erradicação desse mal social e político afastará os obstáculos dos horizontes temporais, possibilitando ao Homem, sem discriminações, o direito à fruição dos valores mais nobres na criação humana.**

Saudação
do Ministro
da Educação e Cultura
do Brasil, Senador Ney Braga,
ao Ministro francês da Cultura.

Michel Guy, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 22 de março de 1976

entre brasileiros e franceses, uma comunhão de ideais

Senhor Ministro,

A presença de Vossa Excelência no Brasil nos permite reafirmar a importância e grandeza das relações entre nossos países, fundadas em uma verdadeira comunhão de ideais. Somos, de fato, irmãos. E o somos porque a História da França é parte inseparável da própria História da Humanidade. Somos irmãos porque a cultura francesa é fonte permanente de inspiração e referência. Somos irmãos por nossa identidade linguística, da mesma origem românica. Somos irmãos porque, latinos, guardamos crenças comuns nascidas do humanismo que enriquece os povos e fortalece as nações.

Na conjunção de fatos que, sucessivamente, compõem a vida dos Estados, a França se enaltece pelo valor dos seus filhos. Valor a que acrescentamos a admiração, quando observamos os episódios históricos em que tantos souberam revelar a dimensão criadora que iluminou a formação institucional da França, como fonte inesgotável de cultura.

adesão a um mesmo ideal forma a
nacionalidade

Todos sabemos que a perpetuidade das nações
está em sua capacidade de preservar viva a sua

herança espiritual, moldando a consciência e o comportamento das gerações, e estimulando sempre a atividade crítica renovadora. É a adesão a um mesmo ideal que forma a nacionalidade, garantindo a união de todos num trabalho comum pelo País.

O que o tempo e a memória das civilizações registram é a sua capacidade de criar obras que resumem o significado do homem e de sua existência, cuja raiz está, sem dúvida, na formação histórica dos povos.

É este, Senhor Ministro, o exemplo da França, que se espraia por todos os campos do saber e da arte. É a visão do gênio de Napoleão, na guerra e na paz. É a lembrança de Victor Hugo, de Anatole France, de Montaigne, de Maupassant. É a presença de Renoir, Toulouse-Lautrec e Manet. São as lições de Rousseau, Bossuet, de Bodin, de Voltaire, de Pascal. É a elegância de Rodin, o mestre da escultura. É a escola de Le Corbusier, que o Brasil fixou no traçado do Palácio da Cultura, na cidade do Rio de Janeiro. É, sobretudo, a eternidade da Revolução Francesa, que, sob a égide da liberdade, da igualdade e da fraternidade, provocou um movimento que, ultrapassando o episódio, inscreveu-se como paradigma.

Na incerteza que perturba hoje o processo civilizatório, resta, pelo menos, uma evidência: o homem, senhor de uma vontade criadora, tudo pode fazer. Dominando a natureza, sem ofendê-lo, o

homem, como pessoa, na dimensão de Mounier, é agente social útil e, portanto, construtor da própria história, composta das estarias do dia-a-dia.

restabelecer o primado do espiritual

No momento em que os valores e modelos do nosso mundo são questionados, o homem tem de aceitar o desafio de oferecer respostas objetivas. Destas respostas depende o rompimento do impasse gerado pela conquista descontrolada dos bens materiais. É dever de todo homem lutar para restabelecer o primado do espiritual.

Há não muito tempo, André Malraux, nesta cidade de Brasília, que acolhe Vossa Excelência em nome do Brasil e dos brasileiros, enfatizou que não sabemos ressuscitar os corpos, mas começamos a saber como ressuscitar os sonhos, e o que nos devemos propor hoje é que a cultura e a educação sejam a ressurreição da nobreza do mundo.

Tal nobreza consiste, principalmente, em conquistar uma paz indissolúvel; em alcançar a convivência dos povos e não a mera coexistência; em ensinar que a solidariedade entre os homens é o único caminho para o bem comum. E é, acima de tudo, pela cultura que nos unimos na construção de uma civilização livre, na qual todos os homens sejam enriquecidos pelo acesso aos bens e serviços necessários à vida.

ideia, a verdadeira nobreza do homem

Nessa luta, é necessário termos sempre presente a colocação de Alfred de Vigny: a verdadeira nobreza do homem consiste na ideia. É a reafirmação da soberania da inteligência humana, na expressão de seu poder de criar e recriar.

É, pois, incontestável que a ciência e a técnica só se justificam se colocadas a serviço da felicidade do homem. Significa dizer que a conquista do saber não esgota o aprendizado. Precisamos ir sempre mais adiante em busca da sabedoria, que será alcançada na perspectiva da ética e da moral.

Senhor Ministro,

Na política nacional de cultura que o Brasil está executando no momento, tais pressupostos fundamentais estão claros. Nela dizemos que a construção do futuro e da grandeza do País não se baseia, somente, em alicerces materiais. O espírito que o anima será sempre o responsável maior por sua identidade. Cultura, todos sabemos, não é a simples acumulação de conhecimentos, mas a plenitude da vida humana em seu meio.

brasil e França buscam a unidade no essencial

São estes os postulados, Senhor Ministro, que, certamente, nos permitirão ampliar e assegurar a nossa afinidade e intercâmbio cultural. Nossos países, como Estados livres e independentes, buscarão permanentemente a unidade no essencial. E o essencial está em franquear aos nossos povos a dimensão espiritual que cada homem traz consigo. Franquear sem dirigir, pelo estímulo à criação cultural espontânea, na visão universal do acesso de todos aos valores culturais e espirituais.

Senhor Ministro,

Erguendo a taça para brindar Vossa Excelência, em nome do povo e do Governo do Brasil, saudamos o povo da França e a permanência de nossas identidades culturais. Estas identidades asseguram a perpetuidade dos nossos laços de amizade e a comunhão de ideais na defesa de uma civilização solidária e justa, na qual todos os homens sejam, leal e efetivamente, irmãos.

Discursos do Chanceler
Azeredo da Silveira e
do Ministro senegalês do
Desenvolvimento
Industrial e do
Meio Ambiente,

comissão mista fortalece laços com os senegaleses

Louis Alexandrenne, em 22 de março de 1976, no Palácio Itamaraty de Brasília,
na instalação dos trabalhos da Comissão Mista de Cooperação Brasil-Senegal

chanceler brasileiro

Senhor Ministro do Desenvolvimento Industrial e
do Meio Ambiente,

Senhor Secretário-Geral do Ministério das Rela-
ções Exteriores,

Senhores Membros da Comissão Mista de Coope-
ração Brasil-Senegal,

É para mim um prazer especial o de presidir hoje,
em Brasília, com Vossa Excelência, ao ato de ins-
talação da Comissão Mista de Cooperação Brasil-
Senegal, pelo papel que ambos tivemos, há pouco
mais de um ano, na sua própria criação.

Minha visita oficial a Dacar, e os cordialíssimos
encontros que então mantive com o meu prezado
amigo e colega Assane Seck, com Vossa Excelên-
cia e com os Ministros das Finanças e dos Assun-
tos Económicos, do Desenvolvimento Rural e de
Recursos Hidráulicos, e do Planejamento e de
Cooperação, deram a oportunidade para que uma
revisão a fundo se processasse nas relações entre
nossos dois países. A ideia de estabelecimento
da presente Comissão Mista surgiu como fruto
das conversações então mantidas e que permiti-
ram a identificação de vastas áreas de coopera-
ção setorial entre nossos países. Assim, no bojo
da presente Comissão, se reúne pela primeira vez,

também, o que teria sido a Comissão Mista criada
pelo Acordo de Comércio de 1965 e nunca for-
malmente instalada. É um sinal de quanto pro-
grediram nossas relações em todas as áreas que
hoje estejamos nos reunindo para tratar engloba-
damente do comércio, da cooperação econó-
mica e técnica e da cooperação cultural.

diversificar os mercados para flexibilizar o intercâmbio

A Comissão prestará inestimável serviço à causa
da aproximação entre os dois povos aprofun-
dando o exame das oportunidades de crescimento
do intercâmbio comercial recíproco. É hoje ge-
ralmente reconhecido que o intercâmbio entre
países em desenvolvimento não encontra estímulo
imediatamente aparentes em razão dos há-
bitos de comércio existentes entre países em de-
senvolvimento e países desenvolvidos. Por essa
razão, impõe-se cuidadosa avaliação das oportu-
nidades que podem ser induzidas para o benefício
mútuo. Creio que ambos os nossos países vêm
no comércio internacional uma importante fonte
de recursos para o desenvolvimento e acredita-
mos ambos na conveniência de diversificar os
respectivos mercados para tornar mais flexível o
intercâmbio.

itamaraty recebe a primeira missão da guiné-bissau

Discurso do
Chanceler Azeredo da Silveira,
no Palácio Itamaraty de Brasília,
em 24 de março de 1976, ao condecorar, com
a Ordem do Rio-Branco, os membros da primeira
missão oficial da República da Guiné-Bissau
que visita o Brasil, e agradecimento do Comissário sem Pasta da Guiné-Bissau, José Araújo

discurso de silveira

Senhor Comissário sem Pasta, José Araújo,

Senhor Comissário da Justiça, Fidelis D'Almada,

Senhor Secretário-Geral do Comissariado da Agricultura, Avito Silva,

Senhora Representante do Comissário da Educação, Maria da Luz Boal,

A presença de Vossas Excelências no Brasil inaugura uma nova etapa nas relações entre os nossos dois países: a da cooperação concreta em todos os campos, com a única condição de assentimento mútuo. Essa cooperação estará inspirada numa sólida consciência das inúmeras afinidades que unem nossos dois povos e, quanto ao Brasil, posso afirmá-lo, sem hesitação, na admiração do povo brasileiro pela tenacidade com que a nação guineense lutou para conquista da sua independência.

A Guiné-Bissau foi o primeiro, dentre os cinco novos países de língua portuguesa do continente africano, a emergir para a vida nacional. Coube-

lhe, pelo ardor e patriotismo de sua gente, um passo decisivo na caminhada que levou à total eliminação do colonialismo que então subjugava os povos de língua portuguesa no continente africano.

autodeterminação: direito inalienável dos povos

A Guiné-Bissau se inscreveu no roteiro da descolonização com brilho e pioneirismo. Mostrou ao mundo que a deliberação de conquistar a liberdade se sobrepõe a todos os empecilhos e justifica todos os sacrifícios. Sabemos que esses sacrifícios são intransferíveis, pois é privilégio e orgulho de cada povo pagar o preço da luta pelo seu próprio destino. Não quer isso dizer, porém, que as nações estejam relegadas ao isolamento ou cercadas da indiferença das demais. Ao contrário, **existe a consciência na comunidade internacional de que se impõe a cada um de seus membros o dever da solidariedade, de acordo com princípios básicos da convivência entre nações, para a defesa de direitos inalienáveis como o da**

autodeterminação dos povos. O Brasil, sempre fiel a esse princípio, é intransigente quanto à sua intangibilidade. Não aceita que sejam deturpados esses direitos nem se acomoda a interpretações ambíguas ou de conveniência. Por isso mesmo, não vacilou em emprestar seu apoio à causa do reconhecimento universal da independência da Guiné-Bissau.

Ao anunciar, em julho de 1974, o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, o Governo brasileiro deixou patente qual o seu conceito de autodeterminação que — como já tive a oportunidade de assinalar — para ser legítima "não pode preceder mas, ao contrário, deve ter sua origem na plena independência e na soberania, que são a expressão original e o fato básico na vida dos Estados".

Em pouco mais de dois anos de pleno exercício da soberania, a Guiné-Bissau já pôde proceder seguramente ao inventário básico das suas potencialidades e das suas aspirações. Esta é a primeira condição para que se possam cumprir programas de cooperação que, sem desvirtuar os caminhos naturais da autodeterminação, levam à ajuda mútua e ao esforço cooperativo. No caso do Brasil e da Guiné-Bissau são muito amplas as perspectivas neste particular. Falamos a mesma língua, temos inúmeras semelhanças e tradições comuns e sobretudo a perfeita consciência de que é fundamental para o pleno desenvolvimento da colaboração entre nações irmãs o respeito mútuo, a lealdade e a franqueza de atitudes.

Senhor Comissário José Araújo,

Senhor Comissário Fidelis D'Almada,

Senhor Secretário-Geral Avito Silva,

Senhora Representante do Comissário da Educação, Maria da Luz Boal,

A visita de Vossas Excelências ao Brasil cria oportunidade para que se tornem operativas as relações de amizade e o sentimento de solidariedade que devem unir os povos brasileiro e guineense.

Quis o Governo brasileiro marcá-la simbolicamente, na importância que tem, concedendo a

Vossas Excelências a Ordem do Rio-Branco, destinada a distinguir aqueles que contribuíram de maneira significativa para o fortalecimento dos laços de amizade entre seus povos e o povo brasileiro.

É com grande satisfação e sentimento de honra que lhes faço a entrega das respectivas insígnias.

agradecimento de José Araújo

Em seu agradecimento, o Comissário José Araújo deteve-se nas referências do Ministro Azeredo da Silveira ao esforço desenvolvido pelo povo guineense para chegar à independência assinalando que lhe era sempre muito grato ouvir tais referências elogiosas. "Nessa fase difícil da vida de meu país" — acrescentou — "os sacrifícios impostos aos guineenses foram minorados pela certeza de poderem contar com a solidariedade de povos que sustentaram luta semelhante e, em particular, do povo do Brasil."

Ressaltou, a propósito, considerar a condecoração que se lhes outorgou uma homenagem em primeiro lugar a essa luta e tomou sobre seus ombros a responsabilidade de agir sempre em benefício do aumento da cooperação que agora se inicia.

Destacou ainda o Comissário guineense o propósito brasileiro de cooperar com seu Governo dentro dos princípios de estrito respeito mútuo que rege as relações entre os dois países. Com esse espírito e fundamentado nas tradições da longa história comum, declarou-se José Araújo convencido de que "Brasil e Guiné-Bissau poderão desenvolver um padrão exemplar de cooperação bilateral", possível de se tornar um modelo para outros países em busca de relacionamento equilibrado no plano econômico-social.

Ao concluir, o agraciado manifestou, mais uma vez, em nome próprio e no das autoridades da Guiné-Bissau que o acompanhavam, "a honra de estar na terra livre do Brasil", que considera também a sua.

cooperação, formação profissional e assistência técnica

Comunicado do Itamaraty à imprensa,
de 25 de março de 1976, ao final da
visita a Brasília da missão da Guiné-Bissau

A convite do Governo brasileiro, visita oficialmente o Brasil, de 22 de março a 2 de abril de 1976, missão da Guiné-Bissau, chefiada por Sua Excelência o Comissário de Estado sem Pasta, Senhor Doutor José Araújo, e integrada pelo Comissário de Estado da Justiça, Doutor Fidelis Cabral D'Almada, pelo Secretário-Geral do Comissariado de Estado da Agricultura e Pecuária, Senhor Avito da Silva, e pela Diretora-Geral do Comissariado de Estado da Educação, Senhora Maria da Luz Boal.

1. A missão guineense veio estabelecer contatos no Brasil com autoridades de diferentes setores da administração nacional, a fim de verificar as possibilidades de cooperação entre os dois países em vários campos de interesse.

2. Recebida por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Ernesto Geisel, a missão manteve conversações com Sua Excelência o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador António F. Azeredo da Silveira, bem como estabeleceu contatos, em diferentes ocasiões, com o Secretário-Geral das Relações Exteriores e vários setores do Itamaraty.

3. Na seqüência do programa em Brasília, a missão guineense entrevistou-se com Sua Excelência o Ministro João Paulo dos Reis Velloso, Chefe da Secretaria de Planejamento; com Sua Excelência o Doutor Paulo de Almeida Machado, Ministro de Estado da Saúde; com Sua Excelência o Senhor Alysso Paulinelli, Ministro de Estado da Agricultura; com Sua Excelência o Senhor Doutor Severo Fagundes Gomes, Ministro de Es-

tado da Indústria e do Comércio,- com Sua Excelência o Senhor Arnaldo Prieto, Ministro de Estado do Trabalho,- e com Suas Excelências os Senhores Secretários-Gerais da Justiça, Educação e Cultura, Agricultura e Comunicações.

4. A missão guineense esteve presente à comemoração do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, em cerimônia realizada no Palácio Itamaraty de Brasília.

5. Após o término das atividades em Brasília, a missão prosseguirá em sua visita ao País, a qual se estenderá a Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

6. As conversações já permitiram entendimentos com vistas a estabelecer um programa de cooperação, de assistência técnica e formação profissional, especialmente nos campos da agricultura, da educação em geral, jurídico e de telecomunicações.

7. No curso das conversações, foram levantadas questões relativas à premente necessidade de professores para ensino em nível secundário; à de técnicos para formação de professores dos níveis primário e secundário; à contribuição brasileira para formação de bibliotecas e filmotecas, bem como para introdução do ensino pelo rádio na Guiné-Bissau. Foram também examinadas as possibilidades de cooperação no campo da fruticultura: cítricos, bananas, ananás,- da silvicultura e da cultura de cereais arroz, milho, feijão e soja,- no campo da pecuária de corte e leite, e no do

desenvolvimento das pastagens; na formação de um centro de pesquisas com um laboratório de patologia animal; em programas de extensão rural (divulgação de conhecimentos agrícolas), bem como na instalação de pequenas indústrias.

8. Nos entendimentos havidos no Ministério das Relações Exteriores, ficou assentado que o Governo brasileiro enviaria, proximamente, à Guiné-Bissau, missão técnica destinada a efetuar um levantamento de possibilidades e fixar prioridades para o pronto início do programa de cooperação. Na mesma ocasião, serão negociados acordos reguladores que se requeiram para adequada elaboração e aplicação dos programas de

cooperação entre os dois países, bem como a utilização de linha de crédito a ser aberta pelo Governo brasileiro, destinada à compra de produtos manufaturados do Brasil.

9. Ao término de sua visita a Brasília os representantes da Guiné-Bissau expressaram sua grande satisfação pelos resultados auspiciosos para ambos os países, obtidos dos entendimentos com as autoridades brasileiras, e manifestaram seu agradecimento pela forma cordial, calorosa e fraterna com que foram acolhidos pelo Governo e pelo povo brasileiro, na qualidade de membros da primeira missão da República da Guiné-Bissau a visitar oficialmente o Brasil.

contatos com outros países não afetam relações brasil-américa latina

Entrevista concedida
pelo Chanceler **Antônio**
F. Azeredo da Silveira
à agência de notícias **United Press**
International (UPI), em Brasília,
em 28 de março de 1976

UPI — Têm havido muitas informações e especulações sobre um possível papel novo para o Brasil nos assuntos latino-americanos, depois da visita de Kissinger. O estabelecimento de relações consultivas mais íntimas com os Estados Unidos significa que o Brasil assumirá um papel diferente ou maior nos assuntos latino-americanos? Se houver uma nova posição na América Latina para o Brasil, Vossa Excelência poderia descrever brevemente como será?

Azeredo da Silveira — Tenho já afirmado que a política externa brasileira se fundamenta numa visão do mundo contemporâneo que leva em conta toda a sua complexidade e dinamismo. Daí resulta que nossas relações se projetam em vetores, que, embora obviamente se influenciem mutuamente, não são reciprocamente excludentes nem exercem URI papel determinante uns sobre outros. Nossas relações com os Estados Unidos da América chegaram a um grau de maturidade e de riqueza de aspectos, que tornou útil enquadrá-las dentro de um mecanismo de consultas periódicas, como as previstas no Memorando de Entendimento. Essa nova forma de relacionamento com os Estados Unidos, entretanto, nada tem a ver com o papel que o Brasil desempenha dentro da comunidade latino-americana, que é o cenário principal de

nossas relações externas. O Brasil se sente irmanado às demais nações latino-americanas por laços histórico-culturais, aos quais se soma a aspiração comum de uma melhoria na estrutura internacional do poder e da riqueza. Trata-se de relações solidamente estruturadas tanto no plano bilateral como no multilateral e que têm por base afinidades profundas e a adesão aos mesmos princípios de igualdade dos Estados e escrupuloso respeito mútuo. Nossas relações com os países da América Latina são insusceptíveis, portanto, de serem afetadas pela forma e a intensidade de nossos contatos com outros países.

UPI — Vossa Excelência afirmou repetidamente que o Brasil tem "relações especiais" com os Estados Unidos. Após a visita de Kissinger, estas relações estão sendo interpretadas como sendo as de "intermediário" ou "delegado" dos Estados Unidos. Pode comentar essa interpretação?

Azeredo da Silveira — O Brasil e os Estados Unidos da América são duas nações de peso no hemisfério ocidental e têm muitos pontos de vista semelhantes em matéria de política internacional. Além disso, as relações econômicas entre os dois países são muito importantes, tanto do ponto de vista do Brasil quanto dos Estados Unidos. Esses

fatos conferem certa singularidade às relações recíprocas. Foi o que quis dizer ao usar a expressão "relações especiais". Entretanto, o reconhecimento mesmo do peso do Brasil — implícito na celebração do Memorando de Entendimento — exclui a idéia de que o Brasil possa prestar-se ao papel de "procurador" nas relações entre uma superpotência, por mais amiga que ela seja, e um grupo de países, aos quais nos sentimos profundamente ligados. Aliás, é preciso ver o Memorando de Entendimento que o Brasil firmou com os Estados Unidos — e ao qual atribuímos sem dúvida grande importância, a ponto de sermos levados a referir às relações brasileiro-norte-americanas como "especiais" — no contexto de outros atos semelhantes, firmados com outras nações do Mundo Ocidental. O conjunto dessas iniciativas e outras ações do Governo brasileiro em matéria de política externa apontam na direção de uma crescente autonomia nas decisões internacionais, resultante do grau de desenvolvimento e segurança alcançados internamente, totalmente incompatível com a atitude de intermediário que a pergunta parece querer atribuir ao Brasil.

UPI — Vossa Excelência disse durante a visita de Kissinger que toda relação com os Estados Unidos teria de ser "operativa" e, se interpretarmos corretamente a sua observação. Vossa Excelência definiu "operativa" como sendo a que diminuiria ou eliminaria um dos maiores problemas econômicos internacionais do Brasil — o déficit de 1,6 bilhões de dólares no balanço de pagamentos com os Estados Unidos. No caso afirmativo, poderia Vossa Excelência dar-nos os prazos ou metas que o Brasil fixará para julgar se as relações com os Estados Unidos se tornaram operativas ou não? (Lembramos que Vossa Excelência disse que se as relações não forem operativas, o Brasil terá outras opções.)

Azeredo da Silveira — As relações entre países, embora expressas em princípios e intenções, devem ser vistas sempre pelo seu conteúdo concreto. No caso das relações entre o Brasil e os Estados

Unidos, sem subestimar o aporte tecnológico e financeiro que recebemos daquele país e a importância política dos contatos diplomáticos em vários níveis, avulta cada vez mais o problema do déficit brasileiro na balança comercial bilateral. Em 1975, esse déficit, exprimindo uma tendência ascendente, foi de um bilhão e seiscentos milhões de dólares, apenas no que tange à troca de mercadorias, sem computar portanto o balanço igualmente deficitário da conta de serviços. Ora, em termos relativos, o que isso quer dizer é que o Brasil, país que responde por apenas 1,5% das importações norte-americanas (dados de 1975), contribui em cerca de 16% para o superavit daquele país com o resto do mundo.

Essas cifras são a meu ver muito eloqüentes. É, pois, com grande preocupação, e até com sentido de injustiça, que o Brasil vê o levantamento de barreiras às suas exportações para o mercado norte-americano. Os entendimentos mantidos com o Secretário de Estado e os resultados positivos, embora preliminares, da reunião do subgrupo de comércio realizada há poucos dias em Washington nos deixam até certo ponto otimistas quanto a uma mudança de atitude nos círculos oficiais norte-americanos, a qual repercutirá necessariamente nos dados reais das transações econômicas. É claro, entretanto, que seria ingênua qualquer tentativa de fixar prazos para essa alteração de tendência. Quanto às "outras opções" a que me referi, elas resultarão de imposições da própria realidade e não de prognósticos fixados a partir de fatores subjetivos. Aliás, é minimamente sábio não depender excessivamente do comércio com um só país ou com um número muito reduzido de países. Nesse sentido, estimular alternativas, procurar órgãos, é medida de elementar cautela. Isto posto, quero esclarecer que a "operatividade" das relações entre o Brasil e os Estados Unidos não pode ser julgada apenas por parâmetros econômico-comerciais, que, como se sabe, constituem apenas uma faceta, ainda que de grande importância, dos problemas incluídos no mecanismo de consultas previsto no Memorando.

Conferência
do Chanceler
Azeredo da Silveira,
em 9 de março de 1976,
no Rio de Janeiro,
durante o seminário promovido pelo jornal londrino **Financial Times**

a visão que tem o brasil de seu lugar no mundo

O tema que me propuseram os organizadores deste seminário — A Visão que Tem o Brasil de seu Lugar no Mundo — é, sob muitos aspectos, um enorme desafio. Desafio à percepção e à inteligência do fenômeno Brasil, desafio à capacidade de interpretação desse fenômeno, desafio à habilidade de sintetizar essa percepção, essa inteligência e essa interpretação, sem, no processo, deformar a imagem do real apreendido. Abordo-o com humildade e com grave senso de responsabilidade, pois, afinal, por profissão e por ministério, tenho por tarefa colocar diante de mim mesmo, continuamente, a questão que agora me convidam a responder.

Antes de qualquer desenvolvimento do tema devo fazer duas ressalvas. Em primeiro lugar, a percepção que tem um país de sua posição no mundo é, em si mesma, um fenômeno histórico e cultural. Não é justo, pois, esperar que haja coerência no tempo entre as várias visões históricas que o país tem de si mesmo ao longo do caminho das gerações. Em segundo lugar, dificilmente se pode isolar o presente do futuro, reduzindo a visão que o país tem de si mesmo à configuração estática das relações internacionais de determinado momento. Quando, pois, procuro responder à questão que me propõem o faço condicionado, de um lado, pela situação particular do Brasil de hoje, no mundo de hoje, e, segundo, pela visão teleológica que tem do Brasil o Governo do Presidente Ernesto Geisel.

brasil sustenta seu crescimento em ritmo adequado às aspirações nacionais

No plano objetivo, não se pode deixar de reconhecer ao Brasil a evidência de certas características plenamente quantificáveis, que o situam em relação a outros países. Temos uma das maiores extensões geográficas entre as nações do globo, um território rico e variado em recursos naturais, e uma das mais vastas populações. Aí estão alguns ingredientes de primeira relevância, embora não suficientes, para a projeção de um país em escala universal. Ainda no plano objetivo, mas já no terreno da realidade social, alcançou o Brasil um tal nível de desenvolvimento da sua economia, que já lhe é possível sustentar o próprio crescimento em ritmo compatível com as aspirações nacionais que se colocam em termos não apenas absolutos mas também relativos a outras nações. **Dizer que o Brasil é o maior país em extensão em nosso subcontinente ou que é o que nele tem maior volume global de comércio exterior, sendo inclusive, afora os Estados Unidos, o maior parceiro comercial de quase todos os países da Europa Ocidental, ou qualquer outra declaração de fato, não é um juízo de valor político.**

No plano psicológico é que as comparações de dimensões físicas ou sociais adquirem conteúdos emocionais, apresentados como de natureza ética ou política. Associa-se à grandeza física a ideia de poder e a esta a ambição de hegemonia. Tais

associações revelam, com freqüência, mais os temores de uma parte do que as ambições da outra e, em todo caso, repousam em concepções da História que parecem em processo de revogação pelas condições em que se operam hoje as relações internacionais, pelo menos no continente americano.

O Brasil, que lutou contra o colonialismo político muito cedo na sua história, que tem uma crônica de incessante preocupação de independência econômica, erigiu, em princípios de ação universal, as normas de comportamento que esperou sempre ver observadas pelos outros países com relação a ele próprio. Coerentemente, praticou e pratica sempre esses princípios com relação aos seus vizinhos e a todos os países com os quais convive no cenário internacional.

uma convivência harmoniosa com seus vizinhos

Talvez as peculiaridades de nossa História nos hajam auxiliado a ter do nosso papel internacional essa visão pacífica e pacifista. **Ao contrário de outras nações de grande extensão territorial, o Brasil não conheceu o que fossem grandes modificações nas suas fronteiras, a qualquer título, e tem uma singular história de convivência harmoniosa com os seus vizinhos.** Isso é tanto mais digno de nota quanto, com dez países limítrofes, o Brasil é, depois da República Popular da China, com treze, e da União Soviética, com doze, o país que tem maior número de vizinhos. **O Brasil não conhece, também, separatismos internos, ou quistos de regionalismo de base racial, política, lingüística ou religiosa. O extraordinário senso de identidade nacional, que permeia toda a população do País, permite, pois, uma atitude mais descontrainda com relação à convivência internacional. Nada tememos de nossos vizinhos porque sabemos que eles nada têm a temer de nós.** Aí estão a raiz de nosso entendimento perene — pelo menos de nossa parte totalmente sincero — e a explicação do porque não vingam os receios extemporâneos de que o Brasil se transforme, por força de sua grandeza econômica relativa, em um país com pretensões de **status** ou ambições de hegemonia.

Há poucos dias, durante a visita do Secretário de Estado Henry Kissinger a Brasília, tive a oportu-

nidade de mencionar o fato de que o Brasil se sente parte integrante de um variado número de comunidades de nações.

Sentimo-nos parte da comunidade de nações que constituem o Mundo Ocidental e com ela repartimos a crença em certos valores humanos básicos e a preocupação com respeitá-los. Acreditamos, porém, que essa comunidade é uma comunidade aberta e dinâmica. Não se restringe a um grupo de nações que se auto-erigem donas da interpretação autêntica do que são os valores da cultura humanística, que caracterizam o Mundo Ocidental.

Sentimo-nos parte da comunidade de nações em desenvolvimento, com as quais repartimos as nossas mais genuínas aspirações. Essa é outra realidade objetiva que o ruído retórico, dos que se assustam pressurosamente com falsos alarmes, não deve obstruir. **Como todos os demais países em desenvolvimento, aspiramos alcançar, o mais rapidamente possível, níveis progressivos de crescimento econômico, que diminuam e eventualmente eliminem a distância que nos separa dos países mais desenvolvidos. Essa é uma aspiração comum a todos os países em desenvolvimento e não peculiar ao Brasil.** Acreditamos, por outro lado, que a gama de variações entre os países em desenvolvimento é tal que qualquer tentativa de enrijecer categorias conduz a inevitáveis erros de apreciação política. Repudiamos, sobretudo, a tendência a categorizar todos os países em desenvolvimento num bloco uniforme de contestação aos interesses legítimos de outras comunidades de nações. Como repudiamos, ainda, as oposições que querem construir entre os países em desenvolvimento e entre estes e os países do Mundo Ocidental. Acreditamos que a grande maioria dos países em desenvolvimento se sente, como nós, parte do Mundo Ocidental, cujos valores humanísticos partilham e querem responsavelmente promover.

somos parte de um sistema que ajudamos a construir e a defender

Sentimo-nos, ainda, parte do sistema interamericano, que ajudamos a construir e que infatigavelmente contribuimos para defender. **Ninguém nos**

poderá acusar de haver faltado com nossa vigilância para a defesa do continente, quer derramando o sangue de brasileiros na luta contra ideologias expansionistas de direita, quer impedindo que entre nós se instalassem ideologias expansionistas de esquerda. Ainda recentemente, quando se pôs em marcha o procedimento que levaria à reforma do TIAR, nenhum país do continente, mais do que o Brasil, alertou para os perigos de um relaxamento da vigilância contra as ameaças, sempre latentes, à segurança continental, a partir de fora e de dentro do próprio continente. Tínhamos, como temos ainda, a clara consciência de que nenhum sistema esgota a realidade nacional dos países que o integram, nem mesmo a realidade do conjunto. Por essa razão, custava-nos aceitar que o sistema interamericano se comportasse como se fosse imune às influências de outros sistemas e de realidades que transcendiam o continental.

Sentimo-nos parte da comunidade dos países latino-americanos e, entre estes, mais diretamente da comunidade dos países sul-americanos, que são nossos vizinhos ou, de tão próximos a nós, a eles nos sentimos ligados como se o fossem. **Esse sentimento de latinidade americana e de sul-americanidade é em nós profundamente arraigado e nos conduz a espontaneamente atuar, em todos os foros internacionais, em constante e prioritária coordenação com os demais países dessas comunidades.** Ele ainda nos fez convictamente apoiar a ideia de criação do SELA, para cujo aperfeiçoamento demos nossa ativa colaboração. Também essa participação não esgota, porém, nossa personalidade nacional, como não esgota a de qualquer outro país latino-americano ou sul-americano. Assim como o Brasil, nenhum deles atua na cena internacional exclusivamente como membros da comunidade latino-americana. Outras nações latino-americanas, de tanta expressão quanto o Brasil e de considerável capacidade de atuação no plano internacional, atuam em certas ocasiões, e na defesa de legítimos interesses nacionais, em consonância com interesses que não são representativos dos da América Latina. Isso é natural e válido para todos em qualquer comunidade de nações livres.

Poderíamos continuar a identificar comunidades às quais pertencemos, sem que qualquer uma delas esgote a personalidade do País. **O exercício é desnecessário, pois o que queríamos provar já parece demonstrado, ou seja, que as co-**

munidades servem a propósitos particulares e que, no dia em que se considerar que o comunitário elide o individual, então se terá disposto do princípio da soberania, o que nenhum país latino-americano pode ou deve aceitar.

associação não elimina diferenças individuais

A visão que o Brasil tem do cenário internacional leva, pois, a que consideremos que os países se inscrevem num **continuum** de situações de diversa ordem, por oposição à concepção de que a realidade é miúda ou discreta. Nem historicamente se pode dizer que haja, em qualquer parte do mundo, correspondência exata entre a evolução política, o estágio de desenvolvimento econômico, o grau de maturidade cultural e o equilíbrio social. As comunidades que reúnem países em torno de objetivos comuns não podem pressupor que as diferenças individuais entre eles, em cada um desses setores, sejam-se eliminadas pelo simples fato da associação. O Brasil vem insistentemente reclamando essa objetividade nas relações internacionais. Pratica-a com relação aos demais países e espera que a pratiquem com relação a ele próprio. Onde o caráter multidimensional que empresta à sua política externa.

Nos últimos dois anos, a política externa brasileira vem refletindo essa aguda consciência da irredutibilidade do fato a esquemas intelectuais apriorísticos. Mais e mais nos apercebemos da inconsistência das rígidas categorizações e de como elas fecundam a contestação e dificultam o diálogo e o entendimento. Ao mesmo tempo, embora reonhecendo a validade histórica da tese de que os interesses nacionais se projetam em círculos geográficos concêntricos, mais e mais nos damos conta de que a globalização das relações internacionais tornou menos determinante o que há de limitativo na condição regional. A usar símiles geométricos, preferiria dizer, agora, que os interesses da política externa do Brasil se projetam, hoje, em setores nas mais variadas direções, cada um deles ajustado cuidadosamente às realidades bilaterais de poder e de interesses recíprocos com países individuais ou às realidades comunitárias de interesses comuns com determinados grupos de países.

Praticamente não há área, comunidade ou país com os quais não tenhamos procurado reavaliar nossas relações, com vistas a dinamizá-las no sentido de ampliar a cooperação para a consecução dos objetivos nacionais, o que é sempre possível no plano das coincidências.

Na América Latina, essa é uma preocupação dominante. Acreditamos fundamental a solidariedade com os nossos vizinhos. Com eles temos procurado desenvolver ao máximo programas de interesse comum. Desejamos para cada um deles o mesmo destino de prosperidade que aspiramos para o Brasil. Acreditamos que, para todos nós, esse destino será tanto mais alcançável quanto melhor soubermos orientar nossos esforços para a cooperação e a coordenação. Continuaremos a buscar e a dar a compreensão fraterna que nos tem permitido atuar conjuntamente no benefício de nossos povos, sem estereis complexos que só podem servir aos que preferem nos ver divididos.

diálogo direto e solidariedade operativa com as nações africanas

Com a África, nos empenhamos em instaurar o diálogo direto e a solidariedade operativa, que estava no nosso destino em razão das profundas afinidades históricas, étnicas e culturais que temos com os seus povos. **Era uma imperdoável herança do colonialismo a distorção que nos isolava dos povos africanos, que deram origem a tão considerável parte de nossa população. Como é ainda sua triste consequência que, às custas de tanto sofrimento, tenham que construir-se como Estados os povos recém-libertados. O exercício da autodeterminação, o direito de ser respeitado na sua soberania, parecem ser conquistas tão difíceis quanto a própria independência. Aos povos africanos de expressão portuguesa temos estendido nossa compreensão e solidariedade como estamos dispostos a estender nossa cooperação e auxílio desinteressado para que rapidamente exerçam, com plena autonomia, seus direitos como Estados.**

Por outro lado, temos dado e continuaremos a dar atenta consideração ao nosso relacionamento com os países árabes. Acreditamos que são muito amplas as oportunidades que podem ser detectadas de cooperação econômica e tecnológica com esses países. No plano político, tem sido

nossa preocupação a de que prevaleça a equidade nos conflitos que envolvem esses países e povos, para que, inclusive, se alcance e preserve a paz.

diálogo construtivo com os países desenvolvidos

Com os países desenvolvidos, temos procurado elaborar um diálogo construtivo, endereçado para a busca de soluções concretas para os problemas existentes nas nossas relações e para a identificação de áreas de cooperação, que, servindo aos interesses comuns, contribuam para o objetivo de aproximar nossos níveis de desenvolvimento. Embora tenha procurado não citar nomes de países até agora, não posso deixar de mencionar a importância que teve o Acordo de Cooperação para os Usos Pacíficos de Energia Nuclear entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, que constituiu o primeiro exemplo de transferência maciça de tecnologia sofisticada de um país desenvolvido para um país em desenvolvimento.

Nem posso deixar de mencionar, também, a assinatura do Memorando de Entendimento com o Reino Unido, que introduziu um sistema de consultas entre os dois Governos, sem paralelo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Graças ao clima de compreensão criado pelo Memorando, já se encontram em estudo inúmeros projetos de cooperação, que darão enorme vitalidade às relações econômicas entre os dois países. Este próprio seminário se inscreve no mesmo espírito que presidiu a elaboração do Memorando. A visita que no mês de maio fará ao Reino Unido o Presidente Ernesto Geisel, a convite de Sua Majestade a Rainha Elizabeth II, a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à Inglaterra, é a expressiva consagração dessa reaproximação entre os nossos dois países.

Quero, também, mencionar a criação da Grande Comissão de coordenação com a França, um tipo de cooperação que a França só tem com um reduzidíssimo grupo de países. Tanto o Presidente Giscard d'Estaing quanto o Presidente Geisel estão convictos da importância crescente da cooperação entre os dois países e o convite que o Chefe de Estado da França fez ao primeiro mandatário brasileiro para que visite Paris, visita que será efetuada no próximo mês de abril, foi feito dentro desse espírito.

O Memorando de Entendimento assinado com os Estados Unidos da América, durante a visita do Secretário de Estado Henry Kissinger a Brasília, é mais um elo importante na cadeia dos relacionamentos especiais que o Brasil vem construindo com outros grandes países do Mundo Ocidental. O Memorando é tão inédito para as relações dos Estados Unidos da América com países em desenvolvimento quão inéditas foram as formas de cooperação ou entendimento concluídas com a República Federal da Alemanha, ou com o Reino Unido, ou com a França ou a Itália. **Sua maior repercussão terá sido, talvez, o fruto de incompreensões quanto ao seu alcance. Tem-se especulado excessivamente em torno dele e, por comparação, mereceram menor atenção os documentos firmados com os países europeus. Todos servem, porém, ao mesmo propósito que é o de ampliar a cooperação bilateral com os países do Mundo Ocidental, de forma imaginativa e dinâmica.** Com outros países desenvolvidos da Europa e da Ásia, estamos procurando ativar os nossos contatos, sempre com o mesmo objetivo de dinamicamente explicitar as áreas de coincidência e convergência de interesses, para ampliar a cooperação. Um grande esforço nesse sentido vem sendo desenvolvido com o Japão.

Com os países de economia planificada da Europa, temos, igualmente, procurado ampliar nossas relações econômicas, com resultados que aparecem promissores. Nesse sentido, participamos da

dupla convicção de que o aumento do intercâmbio com esses países atende aos interesses nacionais de expansão e de diversificação do comércio e de que ele consulta, também, aos interesses mais globais de entendimento internacional, que favoreça a paz.

Meus Senhores,

Creio haver respondido à pergunta implícita no tema que me propuseram. **O Brasil se vê, no concerto das nações, como um país em fluxo, com um destino de grande expressão em razão de condicionamentos naturais e basicamente orientado para a realização de valores nacionais, centrados no desenvolvimento econômico e social interno. O Brasil se sente parte do Mundo Ocidental, cuja característica dominante considera ser a preeminência que dá aos valores humanísticos. Vê-se como um país em desenvolvimento e, como tal, aspirante a uma ordem econômica internacional mais equânime. O Brasil é um país de vocação pacífica, imune a ambições de expansionismo ou de hegemonia. Acredita na cooperação e favorece o diálogo. O Brasil se sente, por fim, intimamente ligado aos seus vizinhos de aquém e de além-mar, uma ligação que o Presidente Ernesto Geisel faz questão de acentuar desde os primeiros momentos de seu Governo.**

Esta, Senhores, a visão que o Brasil tem de sua posição no mundo.

relações diplomáticas

novos postos brasileiros no exterior

Três novos postos brasileiros no exterior foram criados em fevereiro de 1976. A Embaixada brasileira na República Gabonesa deixou de ser cumulativa com a do Zaire e passou a ter sua sede em Libreville, a Capital do país.

Nos Estados Unidos da América, o Brasil abriu dois novos Consulados: em Atlanta, no Estado da Geórgia, e em Dálias, no Estado do Texas.

Em março, foi extinto o Consulado Honorário em New-Castle-on-Tyne, na Grã-Bretanha.

Os seguintes países contam com Missões permanentes na Capital nepalesa, Katmandu: Estados Unidos da América, União Soviética, República Popular da China, República Federal da Alemanha, França, Grã-Bretanha, Japão, Índia, Egito, Tailândia, Paquistão, Bangladesh e Birmânia.

Por ocasião do estabelecimento de relações diplomáticas com o Governo de Katmandu, o Itamaraty divulgou o seguinte Comunicado:

"Desejosos de desenvolver relações amigáveis e de promover a cooperação entre seus povos, e inspirados no anseio comum pela paz e pelo entendimento entre todas as nações, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Sua Majestade do Nepal, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas, decidiram estabelecer relações diplomáticas, em nível de Embaixada."

estabelecimento de relações com o reino do nepal

concessão de agrément

Em caráter cumulativo com a Missão Diplomática em Nova Deli, Índia, foi criada a Embaixada brasileira no Reino do Nepal, em 5 de fevereiro de 1976.

O Nepal é uma monarquia constitucional, independente há cerca de três mil anos, governado por Sua Alteza Real Birendra Bir Bikrau Shah Deva, que já esteve no Brasil em 1968. O país é basicamente agrícola e tem como principal parceiro comercial a Índia, com a qual são feitas cerca de 90 por cento das trocas, inclusive livre de tarifas.

O Governo brasileiro concedeu **agrément** aos seguintes Embaixadores estrangeiros:

Olajide Alo, da **Nigéria**, em janeiro de 1976;

Rigoberto Cartagena Diaz, de **El Salvador**, em janeiro de 1976;

Mocktar Georges Abdoulaye-Mbingt, do **Gabão**, em janeiro de 1976;

Inderdew Sewrajsing, do **Suriname**, em fevereiro de 1976;

Patrick Francis Power, da **Irlanda**, em fevereiro de 1976.

Foi concedido **agrément** aos seguintes Embaixadores brasileiros:

Ronald Leslie de Moraes Small, junto a **Moçambique**, em março de 1976;

Nestor Luiz Fernandes Barros dos Santos Lima, junto ao **Suriname**, em março de 1976.

Sizínio Pontes Nogueira, junto à **Bolívia**, em 25 de março de 1976;

João Luiz Areias Netto, junto ao **Gabão**, em 25 de março de 1976;

Rodolpho Godoy de Souza Dantas, junto a **Angola**, em 25 de março de 1976.

entreaa
de credenciais

designação de embaixadores brasileiros

João Baptista Pinheiro, junto aos **Estados Unidos da América**, em 25 de março de 1976;

Cláudio Garcia de Souza, junto à **Argentina**, em 25 de março de 1976;

De Embaixadores estrangeiros:

Emílio D. Bejasa, das **Filipinas**, em 9 de fevereiro de 1976;

Jorge Emilio Casal, da **Argentina**, em 9 de fevereiro de 1976;

Kenzo Yoshida, do **Japão**, em 19 de fevereiro de 1976.

intercâmbio cultural

tailândia concede bolsas de estudo

O Governo da Tailândia está oferecendo bolsas de estudo a estrangeiros para especialização em Agronomia, Veterinária, Economia Cooperativa, Ciência Cooperativa, Engenharia Florestal, Piscicultura, Direito, Economia, Comércio, Ciências Políticas, Administração Pública, Administração Social, Ciências Contábeis e Psicologia Infantil.

São oferecidas, também, bolsas para especialização em Arquitetura, Escultura, Pintura, Decoração e Arqueologia tailandesas. Esta iniciativa do Governo da Tailândia faz parte do programa de intercâmbio cultural da UNESCO. Mais informações podem ser obtidas na Embaixada tailandesa em Brasília, Avenida das Nações, lote 10.

áustria oferece estágio a médicos brasileiros

O Governo da Áustria está oferecendo bolsas de estudo para o ano letivo 1976/1977 a médicos com o mínimo de três ou o máximo de oito anos

de prática em sua especialidade, para realizarem estágio nas clínicas da Universidade de Viena. As bolsas destinam-se ao aperfeiçoamento profissional, dentro de um programa de estudos e trabalhos práticos, no período de 1.º de outubro de 1976 a 30 de junho de 1977. Compreendem auxílio de 5 mil xelins austríacos, ficando por conta do médico-bolsista as despesas com a viagem de ida e volta.

São os seguintes os ramos oferecidos: Anestesiologia, Cardiologia, Dermatologia e Venereologia, Cirurgia Geral, Ginecologia e Obstetrícia, Medicina Interna, Laringologia e Otologia, Neurologia, Medicina Oftalmológica e Cirurgia, Ortopedia, Patologia, Pediatria, Medicina Física e Reabilitação, Psiquiatria, Radiologia Médica (diagnóstico e terapia), Medicina Especializada (Gastrenterologia, Reumatologia, Hematologia, Endocrinologia, Encimologia). Cirurgia Especializada (abdominal, torácica, neurológica, oral, pediátrica, plástica e reconstrutiva, cardiovascular), Tuberculose e Doenças do Tórax, Cirurgia Traumática e Urologia.

O candidato deverá ser fluente na língua inglesa — falada e escrita — e ter conhecimentos básicos de alemão, para o contato direto com pacientes, durante o estágio. Formulários e maiores informações podem ser obtidos na Embaixada da Áustria em Brasília, na Avenida das Nações, lote 40, telefone (0612) 435123. As inscrições ficarão abertas até 25 de maio.

relações comerciais

primeira missão comercial de moçambique faz contatos no rio e em são paulo

Representantes dos setores governamentais de importação e exportação de Moçambique estiveram no Brasil, em janeiro de 1976, para efetuar negociações visando à compra de produtos manufaturados brasileiros, especialmente barcos pesqueiros.

Essa foi a primeira missão comercial de Moçambique a vir ao Brasil desde que esse antigo território português na África tornou-se Estado independente. Ela chegou ao Rio de Janeiro no dia 20, procedente de Lisboa, e manteve contatos com empresários locais. Depois rumou para São Paulo, onde prosseguiu suas negociações.

itamaraty recebe o diretor da organização internacional do cacau

O Diretor Executivo da Organização Internacional do Cacau (OICacau), o ganense U. K. Hackman, veio ao Brasil em fins de janeiro de 1976, para estabelecer contatos com o Governo brasileiro a respeito das negociações do novo Acordo Internacional do Cacau. No dia 27 de janeiro, o Chanceler Azeredo da Silveira concedeu-lhe audiência no Palácio Itamaraty de Brasília.

Essa foi a primeira vez que U. K. Hackman visitou nosso País na qualidade de dirigente da OICacau. Em março de 1973, ele aqui esteve, mas como chefe da delegação de Gana à XX Assem-

bleia da Aliança dos Produtores de Cacau, realizada em Salvador. A visita efetuada em janeiro passado fez parte de um programa de viagens aos principais países produtores e a alguns grandes importadores de cacau, visando o novo Acordo Internacional.

Gana, Brasil, Nigéria, Costa do Marfim, Camarões e Togo — por ordem de importância — são os principais exportadores do produto. O Brasil, que ocupava a quarta posição, conseguiu subir para a segunda nos últimos dois anos, superando Nigéria e Costa do Marfim. Pelas estimativas, ainda imprecisas, sobre a produção de 1976, o Brasil deve continuar em segundo lugar pelo terceiro ano consecutivo. A estimativa de nossa atual produção é de 235 mil toneladas.

A Bahia produz 95 por cento do cacau brasileiro, cabendo o restante ao Espírito Santo e à Amazônia. A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) elaborou um plano de expansão, denominado Procacau, objetivando elevar a produção nacional para 700 mil toneladas, em 1994. O plano prevê o plantio de cacaueiros em Rondônia, a ampliação da cultura na Bahia e a renovação de todos os cacauais agora existentes.

artigos brasileiros na feira de toronto

A participação do Brasil na 71.^a Feira de Toronto (Canadian Hardware Show), realizada de 8 a 11 de fevereiro de 1976, possibilitou vendas de produtos brasileiros no valor de mais de um mi-

lhão e 250 mil dólares norte-americanos. Além disso, proporcionou bons contatos para os 27 expositores brasileiros. Essa foi a segunda vez que o Brasil compareceu à Feira de Toronto.

O* estande brasileiro, que ocupou área de cerca de 400 metros quadrados, exibiu bicicletas, materiais esportivos, objetos de cerâmica, ferramentas manuais, pisos, azulejos, utensílios domésticos e de decoração, motores elétricos e artigos de cutelaria.

A Feira de Toronto é uma das mais tradicionais e importantes da América do Norte, destinada apenas a homens de negócios e a firmas importadoras. Foi incluída no calendário de mostras no exterior, organizadas pelo Itamaraty, a pedido de entidades de classe brasileiras, tendo em vista os resultados e perspectivas alcançados em 1975, que se confirmaram neste ano.

Durante a Feira de Toronto, iniciaram-se entendimentos para a designação de representantes de exportadores brasileiros no local, o que permite prever a intensificação de transações comerciais entre Brasil e Canadá.

técnicos sauditas estudam negócios no brasil

Representantes dos Ministérios, da Agricultura, Finanças, Indústria e Planejamento da Arábia Saudita estiveram em Brasília, nos dias 16 e 17 de fevereiro de 1976, para estudar, com representantes brasileiros dos setores governamentais correspondentes, as áreas de interesse que possam ser objeto de negociação entre os dois países.

A missão, de caráter puramente técnico, teve reuniões de trabalho no Itamaraty, durante as quais foi feito um levantamento conjunto das áreas de interesse econômico comum. Tratando-se apenas de uma visita de caráter exploratório, a missão árabe não trouxe cartas de plenos poderes para assinar contratos ou documentos paralelos.

Integraram a comitiva os seguintes técnicos sauditas: Omair Al-Mair (do Ministério da Indústria),

Abdulahman Ohali (do Ministério do Planejamento), Mohamed Al-Daries (do Ministério das Finanças) e Sulnam Natheer (do Ministério da Agricultura). De Brasília, a missão árabe seguiu para Salvador, Vitória, Uberaba, Furnas, Rio de Janeiro e São Paulo, voltando depois para a Capital brasileira.

brasil expõe produtos na capital da líbia

O Brasil participou, de 1.º a 21 de março de 1976, da XIV Feira Internacional de Trípoli, na República Árabe da Líbia, uma das 65 do Programa de Feiras e Exposições do Ministério das Relações Exteriores neste ano.

Trinta e seis firmas estiveram representadas no pavilhão do Brasil, exibindo têxteis, artefatos de couro, cerâmica, produtos alimentares, fogões, bicicletas, duchas elétricas, tintas, calçados, produtos de alumínio, madeiras e produtos de tocador, além dos automóveis Brasília e SP-2.

Dos contatos mantidos com importadores líbios, no decorrer da Feira, obteve-se uma perspectiva de vendas a curto prazo no valor de 10 milhões de dólares.

O pavilhão brasileiro registrou intenso movimento de visitantes e foi o único de país não-árabe a receber um Ministro de Estado líbio: o do Desenvolvimento Agrário. Ele compareceu à comemoração do Dia do Brasil na Feira, acompanhado pelo Vice-Ministro das Comunicações e pelo Chefe do Departamento Econômico do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Líbia.

brasília e lima expandem seu fluxo comercial

A missão comercial brasileira que esteve em Lima de 7 a 18 de março de 1976 encerrou as nego-

dações sobre o projeto de um convênio comercial Brasil-Peru a ser assinado brevemente. No quadro desse convênio, já foi elaborado um acordo a longo prazo (1977-1980) para fornecimento de produtos agrícolas brasileiros ao Peru e de metais não-ferrosos peruanos ao Brasil. Tal acordo poderá gerar um volume adicional de negócios, entre os dois países, superior a 100 milhões de dólares anuais. Foram abertas negociações sobre as possibilidades de fabricação, no Brasil e no Peru, de rações balanceadas à base de farinha de peixe peruana e de farelo de soja e outros insumos brasileiros. As rações servirão tanto ao consumo interno de ambos os países, como à exportação.

O Chefe da Divisão da América Meridional-I (DAM-I), do Itamaraty, Joaquim Ignácio Amazonas MacDowell, dirigiu a missão da qual fizeram parte outros funcionários do Ministério das Relações Exteriores e representantes do Conselho Nacional de Não-Ferrosos e de Siderurgia (Consider), da Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio (Cobec), da Petrobrás Comércio Internacional S/A (Interbrás, a **trading company** da Petrobrás), do Lloyd Libra Navegação, da Associação Brasileira do Cobre e do Sindicato das Rações Balanceadas do Estado de São Paulo. A missão manteve conversações com autoridades, empresas e associações peruanas. Seu chefe foi recebido em audiência pelo Ministro do Comércio do Peru.

A viagem da missão brasileira a Lima demonstrou o interesse do Brasil e do Peru em elevar o intercâmbio bilateral a um ponto condizente com o volume global de cada um dos países. Esse assunto foi objeto de entendimentos de alto nível por ocasião da visita do Chanceler Azeredo da Silveira a Lima, em novembro de 1975, para a abertura dos trabalhos da III Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica. Na oportunidade, esboçou-se o projeto de convênio para a expansão do comércio bilateral.

Negociações sobre o incremento do comércio Brasil-Peru foram iniciadas em setembro de 1975 durante a viagem a Lima do Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio, Paulo Vieira Belotti.

zâmbia envia ministro para contatos comerciais

O Ministro de Minas e da Indústria da Zâmbia, Deputado Remi Chisupa, esteve em Brasília, de 8 a 10 de março de 1976, quando foi recebido por várias autoridades, entre as quais os Ministros das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira; das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira; da Indústria e do Comércio, Severo Fagundes Gomes; e das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, além dos Secretários-Gerais do Ministério da Agricultura, Paulo Afonso Romano; e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Elcio Costa Couto. O visitante foi recebido também pelo Presidente do Banco Central, Paulo Pereira Lira.

Em seus contatos oficiais, Remi Chisupa ressaltou que a Zâmbia está introduzindo modificações substanciais em sua economia, que passará a dar prioridade ao setor agropecuário, ao invés da mineração e da exportação do cobre. Por tal motivo, segundo Remi Chisupa, o Governo zambiano quer ampliar o intercâmbio comercial com o Brasil, que já alcançou um elevado grau de desenvolvimento tecnológico num setor de seu interesse: máquinas e equipamentos para agricultura.

Além de máquinas e equipamentos agropecuários, o Ministro zambiano demonstrou interesse na aquisição de arroz e carne em conserva, e propôs ao Brasil a exploração — sob o regime de **joint ventures** — de uma grande jazida de cobre, recentemente descoberta na Zâmbia. De Brasília, Remi Chisupa, que estava acompanhado de 12 pessoas, seguiu para São Paulo, onde manteve contatos com empresários de vários setores.

produtos brasileiros numa feira de 811 anos

Um pavilhão de 600 metros quadrados, com produtos de 59 firmas nacionais, representou o Brasil na Feira da Primavera de Leipzig, na Repúbli-

ca Democrática Alemã, realizada de 14 a 21 de março de 1976. Essa foi a 11.^a vez que o Brasil participou dessa feira, que existe há 811 anos e é hoje o mais importante acontecimento comercial do Leste europeu. Trata-se, também, do principal ponto de encontro do comércio Leste-Oeste.

As 59 firmas brasileiras expuseram uma extensa linha de artigos, tais como utensílios domésticos de metal, de cerâmica, conservas alimentares, têxteis, jóias, couros, ferramentas, móveis, cristais, calçados e discos. A Embratur e a Varig montaram estandes para a distribuição de folhetos e a projeção de audiovisuais, desempenhando um papel promocional de relevo. As grandes atrações, porém, foram o automóvel **Fuma** e o balcão de cafezinho do IBC, que só no primeiro dia serviu 4500 xícaras. Metade das firmas brasileiras era associada à Interbrás, a **trading company** da Petrobrás.

Ao contrário da maioria das promoções do gênero, em toda a Europa, que tendem a uma especialização crescente, a Feira de Leipzig exibe vasta gama de realizações industriais e tecnológicas, bens de consumo e de produção, proporcionando um melhor conhecimento recíproco global dos mercados e da capacidade produtiva de todos os países que dela participam.

Com a afluência cada vez maior de representantes de economias de mercado às feiras da Europa Oriental, são estabelecidos contatos, em nível empresarial, entre exportadores brasileiros e potenciais importadores de países capitalistas. Esses contatos se somam aos mantidos com representantes do Leste europeu, de resultados um pouco mais lentos, devido à estrutura peculiar do comércio da área.

vendas do brasil ao canada batem recorde

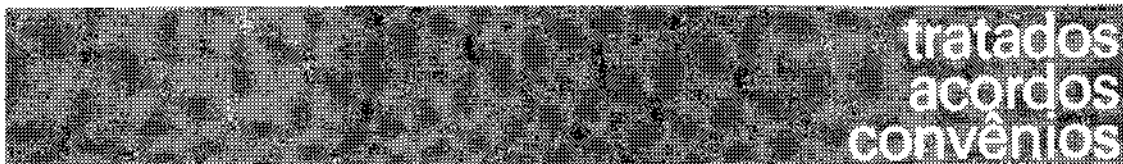
As exportações brasileiras para o Canadá, em 1975, ultrapassaram 170 milhões de dólares ca-

nadenses, o que representa um incremento de 57,7 por cento em relação a 1974, quando foram exportados produtos no valor de 112 milhões de dólares canadenses. Essa é a maior taxa de expansão já registrada em toda a história de nossas vendas ao Canadá. O Brasil, dessa forma, conseguiu reduzir em mais de 90 por cento o seu déficit comercial com esse país, que de 281 milhões de dólares canadenses, em 1974, caiu para apenas 24,2 milhões, em 1975.

Segundo informação da Assessoria de Imprensa do Itamaraty, em 16 de março de 1976, à margem do crescimento de volume de comércio, a mais importante característica do intercâmbio bilateral, em 1975, foi o salto qualitativo das exportações brasileiras. Itens de alto conteúdo tecnológico, tais como motores para veículos e computadores eletrônicos e peças, constituíram-se nos produtos mais dinâmicos da pauta de exportações, com taxas de crescimento de 313 e 270 por cento, respectivamente. O item motores para veículos foi também o mais importante em termos quantitativos, encabeçando a lista de exportações brasileiras para o Canadá, com um total de quase 39 milhões de dólares canadenses.

Em ordem decrescente, os produtores mais significativos da pauta das exportações brasileiras para o Canadá foram: café (vendas de 21,1 milhões de dólares canadenses, com aumento de 42 por cento em relação a 1974); minério de ferro (vendas de 19,2 milhões, com aumento de 103 por cento); e suco de laranja concentrado (vendas de 11 milhões, com aumento de 225 por cento).

Os produtos manufaturados leves, ramo em que o Brasil apresenta boas condições de competitividade, acusaram, igualmente, comportamento satisfatório: calçados e botas de couro para homens e meninos (vendas no valor de 1,3 milhões de dólares canadenses, com aumento de 92,5 por cento em relação a 1974); bolsas e sacolas para senhoras (vendas de 1,2 milhões, com aumento de 53 por cento); e tecidos de algodão tipo **denim** (vendas de 1,1 milhão com aumento de 42 por cento).



"O importante e fundamental é procurar explicitar as convergências tácitas e maximizar o produto das negociações inspiradas no interesse nacional das partes, uma vez que os tratados só são realmente estáveis e duradouros na medida em que representam a harmonização de posições, condição imprescindível à perenidade dos pactos" — Azeredo da Silveira.

cinco ajustes complementam acordo de cooperação brasil-rfa

Em 21 de janeiro de 1976, no Palácio Itamaraty de Brasília, o Chanceler Azeredo da Silveira e o Embaixador da República Federal da Alemanha, Horst Röhding, «sinaram, por troca de Notas, cinco Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-RFA, de 1963, abrangendo os setores da cooperação científica, tecnologia industrial, desenvolvimento urbano e produção agrária.

ajuste sobre o envio de peritos alemães para elaboração de um plano de desenvolvimento integrado da região metropolitana de porto alegre

A Sua Excelência o Senhor Horst Röhding,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota n.º EH/445/50/692/75, datada de hoje, cujo teor, em português, é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota Verbal n.º DCT/DE-I/05/644 (F36M46), de 8 de janeiro de 1974, bem como ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, existente entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte:

- I. a) O Governo da República Federal da Alemanha, a suas expensas, enviará ao Brasil, por período global de 58 homens/mês, grupo de peritos para assessorar a implementação do plano de desenvolvimento integrado da região metropolitana de Porto Alegre, elaborado por grupo de trabalho teuto-brasileiro, em conformidade com o Ajuste Complementar de 5 de fevereiro de 1971;
- b) formam o grupo de peritos alemães um chefe especializado em economia política, e até doze técnicos especializados em:

- planejamento administrativo,-
- planejamento financeiro,-
- organização de planejamento;
- planejamento espacial;
- destinação final do lixo; e
- processamento eletrônico de dados.

Além desses, poderão ser designados planejadores setoriais para a superação de dificuldades ocasionais em algumas áreas.

II. O grupo de técnicos assessorará o Grupo Executivo da Região Metropolitana de Porto Alegre (GERM), dentro das incumbências a ele conferidas, e informará o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, trimestralmente, do andamento dos trabalhos.

III. O assessoramento do grupo de técnicos destinar-se-á, em especial, às seguintes tarefas do GERM:

- a) estruturação e consolidação da organização interna do Grupo Executivo da Região Metropolitana (GERM), como órgão de planejamento regional (por exemplo, estruturação organizacional, aparelhamento com material de planejamento, fluxos de informações, métodos de trabalho);
- b) fixação dos objetivos e das metas de desenvolvimento regional no planejamento das tarefas e do financiamento a ele relativos, bsm como elaboração de um programa de execução para as autoridades federais, estaduais e municipais, órgãos da administração indireta e instituições relevantes do setor privado (por exemplo, bancos, associações e grandes empresas), isto é, o estabelecimento de um sistema cooperativo de planejamento integrado de efeito obrigatório,-
- c) concretização do planejamento regional intersetorial no planejamento de projetos-chave concretos,-
- d) implantação do planejamento global da região por meio da elaboração de planos de desenvolvimento para os municípios da região, especialmente de planos que se referem ao uso de suas áreas,-
- e) criação das condições para complementação e modificação metódicas, bem como para a continuação controlada e ininterrupta do planejamento regional;

IV. O Governo da República Federativa do Brasil garantirá que fique à disposição do grupo de peritos alemães, pelo período de suas atividades no Brasil, sem restrições, o seguinte equipamento, já fornecido no quadro do Ajuste de 5 de fevereiro de 1971:

- a) 4 veículos motorizados (3_ automóveis e 1 veículo utilitário); e
- b) equipamento técnico de escritório.

V. O Governo da República Federativa do Brasil:

- a) colocará, a suas expensas, à disposição dos peritos alemães, toda a aparelhagem necessária a seu trabalho;
- b) cuidará do recrutamento de especialistas brasileiros apropriados,-
- c) tomará providências para que os especialistas brasileiros, mesmo depois de findo o período de realização do projeto, estejam à disposição do GERM na qualidade de colaboradores.

VI. O Governo da República Federativa do Brasil:

- a) facilitará aos peritos alemães o acesso a todos os documentos de relevância para o projeto (estatísticas, material cartográfico e documentos semelhantes) e os apoiará no estabelecimento de contactos e na obtenção de informações junto às autoridades, instituições e empresas de importância para o projeto;
- b) arcará com as despesas de funcionamento e manutenção dos veículos referidos no item IV, letra a, encarregando-se das despesas de pesquisa de laboratório e do emprego temporário de um computador digital;
- c) encarregar-se-á das despesas de viagem dos técnicos alemães dentro do país, quando necessárias ao exercício de suas atividades, e lhes pagará, além das despesas de transporte, uma diária adequada.

VII. De resto, aplicar-se-ão ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens I a VII, esta Nota e a de resposta, em que Vossa Excelência expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar os protestos da minha mais alta consideração."

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Antônio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

**ajuste sobre a atuação de um
perito alemão no setor de urbanismo
e habitação no rio de janeiro**

A Sua Excelência o Senhor Horst Røding,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da **Nota** n.º
EH/445/101/13, datada de hoje, cujo teor, em portu-
guês, é o seguinte:

"Senhor Ministro,

com referência à Nota Verbal n.º DCT/142/644.2 (B46)
(F36) do Ministério das Relações Exteriores da República
Federativa do Brasil, de 12 de julho de 1974, bem como
em aditamento ao Ajuste de 12 de setembro de 1973
e dentro do quadro do Acordo Básico de Cooperação
Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre
os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a
Vossa Excelência, em nome do Governo da República
Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste, relativo à
prorrogação das atividades de perito em urbanização.

1. O Governo da República Federal da Alemanha pror-
rogará, a suas expensas, até 31 de dezembro de 1975,
as atividades de perito em urbanização e construção
de habitações.

2. Junto à Secretaria-Geral do Ministério do Interior,
o perito terá a missão de:

- a) colaborar na elaboração de estratégias re-
gionais para o desenvolvimento urbano in-
tegrado (determinação de sistemas urbanos
e regionais de funcionamento harmónico);
bem como;
- b) formar, aperfeiçoar e assessorar peritos
nacionais no setor do planeamento urbano.

3. O Governo da República Federal da Alemanha sub-
meterá **o turrículom vitae** do perito a ser indicado à
aprovação **do** Ministério do **Interior**.

4. **O Governo da República Federal da Alemanha for-
necerá, a suas expensas, literatura especializada e o
material didático necessário, e que o perito trará con-
sigo para o desempenho de sua missão. Terminadas as
atividades do perito, o material especializado fornecido
passará ao património da República Federativa do
Brasil.**

5. Em conformidade com o Artigo 4, item 2, do acima
referido Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30
de novembro de 1963, o Governo da República Federa-
tiva do Brasil concederá à literatura especializada e
ao material didático, mencionados no item 4, isenção
da licença prévia de importação, do pagamento de
emolumentos consulares, das taxas alfandegárias, bem
como dos demais gravames ou encargos fiscais.

6. O Governo da República Federativa do Brasil pres-
tará ao perito todo o apoio necessário para o cumpri-

msnto de sua missão, colocar-lhe-á à disposição um
veículo motorizado e, se necessário, um motorista, en-
carregando-se das despesas de funcionamento e manu-
tenção do veículo,- arcará igualmente com as despesas
de viagens internas de serviço e com os custos de alo-
jamento do perito.

7. De resto, aplicar-se-ão ao presente Ajuste as dis-
posições do acima referido Acordo Básico de Coopera-
ção Técnica, de 30 de novembro de 1963, inclusive a
cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil con-
corde com as propostas contidas nos itens 1 a 7, a
presente Nota e a Nota de resposta de Vossa Excele-
ncia, exprimindo a concordância de seu Governo, cons-
tituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a
entrar em vigor na data da Nota de resposta.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Exce-
lência os protestos da minha mais alta consideração."

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o
Governo brasileiro concorda com os termos da Nota
transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa
a constituir um Ajuste entre nossos dois Governos, a
entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Exce-
lência os protestos da minha mais alta consideração.

Antônio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa **do** Brasil

**ajuste sobre assessoramento técnico-agrícola
alemão à cooperativa agropecuária petrópolis,
em nova petrópolis, no rio grande do sul**

A Sua Excelência o Senhor Horst Røding,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota n.º
EH/445/45/12/76, datada de hoje, cujo teor, em por-
tuguês, é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota Verbal DCT/DE-I/238/644 (B46)
(F36), de 31 de outubro de 1974, do Ministério das Re-
lações Exteriores da República Federativa do Brasil, e
aos Ajustes de 16 de janeiro de 1969 e de 15 de feve-
reiro de 1974, bem como no quadro do Acordo Básico
sobre Cooperação Técnica, de 30 de novembro de
1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho
a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do
Governo da República Federal da Alemanha, o segui-
nte Ajuste referente ao desenvolvimento da Cooperativa
Agropecuária de Petrópolis:

1. O Governo da República Federal da Alemanha continuará apoiando a ampliação da Cooperativa Agropecuária de Petrópolis Ltda., situada no Município de Nova Petrópolis, Estado do Rio Grande do Sul, para torná-la uma cooperativa com produção eficiente, através de um serviço de assessoramento técnico-agrícola.

2. O Governo da República Federal da Alemanha colocará à disposição, a suas expensas:

- a) até 31 de dezembro de 1976, um perito em cooperativismo e comercialização de produtos agrícolas; e
- b) até 30 de junho de 1976, um perito em produção agrícola.

3. Os peritos referidos no item 2 terão a incumbência de dar prosseguimento às atividades em andamento, bem como de continuar a extensão iniciada da produção das empresas agrícolas individuais aos setores da economia de pastagens e da fruticultura.

4. O Governo da República Federal da Alemanha fornecerá, a suas expensas, CIF porto de desembarque, ou adquirirá no Brasil, a suas expensas, os meios de produção agrícola necessários para a execução do projeto.

5. Os meios de produção agrícola referidos no item 4 passarão, quando da sua chegada ao porto de desembarque no Brasil, ou quando da sua aquisição no país, ao patrimônio da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul que, por sua vez, os transferirá à Cooperativa Agropecuária de Petrópolis.

6. Os peritos alemães decidirão, de comum acordo com a direção da Cooperativa sobre o gênero e aplicação dos meios de produção agrícola, a serem fornecidos segundo o item 4, e assessorarão a Cooperativa no que diz respeito ao reemprego dos meios de contravalor de propriedade do devedor, oriundos da venda dos meios de produção agrícola.

7. O Governo da República Federativa do Brasil obrigará-se-á a:

- a) isentar os meios de produção agrícola referidos no item 4, caso forem adquiridos fora do país, de emolumentos portuários e alfandegários, de taxas de importação e demais gravames e encargos fiscais;
- b) cuidar do pronto transporte dos meios de produção agrícola do porto de desembarque ou lugar de aquisição dentro do país ao local de destino, encarregando-se das despesas decorrentes;
- c) continuar arcando com as despesas de funcionamento e manutenção dos veículos utilizados no projeto;
- d) custear as despesas das viagens de serviço, necessárias ao desempenho das atividades dos peritos alemães, pagando-lhes, além das despesas de viagem, uma diária adequada.

8. O Governo da República Federativa do Brasil obrigará-se-á, outrossim, a:

- a) colocar à disposição do projeto especialistas brasileiros para a cooperação com os peritos alemães mencionados no item 2;
- b) prestar aos peritos alemães o apoio necessário ao cumprimento de suas tarefas;
- c) permitir o treinamento de estagiários alemães dentro do projeto;
- d) continuar promovendo o projeto, dentro de suas possibilidades, sobretudo através de providências no setor da infra-estrutura econômica e social, bem como no setor creditício.

9. De resto, aplicar-se-ão ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens 1 a 9, esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, exprimindo a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar os protestos da minha mais alta consideração."

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Antônio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

ajuste de colaboração no campo do desenvolvimento florestal entre a universidade de Curitiba e a universidade de freiburg

A Sua Excelência o Senhor Horst Röding,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota n.º EH/624.40/733/75, datada de hoje, cujo teor, em português, é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota Verbal de 6 de dezembro de 1968, do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, e em aditamento ao Ajuste de 30 de março de 1971 sobre a cooperação entre a Faculdade de Silvicultura da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, e o Departamento de Silvicultura da Universidade Albert Ludwig, de Freiburg i. Br., no quadro do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte:-

1. O Governo da República Federal da Alemanha enviará, a suas expensas, além dos cientistas referidos no item 2, letra "a" do Ajuste de 30 de março de 1971:

- a) até cinco outros peritos, por um período total de até 180 homens/mês, com a incumbência de colaborarem com a Faculdade de Silvicultura da Universidade Federal do Paraná, na elaboração e execução de planos de ensino e programas de pesquisa, inclusive a formação de pós-graduados,-
- b) uma assistente químico-técnica, por um período de até 24 homens/mês, com a incumbência de instalar e manter um laboratório químico, bem como de realizar análises de solo e plantas e de formar e aperfeiçoar auxiliares brasileiros no setor químico-técnico.

II. O Governo da República Federal da Alemanha arcará com as despesas decorrentes da prorrogação, por um período de até 162 homens/mês, da formação dos cinco membros da Faculdade de Silvicultura da Universidade Federal do Paraná, referidos no item 1, letra "b", do Ajuste de 30 de março de 1971.

III. O Governo da República Federativa do Brasil prontificar-se-á a prestar assistência à Faculdade de Silvicultura da Universidade Federal do Paraná no cumprimento das obrigações adicionais daí decorrentes, através de providências adequadas.

IV. De resto, aplicar-se-ão ao presente Ajuste as disposições do Ajuste de 30 de março de 1971, bem como as disposições do acima referido Acordo Básico de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens I a IV a presente Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, exprimindo a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, o qual entrará em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar os protestos da minha mais elevada consideração."

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota

transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Antônio F. Axereto da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

**ajuste sobre envio de cientistas alemães
ao centro tecnológico de minas gerais (cetec),
em belo horizonte, para cooperação no campo do
tratamento de minério e produção de metal**

A Sua Excelência o Senhor Horst Röding,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota n.º EH/445/102/56/76, datada de hoje, cujo teor, em português, é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota Verbal DCT/110/550.0 (81a), de 23 de maio de 1972, do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, bem como no quadro do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre o envio de peritos ao Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC) em Belo Horizonte:

I. O Governo da República Federal da Alemanha enviará, a suas expensas, dentro de um período de dois anos:

- a) um grupo de peritos, composto de:
 - um químico para gasocromatografia;
 - um mineralogista para termoanálise diferencial;
 - um engenheiro de preparação;
 - um técnico de preparação (capataz de mina);
 - um técnico de processamento de materiais gasosos e plásticos;
 - um metalúrgico para metais não-ferrosos, por um período total de até 98 homens/mês; e

impulso ao comércio brasil-bangladesh

- b) especialistas em diversas disciplinas, cuja permanência será de curto prazo, para solucionar tarefas especiais, até 12 homens/mês.

II. Os peritos mencionados no item I terão a missão de:

- a) assessorar o Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC) em sua estruturação, sobretudo na escolha dos aparelhos a serem ainda adquiridos;
- b) instruir o pessoal científico e técnico do CETEC no manejo dos aparelhos, e formar técnicos brasileiros;
- c) cooperar na execução de projetos de pesquisa e na transferência dos resultados das pesquisas para a prática.

III. O Governo da República Federativa do Brasil:

- a) prestará aos peritos alemães o necessário apoio para o cumprimento de suas incumbências, e colocará à sua disposição os respectivos documentos,-
- b) arcará com as despesas de viagens de serviço, dentro do território nacional, dos peritos alemães, pagando-lhes, além das despesas de viagem, uma diária adequada,-
- c) colocará à disposição o necessário pessoal especializado e auxiliar e, caso for preciso, intérpretes, bem como salas e material de escritório.

IV. De resto, aplicar-se-ão ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens de I a IV, a presente Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, exprimindo a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar os protestos da minha mais alta consideração."

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Antônio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

Acordo de Comércio Brasil-Bangladesh, assinado em 13 de fevereiro de 1976, no Palácio Itamaraty de Brasília, pelo Chanceler brasileiro, Azeredo da Silveira, e pelo Embaixador de Bangladesh, Mustafa Kamal.

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Popular de Bangladesh,

A seguir denominados "Partes Contratantes",

Animados do desejo de estreitar as tradicionais relações de amizade existentes entre eles e de desenvolver as relações econômicas e comerciais entre os dois países,

Convieram no seguinte:

artigo I

As Partes Contratantes concederão, no quadro das suas leis e regulamentos em vigor, as necessárias facilidades para a importação ou exportação das mercadorias mencionadas nas anexas listas A e B, que são indicativas e não exaustivas. Concederão igualmente facilidades para a importação ou exportação de qualquer dos dois países de produtos não mencionados especificamente nas listas anexas A e B.

artigo II

As Partes Contratantes concordam em que as mercadorias mencionadas nos anexos A e B do presente Acordo não poderão ser reexportadas para terceiro país sem o consentimento prévio da outra Parte.

artigo III

As Partes Contratantes conceder-se-ão, nas questões relativas ao comércio bilateral, tratamento de nação mais favorecida.

artigo IV

As disposições do Artigo III não serão aplicadas:

- a) às vantagens e facilidades que uma das Partes Contratantes conceda ou venha a conceder a países limítrofes com a finalidade de facilitar o comércio fronteiriço;
- b) às vantagens e facilidades decorrentes de união aduaneira, de zona de livre comércio ou de acordo regional que uma das Partes Contratantes integre ou venha a integrar;
- c) às vantagens concedidas em virtude de acordo económico multilateral, que concorra para liberalizar o comércio internacional;

- d) às preferências concedidas por uma Parte Contratante a produtos e mercadorias que sejam importados dentro de programa de ajuda estabelecido pela referida Parte com Governo, sociedade ou entidade de terceiro país, ou com as Nações Unidas ou suas Agências especializadas;
- e) às proibições ou restrições impostas para proteger a saúde pública, preservar os bons costumes, e proteger a fauna e flora contra doenças, degeneração ou extinção;
- f) às vantagens concedidas a países com os quais uma das Partes Contratantes tenha acordo de troca (**barter agreement**).

artigo V

A fim de facilitar a execução do presente Acordo, as Partes Contratantes concordam em manter consultas sobre qualquer assunto decorrente do ou relacionado com o intercâmbio comercial entre os dois países.

artigo VI

As Partes Contratantes, com vistas à execução deste Acordo de Comércio, poderão concluir protocolos para troca de mercadorias e outros ajustes cuja finalidade seja facilitar e desenvolver o intercâmbio comercial e outras relações econômicas entre os dois países.

artigo VII

Os pagamentos referentes ao intercâmbio de mercadorias e de serviços entre os dois países efetuar-se-ão em moeda conversível e em conformidade com as respectivas legislações cambiais.

artigo VIII

As Partes Contratantes conceder-se-ão reciprocamente, de acordo com as respectivas leis e regulamentos, facilidades para a realização de feiras e exposições comerciais, visitas de empresários e missões comerciais.

artigo IX

1. O presente Acordo será submetido à aprovação das autoridades competentes de cada uma das Partes Contratantes, de conformidade com suas respectivas disposições constitucionais.
2. Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra do cumprimento das formalidades necessárias e o Acordo entrará em vigor a partir da data do recebimento da última notificação. O Acordo permanecerá em vigor pelo prazo de um ano e será prorrogado automaticamente por períodos anuais sucessivos.

artigo X

O presente Acordo, sujeito às modificações que venham a ser acordadas por mútuo consentimento entre as Partes Contratantes, poderá ser denunciado mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de três meses antes do término de qualquer período anual.

ANEXO A

lista de mercadorias exportáveis de bangladesh para o brasil

1. Juta em bruto
2. Manufaturados de juta, inclusive Jutex/Jutton
3. Papel e papel para jornais
4. Papelão, inclusive papelão grosso, partículas e cavacos de papelão
5. Seda e produtos de seda
6. Peixe industrializado e enlatado, inclusive camarões
7. Produtos de tecelagem manual
8. Chá
9. Melaços
10. Coco e produtos de coco
11. Pernas de rã
12. Fumo
13. Condimentos em geral
14. Ervas e drogas medicinais
15. Tortas oleosas
16. Cabelo humano e crina animal
17. Gomalaca/laca
18. Vassouras, cabos de vassoura
19. Barbatanas de tubarão e miúdos de peixe
20. Resíduos de algodão e linteres
21. Tripas de animal
22. Bebidas alcoólicas
23. Produtos farmacêuticos
24. Arames e cabos
25. Produtos químicos (glicerina)
26. Couro (couro bovino) e manufaturados de couro
27. Lanternas "Hurricane"; cozinheiros a querosene
28. Fios de rayon
29. Papel celofane
30. Fósforos de segurança
31. Produtos de melanina

32. Tubos "M.S."
33. Tapetes/esteiras
34. Fios têxteis
35. Ossos triturados
36. Catechu

25. Ferramentas manuais
26. Utensílios domésticos
27. Veículos automotores e peças de reposição
28. Cimento
29. Calçados
33. Locomotivas

ANEXO B

lista de mercadorias exportáveis do brasil para bangladesh

1. Café cru, em grão
2. Algodão em rama
3. Sementes e frutos oleaginosos
4. Óleos vegetais
5. Sucos de frutas
6. Café solúvel
7. Arroz
8. Produtos das indústrias químicas
9. Ceras
10. Têxteis
11. Minerais metalúrgicos
12. Metais comuns e suas manufaturas
13. Enxofre em pó
14. Bombas, motobombas e turbobombas para líquidos, ar e vácuos
15. Máquinas para a produção de frio
16. Pulverizadores ou polvilhadores para agricultura
17. Máquinas e aparelhos de elevação, carga, descarga e movimentação
18. Máquinas para movimentação de terras
19. Máquinas de costura
23. Equipamentos para a indústria de couro
21. Máquinas e aparelhos para trabalhar madeiras e metais
22. Máquinas para trabalho de solo
23. Equipamentos para a indústria alimentícia
24. Máquinas e aparelhos elétricos

convênio constitutivo do sela

Em 18 de fevereiro de 1976, o Presidente Ernesto Geisel enviou mensagem ao Congresso Nacional pela qual submete ao Poder Legislativo o texto do Convênio Constitutivo do Sistema Económico Latino-Americano (SELA), firmado na Cidade do Panamá, em 17 de outubro de 1975. Além do Brasil, assinaram o Convênio: Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trinidad-e-Tobago, Uruguai, Venezuela, Barbados e Granada. Ao mesmo tempo, foi assinada uma Resolução objetivando o imediato funcionamento do Sistema enquanto é ratificado por todos os signatários.

Os Estados da América Latina, representados na Reunião Ministerial convocada para constituir o Sistema Económico Latino-Americano,

Considerando

Que é necessário estabelecer um sistema permanente de cooperação económica e social intra-regional e de consulta e coordenação das posições da América Latina, tanto nos organismos internacionais como ante terceiros países e grupos de países;

Que a dinâmica atual das relações internacionais, nos campos económico e social, torna igualmente necessário que os esforços e iniciativas realizados até o momento para alcançar a coordenação entre os países latino-americanos transformem-se num sistema permanente que, pela primeira vez, inclua todos os Estados da região, responsabilize-se pelos acordos e princípios que até o momento foram adotados conjuntamente pela totalidade dos países da América Latina e assegure sua execução por meio de ações concertadas,-

Que tal cooperação deve realizar-se dentro do espírito da Declaração e do Programa de Ação sobre o Estabe-

lecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional e da Carta de Direitos e Deveres Económicos dos Estados e de forma congruente com os compromissos de integração assumidos pela maioria dos países da América Latina;

Que é imprescindível propiciar uma maior unidade dos países da América Latina, a fim de garantir ações solidárias no campo da cooperação económica e social intra-regional, aumentar o poder de negociação da região e assegurar que a América Latina ocupe o lugar que legitimamente lhe cabe no seio da comunidade internacional;

Que é necessário que as ações de um sistema permanente de coordenação intra-regional, de consulta e de cooperação, da América Latina se desenvolvam com base nos princípios de igualdade, soberania, independência dos Estados, solidariedade, não-intervenção nos assuntos internos, benefício recíproco e não-discriminação, e com base no pleno respeito aos sistemas económicos e sociais livremente decididos pelos Estados;

Que é conveniente fortalecer e complementar os diversos processos latino-americanos de integração, mediante a promoção conjunta de programas e projetos específicos de desenvolvimento,-

Que, em consequência, torna-se conveniente e oportuno criar um organismo regional para o cumprimento desses propósitos; e

Que na reunião do Panamá, realizada de 31 de julho a 2 de agosto de 1975, chegou-se a um consenso para criar o Sistema Económico Latino-Americano,

Concordam em celebrar o seguinte Convénio Constitutivo.-

CAPITULO I

natureza e propósitos

artigo I

Os Estados signatários decidem constituir, mediante este instrumento, o Sistema Económico Latino-Americano, daqui por diante denominado SELA, cuja composição, faculdades e funções se estipulam neste Convénio Constitutivo.

artigo II

O SELA é um organismo regional de consulta, coordenação, cooperação e promoção económica e social conjunta, de carácter permanente, com personalidade jurídica internacional, integrado por Estados soberanos latino-americanos.

artigo III

São propósitos fundamentais do SELA:

- a) promover a cooperação intra-regional com o fim de acelerar o desenvolvimento económico e social de seus membros;

- b) promover um sistema permanente de consulta e coordenação para a adoção de posições e estratégias comuns sobre temas económicos e sociais, tanto nos organismos e foros internacionais, como frente a terceiros países e grupos de países.

artigo IV

As ações do SELA se basearão nos princípios de igualdade, soberania e independência dos Estados, de solidariedade e de não-intervenção nos assuntos internos, respeitando as diferenças de sistemas políticos, económicos e sociais. As ações do SELA deverão respeitar ainda as características próprias dos diferentes processos de integração regional e sub-regional, assim como seus mecanismos fundamentais e sua estrutura jurídica.

CAPITULO II

objetivos

artigo V

Os objetivos do SELA são:

1. promover a cooperação regional, com a finalidade de alcançar um desenvolvimento integral auto-sustentado e independente, particularmente mediante ações destinadas a:
 - a) propiciar melhor utilização dos recursos naturais, humanos, técnicos e financeiros da região através do fomento à criação de empresas multinacionais latino-americanas. Tais empresas poderão estar constituídas com capitais estatais, paraestatais, privados ou mistos cujo carácter nacional seja garantido pelos respectivos Estados-Membros e cujas atividades estejam sujeitas à sua jurisdição e supervisão,-
 - b) estimular níveis satisfatórios de produção e fornecimento de produtos agrícolas, energéticos e outros produtos básicos, prestando especial atenção ao abastecimento de alimentos e propiciar ações no sentido da coordenação de políticas nacionais de produção e fornecimento, com vistas a alcançar uma política latino-americana nessa matéria;
 - c) estimular, na região, a transformação de matérias-primas dos Estados-Membros, a complementação industrial, o intercâmbio comercial intra-regional e a exportação de produtos manufaturados;
 - d) planejar e reforçar mecanismos e formas de associação que permitam

- aos Estados-Membros obter preços remuneradores, assegurar mercados estáveis para a exportação de seus produtos básicos e manufaturados e aumentar seu poder de negociação, sem prejuízo do apoio necessário aos sistemas e mecanismos de coordenação e defesa dos preços das matérias-primas aos quais já pertençam países da área;
- e) melhorar a capacidade de negociação para a aquisição e utilização de bens de capital e de tecnologia;
 - f) propiciar a canalização de recursos financeiros para projetos e programas que estimulem o desenvolvimento dos países da região,-
 - g) fomentar a cooperação latino-americana para a criação, desenvolvimento, adaptação e intercâmbio de tecnologia e informação científica, assim como o melhor aproveitamento dos recursos humanos, de educação, ciência e cultura;
 - h) estudar e propor medidas para assegurar que as empresas transnacionais se sujeitem aos objetivos do desenvolvimento da região e aos interesses nacionais dos Estados-Membros e intercambiar informações sobre as atividades de tais empresas,-
 - i) promover o desenvolvimento e a coordenação dos transportes e das comunicações, especialmente no âmbito intra-regional;
 - j) promover a cooperação em matéria de turismo entre os países-membros;
 - k) estimular a cooperação para a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente;
 - l) apoiar os esforços de ajuda aos países que enfrentem situações econômicas de emergência, assim como as que sejam provocadas por desastres naturais;
 - m) quaisquer outras ações afins às anteriores que contribuam para atingir o desenvolvimento econômico, social e cultural da região.
2. apoiar os processos de integração da região e propiciar ações coordenadas entre eles, ou deles com os Estados-Membros do SELA, em especial aquelas ações que tendam à sua harmonização e convergência, respeitando os compromissos assumidos dentro desses processos;
 3. promover a formulação e execução de programas e projetos econômicos e sociais de interesse para os Estados-Membros;
 4. atuar como mecanismo de consulta e coordenação da América Latina para a formulação de posições e estratégias comuns sobre temas econômicos e sociais frente a terceiros países, grupos de países e em organismos e foros internacionais;
 5. propiciar, no contexto dos objetivos de cooperação intra-regional do SELA, os meios para assegurar um tratamento preferencial para os países de menor desenvolvimento relativo e medidas especiais para os países de mercado limitado e para aqueles cuja condição mediterrânea influi no seu desenvolvimento, levando em conta as condições econômicas de cada um dos Estados-Membros.

CAPÍTULO III

membros

artigo VI

São membros do SELA os Estados soberanos latino-americanos que assinem e ratifiquem o presente Convênio Constitutivo.

artigo VII

O presente Convênio ficará aberto à adesão dos demais Estados soberanos latino-americanos, que não o tenham assinado, os quais deverão depositar, para tal fim, junto ao Governo da Venezuela, o respectivo instrumento de adesão. O Convênio entrará em vigor, para o Estado que a ele aderir, trinta dias após o depósito do respectivo instrumento.

CAPÍTULO IV

estrutura orgânica

artigo VIII

São os órgãos do SELA:

- a) o Conselho Latino-Americano;
- b) os Comitês de Ação,- e
- c) a Secretaria Permanente.

artigo IX

O Conselho Latino-Americano é o órgão supremo do SELA e será integrado por um representante de cada Estado-Membro. Reunir-se-ó normalmente na sede da Secretaria Permanente.

artigo X

Cada Estado-Membro tem direito a um voto.

artigo XI

O Conselho Latino-Americano realizará uma reunião ordinária anual, em nível ministerial, e poderá realizar reuniões extraordinárias, em nível ministerial ou não, quando assim o decidir a reunião ordinária ou por solicitação de pelo menos um terço dos Estados-Membros. O Conselho poderá modificar, por consenso, a proporção estabelecida no presente Artigo.

artigo XII

As reuniões ordinárias do Conselho Latino-Americano, em nível ministerial, serão precedidas de uma reunião preparatória. A Convocatória de cada reunião extraordinária estabelecerá se a mesma será precedida por uma reunião preparatória.

artigo XIII

O Conselho poderá reunir-se com a presença de pelo menos a maioria dos Estados-Membros.

artigo XIV

O Conselho Latino-Americano elegerá, para cada reunião, um Presidente, dois Vice-Presidentes e um Relator.

artigo XV

São atribuições do Conselho Latino-Americano:

- 1) estabelecer as políticas gerais do SELA;
- 2) eleger e destituir o Secretário Permanente e o Secretário Permanente Adjunto,-
- 3) aprovar seu Regulamento e o dos demais órgãos permanentes do SELA;
- 4) considerar e aprovar o relatório anual da Secretaria Permanente,-
- 5) aprovar o orçamento e os relatórios financeiros do SELA, assim como fixar as quotas dos Estados-Membros;
- 6) considerar e aprovar o programa de trabalho do SELA;
- 7) considerar os relatórios dos Comitês de Ação;
- 8) decidir sobre a interpretação do presente Convênio Constitutivo;
- 9) aceitar as emendas ao presente Convênio Constitutivo propostas pelos Estados-Membros;
- 10) examinar, orientar e aprovar as atividades dos órgãos do SELA;
- 11) aprovar posições e estratégias comuns dos Estados-Membros sobre temas econômicos e sociais, tanto em organismos e foros internacionais, como ante terceiros países ou grupos de países;

- 12) considerar as propostas e os relatórios que lhe submeta a Secretaria Permanente sobre matérias de sua competência;
- 13) decidir sobre a realização de reuniões extraordinárias,-
- 14) decidir sobre o local em que se realizarão suas reuniões, caso não se realizem na sede da Secretaria Permanente,-
- 15) aprovar os acordos operativos concertados pelo Secretário Permanente em função do disposto no Artigo XXXI, inciso 8;
- 16) adotar as medidas necessárias para a execução do presente Convênio e examinar os resultados de sua aplicação;
- 17) decidir sobre os demais assuntos de seu interesse, relacionados com os objetivos do SELA.

artigo XVI

As atribuições previstas nos incisos 11 a 17 do Artigo anterior poderão ser exercidas por uma reunião de nível não ministerial quando os Estados-Membros assim o decidam.

artigo XVII

O Conselho Latino-Americano adotará suas decisões:

- a) por consenso, no que se refere às atribuições estabelecidas nos incisos 1, 8, 9 e 11 do Artigo XV deste Convênio; e
- b) por maioria de dois terços dos membros presentes ou por maioria absoluta dos Estados Membros, qualquer que seja a maior, no que se refere às atribuições estabelecidas nos demais incisos do mencionado Artigo XV.

Quando um Estado-Membro considerar que um assunto compreendido no inciso 17 do Artigo XV é de fundamental importância para seus interesses nacionais e assim o comunicar ao Conselho, a decisão sobre a matéria será adotada por consenso.

artigo XVIII

Os acordos e projetos concretos e específicos que se refiram à cooperação regional somente serão obrigatórios para os países que deles participem.

artigo XIX

O Conselho Latino-Americano não adotará decisões que afetem as políticas nacionais dos Estados-Membros.

artigo XX

Para a realização de estudos, programas e projetos específicos e para o preparo e adoção de posições negociadoras conjuntas de interesse para mais de dois Estados-Membros, constituir-se-ão Comitês de Ação, integrados por representantes dos Estados-Membros interessados.

artigo XXI

Os Comitês serão constituídos por decisão do Conselho ou por decisão dos Estados interessados, que deverão comunicá-la à Secretaria Permanente para que esta a transmita aos outros Estados-Membros. Os Comitês, cuja função temporária terminará uma vez executadas suas tarefas específicas, estarão abertos à participação de todos os Estados-Membros.

A Secretaria Permanente poderá propor ao Conselho a criação de Comitês de Ação.

artigo XXII

O financiamento dos Comitês de Ação ficará a cargo dos Estados-Membros que deles participem.

artigo XXIII

Cada Comitê de Ação estabelecerá sua própria secretaria, a qual, na medida do possível, será exercida por um funcionário da Secretaria Permanente, com o fim de apoiar seus trabalhos e contribuir para a coordenação dos Comitês de Ação.

Os Comitês de Ação deverão, em todos os casos, manter a Secretaria Permanente informada sobre os progressos e resultados de seus trabalhos.

artigo XXIV

O cumprimento dos objetivos que se referem à cooperação regional, através dos Comitês de Ação, somente será obrigatório para os Estados-Membros que deles participem.

artigo XXV

As atividades dos Comitês de Ação deverão ajustar-se aos objetivos gerais do SELA, não deverão ter efeitos discriminatórios, nem criar situações de conflitos em prejuízo de outros Estados-Membros.

artigo XXVI

Os Comitês de Ação submeterão à consideração do Conselho Latino-Americano um relatório anual de suas atividades.

Os Estados-Membros poderão solicitar, quando o desejarem, informação à Secretaria Permanente sobre o estado dos trabalhos dos Comitês de Ação.

artigo XXVII

A Secretaria Permanente é o órgão técnico-administrativo do SELA e terá sua sede na cidade de Caracas, República da Venezuela.

artigo XXVIII

A Secretaria Permanente será dirigida por um Secretário Permanente, ao qual estará subordinado o pessoal técnico e administrativo necessário para o desempenho das funções da Secretaria Permanente. O Secretário Permanente exercerá a representação legal da Secretaria Permanente. Nos casos específicos determinados pelo Conselho Latino-Americano, atuará como

representante legal do SELA. O Secretário Permanente será eleito por um período de quatro anos. Poderá ser reeleito por uma só vez, mas não por períodos consecutivos, e não poderá ser substituído por uma pessoa da mesma nacionalidade. Nas mesmas condições será eleito um Secretário Permanente Adjunto, que não poderá ser da mesma nacionalidade do Secretário Permanente.

artigo XXIX

O Secretário Permanente será cidadão e nacional de um dos Estados-Membros e participará com direito à palavra, mas sem voto, no Conselho Latino-Americano.

artigo XXX

O Secretário Permanente responderá perante o Conselho Latino-Americano pelo exercício adequado das atribuições da Secretaria Permanente. No desempenho de suas funções, o Secretário Permanente e o Pessoal da Secretaria não solicitarão e nem receberão instruções de Governo algum, nem de organismos nacionais ou internacionais.

artigo XXXI

A Secretaria Permanente terá as seguintes atribuições:

1. exercer as funções de que seja incumbida pelo Conselho Latino-Americano e, quando lhe couber, pôr em execução suas decisões;
2. Propiciar e realizar os estudos preliminares e tomar as providências necessárias para a identificação e promoção de projetos de interesse para dois ou mais Estados-Membros. Quando tais ações tiverem implicações orçamentárias, sua realização dependerá de disponibilidade de fundos para tais fins;
3. facilitar o desenvolvimento das atividades dos Comitês de Ação e contribuir para a coordenação entre eles, incluindo ajuda para realizar os estudos correspondentes;
4. propor ao Conselho programas e projetos de interesse comum, sugerindo as formas de levá-los à prática e outras medidas, inclusive reuniões de técnicos, que possam contribuir para a melhor realização dos objetivos do SELA;
5. elaborar e submeter à consideração dos Estados-Membros o projeto de agenda para as reuniões do Conselho e preparar e distribuir os documentos relacionados com a citada agenda;
6. elaborar os projetos de orçamento e de programas de trabalho para submetê-los à aprovação do Conselho;
7. submeter à consideração do Conselho, em sua Reunião Ordinária, os relatórios financeiros do SELA;

8. mediante aprovação do Conselho, promover e concertar acordos para a realização de estudos, programas e projetos com organizações e instituições internacionais, especialmente os de caráter regional, e organizações nacionais de Estados-Membros e de terceiros países;
9. formalizar a convocação das reuniões dos órgãos do SELA;
10. arrecadar as contribuições dos Estados-Membros, administrar o patrimônio e executar o orçamento do SELA;
11. elaborar o relatório anual de suas atividades para submetê-lo à consideração do Conselho em sua reunião ordinária e coordenar a apresentação dos relatórios anuais dos Comitês de Ação, sem prejuízo dos relatórios que estes apresentem diretamente ao Conselho;
12. selecionar e contratar o pessoal técnico e administrativo da Secretaria.

CAPÍTULO V

ratificação e vigência

artigo XXXII

Cada Estado signatário ratificará o Convênio Constitutivo conforme seus respectivos procedimentos legais.

Os instrumentos de ratificação serão depositados junto ao Governo da Venezuela, o qual comunicará a data de depósito aos Governos dos Estados que o tenham assinado e aos que por sua vez a ele tenham aderido.

artigo XXXIII

O presente Convênio entrará em vigor para os países que o ratifiquem quando a maioria absoluta dos Estados signatários tenha efetuado o depósito do instrumento de ratificação e, para os demais Estados signatários, a partir da data do depósito do respectivo instrumento de ratificação e na ordem em que forem depositados os referidos instrumentos.

artigo XXXIV

As emendas ao Convênio, que sejam propostas por qualquer Estado-Membro, estarão sujeitas a aprovação pelo Conselho Latino-Americano. As emendas entrarão em vigor para os Estados que as tenham ratificado quando dois terços dos Estados-Membros tenham feito o depósito do instrumento respectivo.

artigo XXXV

Este Convênio vigorará indefinidamente. Poderá ser denunciado por qualquer dos Estados-Membros, mediante comunicação escrita ao Governo da Venezuela, que a transmitirá sem demora aos demais Estados-Membros.

Transcorridos 90 dias a partir da data em que o Governo da Venezuela receber a notificação de denúncia, este Convênio cessará seus efeitos em relação ao Estado denunciante. O Estado-Membro cumprirá quaisquer obrigações, a que se haja comprometido antes de notificar sua denúncia, não obstante o fato de que as mesmas se estendam por um prazo posterior à data em que se haja efetuado a citada denúncia.

CAPÍTULO VI

disposições gerais

artigo XXXVI

Os Estados-Membros do SELA custearão as despesas oriundas de seu funcionamento. O Conselho, ao aprovar o orçamento anual, fixará as quotas dos membros, de acordo com a fórmula que seja convencionada para esse fim.

artigo XXXVII

O SELA, seus órgãos, os funcionários da Secretaria Permanente e os representantes governamentais gozarão, no território de cada um dos Estados-Membros, da capacidade jurídica, privilégios e imunidades que sejam indispensáveis para o exercício de suas funções, para o que se celebrarão os acordos correspondentes com o Governo da Venezuela e os demais Estados-Membros.

artigo XXXVIII

São idiomas oficiais do SELA o espanhol, o francês, o inglês e o português.

artigo XXXIX

O presente Convênio ficará aberto à assinatura pelo período de trinta dias, a partir de 17 de outubro de 1975.

artigo XI

Este Convênio será registrado na Secretaria Geral das Nações Unidas por meio do Governo da Venezuela.

RESOLUÇÃO

Os Ministros dos países da América Latina reunidos na Cidade do Panamá, de 15 a 17 de outubro de 1975,

Considerando:

que o Convênio Constitutivo do SELA foi adotado na Reunião Ministerial dos países latino-americanos, no Panamá, em 16 de outubro de 1975;

que enquanto o Convênio Constitutivo do SELA está em processo de ratificação é desejável que funcionem sem demora os mecanismos operacionais previstos no Sistema para adiantar as ações de cooperação e consulta de conformidade com o espírito e as diretrizes do Convênio,

Resolvem:

1. constituir-se de imediato em um Conselho Latino-Americano com o objetivo de adotar as medidas para atingir os propósitos enunciados nesta Reunião de Ministros, no espírito do Convênio Constitutivo do SELA;
2. convocar e realizar as reuniões consideradas necessárias para esses fins;
3. estabelecer uma Secretaria encarregada de executar as decisões do Conselho Latino-Americano nos aspectos técnico-administrativos, enquanto não entrar em vigor o Convênio Constitutivo do SELA e de sugerir fórmulas para atingir os objetivos manifestados e adotadas pelo referido Convênio na Reunião do Panamá;
4. aceitar e agradecer o oferecimento do Governo da Venezuela de contribuir de forma especial para o financiamento da Secretaria, bem como as contribuições voluntárias que outros Estados latino-americanos possam fazer com o mesmo objetivo;
5. encargar o Conselho Latino-Americano de, na primeira reunião, eleger o Secretário, o qual contará com a cooperação técnica que lhe prestarem os países latino-americanos;
6. realçar a conveniência de ser o Convênio Constitutivo do SELA ratificado no mais breve prazo possível, de conformidade com os processos constitucionais respectivos.

comércio brasileiro-polonês será ampliado

Protocolo de Cooperação Económica e Comercial entre Brasil e Polónia, assinado pelo Ministro da Indústria e do Comércio, Severo Fagundes Gomes, e pelo Ministro de Comércio Exterior e Navegação da Polónia, Jerzy Olszewski, em 24 de fevereiro de 1976, no Ministério da Indústria e do Comércio, em Brasília.

The Government of the Federative Republic of Brazil, represented by H. E. Dr. Severo Fagundes Gomes,

Minister of Industry and Commerce, and the Government of the Polish People's Republic, represented by H. E. Prof. Dr. Jerzy Olszewski, Minister of Foreign Trade and Shipping, inspired by the desire to further increase and develop the trade and economic cooperation between the two countries on a basis of equality and mutual benefits, and in accordance with the Trade and Payments Agreement of March 19th, 1960, with later modifications in force, have agreed upon the conclusion of the present Protocol on the Expansion of Trade and Economic Cooperation for the years 1976-1980.

article I

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Polish People's Republic recognize that:

- the economies of the two countries are complementary to a considerable extent;
- the mutual trade exchange carried out until now has been restricted to a limited number of products;
- long-term contracts and agreements on commercial and economic cooperation agreements constitute adequate instruments to assure the supply of goods and services required for the development of the economies of both countries.

article II

Both Governments express their satisfaction on the conclusion and entry into force of the long-term contracts for the supply of Brazilian iron ore and Polish coking coal assuring regular deliveries of the commodities to the industries of both countries.

article III

Both Governments express their interest in the development of mutual technical, industrial, and commercial cooperation — including on a joint-venture basis — between Brazilian and Polish enterprises and organizations, and note with satisfaction the efforts that in this context are being made in the fields of textiles, mining engineering, agricultural tractors, and machinery industries.

article IV

Both Governments consider the main objective of the present Protocol to further promote on a balanced basis the intensification and diversification of mutual trade and economic cooperation between the two countries.

article V

Both Governments, in order to achieve the objective established in Article IV above, agree to make efforts to reach during the period of 1976-1980 the value of

US\$ 1,600,000,000.00 (one billion six hundred million US dollars) in the Brazilian exports to Poland, and US\$ 1,600,000,000.00 (one billion six hundred million US dollars) in the Polish exports to Brazil, stimulating trade enterprises and organizations of the two countries to conclude long-term contracts.

article VI

Both Governments agree to encourage conclusion of the contracts mentioned in Article V above, as well as conclusion of any other trade contracts and economic agreements between the enterprises and organizations of the two countries, with a view to reach in the short term and to strive to maintain balance between exchanges and corresponding payments during the validity of this Protocol.

article VII

The products, which will be the subject of contracts and transactions mentioned in this Protocol, are specified in the enclosed indicative list, which does not restrict the trade to the items contained therein.

article VIII

Both Governments agree that the trade enterprises and organizations of the two countries, interested in the further development of the bilateral trade and economic cooperation, should meet within 60 days from the date of signing of this Protocol and start negotiations leading to the conclusion of the contracts provided for in this Protocol.

article IX

The Joint Commission, established by Article XV of the Trade and Payments Agreement of March 19th, 1960, will examine periodically the results of the actions taken in accordance with this Protocol, and suggest any alterations that may be found necessary.

article X

Both Governments shall recommend to the enterprises and organizations of both countries the settlement of disputes which could arise in connection with commercial contracts by arbitration courts agreed upon between partners in such contracts. Decisions of arbitration shall be enforced according to the laws of each country.

article XI

Transactions concluded within the frame of this Protocol will be carried out and fulfilled according to the conditions contained in individual contracts signed between the enterprises and organizations of Brazil and Poland, which will abide by the laws and regulations in force in both countries.

Respecting their laws and regulations, both Governments will extend to the Brazilian and Polish enterprises and organizations all facilities and help necessary to the fulfillment of the contracts in question.

cooperação comercial, industrial e técnica entre brasil e mauritânia

Protocolo Comercial entre o Brasil e a República Islâmica da Mauritânia, assinado no Ministério da Indústria e do Comércio, em Brasília, em 10 de março de 1976, pelo titular dessa Pasta, Ministro Severo Fagundes Gomes, e pelo Ministro mauritano dos Transportes e da Indústria e Comércio, Hasni Ould Didi.

The Government of the Federative Republic of Brazil, represented by H. E. Dr. Severo Fagundes Gomes, Minister of Industry and Commerce, and the Government of the Islamic Republic of Mauritânia, represented by H. E. Dr. Hasni Ould Didi, Minister of Commerce and Transport, inspired by the desire to further increase and develop the trade and economic cooperation between the two countries on a basis of equality and mutual benefits, have agreed upon the conclusion of the present Protocol on the expansion of trade and economic cooperation.

article I

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Islamic Republic of Mauritânia recognize that:

- a) The mutual trade exchange carried out until now could be expanded in relation to the possibilities of the two countries;
- b) Long-term contracts and agreements on commercial and economic cooperation constitute adequate instruments to assure the supply of goods and services required for the development of the economies of both countries.

article II

Both Governments express their satisfaction on the presence of Brazilian engineering in the building of the road Nouakchott-Kiffa.

article III

Both Governments consider the main objective of the present Protocol to promote the intensification and diversification of mutual and economic cooperation between the two countries.

article IV

Both Governments express their interest in the development of mutual technical, industrial and commercial cooperation between enterprises and organizations of Brazil and Mauritânia, and note with satisfaction that some efforts have been made in this context.

article V

The Brazilian Government expresses its interest in participation in the mineral and oil exploration in Mauri-

tania and the Mauritanian Government welcomes such interest.

article VI

The Mauritanian Government agrees to encourage the importation of Brazilian commodities, specially sugar and wood, as well as manufactured products in general.

article VII

The Brazilian Government declares the ability of national enterprises to provide Mauritania with technical assistance and know-how in the fields of the fishing industry and sugar refining industry, and the Mauritanian Government agrees to avail itself of this.

article VIII

The Mauritanian Government envisages the building of the Nouakchott International Airport and of the road Kiffa-Nema and intends to have access to Brazilian technology for these works and the Brazilian Government offers the possibilities for financing the implementation of these and other projects in the field of civil construction, such as public service infrastructure, hospitals, schools, houses, etc.

article IX

The Brazilian Government expresses its interest in the importation of phosphates and copper concentrates and the Mauritanian Government affirms its readiness to fulfill to the best extent the Brazilian demand of these products.

article X

Both Governments intend to grant the most favoured nation treatment to reciprocal supplies of goods and services.

article XI

Both Governments shall recommend the enterprises and organization of both countries the settlement of disputes which could arise in connection with commercial contracts by arbitration courts agreed upon between partners in their contracts.

cooperação brasil-senegal em economia, técnica e cultura

Projeto de Programa de Ação para 1976 entre Brasil e Senegal, assinado em 24 de março de 1976, no Palácio Itamaraty de Brasília, pelo Ministro senegalês do Desenvolvimento Industrial, Louis Alexandrenne, e pelo Chanceler brasileiro, Azeredo da Silveira, ao final das reuniões da Comissão Mista Brasil-Senegal.

A Comissão Mista de Cooperação Brasil-Senegal se reuniu em Brasília, nos dias 22, 23 e 24 de março de 1976.

Com o objetivo de dar novo impulso às relações de amistosa cooperação, que unem o Brasil e o Senegal, as duas Delegações engajaram-se em não medir esforços para a execução do seguinte programa de ação para o ano de 1976:

I — programa económico e técnico

1) No decorrer do presente ano, o Brasil facilitará a negociação e a utilização da totalidade da linha de crédito de dez milhões de dólares americanos, oferecidos ao Senegal, para o financiamento de projetos que implicarão a importação de bens de capital e de serviços brasileiros.

2) O Senegal envidará os esforços necessários com vistas a assegurar um início de execução daqueles projetos, pelo que apresentará ao Brasil os casos concretos ou os contratos relativos ao financiamento brasileiro.

3) O Brasil oferecerá o mencionado crédito nas condições mais favoráveis possíveis no que se refere a taxas de juros e amortização do crédito.

4) O Brasil, manifestando sua vontade de cooperação com o Senegal na análise de cada caso, dispensará uma atenção especial à possibilidade de financiamento, dentro da linha de crédito e de cooperação técnica necessárias à realização dos seguintes projetos senegaleses:

- Instituto Nacional de Agronomia;
- estabelecimento de uma fazenda-piloto para engorda de gado,-
- instalação de uma usina-piloto do Instituto de Tecnologia Alimentar;
- implantação do Distrito Industrial de Kaolack;
- programa "cajueiro";
- plano nacional de transportes;
- equipamentos da SOMAFOR.

5) O Brasil e o Senegal envidarão todos os esforços no sentido de acelerar as formalidades necessárias para a entrada em vigor, antes do fim do ano em curso, de um protocolo de aplicação do Acordo Comercial firmado em 1964.

6) O Brasil e o Senegal estudarão, no corrente ano, as modalidades de conclusão de um Acordo sobre Transportes Aéreos.

II — programa cultural

1) Regresso ao Senegal do Professor Rossini Peres, por período de 2 anos, para ministrar cursos de gravura em metal.

2) Substituição do Professor Silva, de violão, para ministrar aulas desse instrumento, também por período de 2 anos. Esses dois professores, que trabalharão no Senegal sob contrato daquele país, receberão alojamento mobiliado, facilidades de transporte e uma contrapartida senegalesa ao salário.

3) Ida ao Senegal, ainda em 1976, de um professor de litografia, de um professor de acordeão, de dois professores de piano, de um professor de dança clássica, de um professor de coreografia e de dois professores de arquitetura.

Os contratos dos mencionados professores seriam por período de dois anos e lhes seriam proporcionadas as mesmas facilidades oferecidas aos Professores Rossini Peres e ao de violão.

4) Instalação de um complexo de imagens, que compreenderá um atelier de serigrafia, um atelier de litografia e um atelier de gravura oferecido pelo Brasil ao Senegal por ocasião da visita de Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Antônio F. Azeredo da Silveira.

5) Doação ao Conservatório de Música e Dança de instrumentos musicais, como violão, acordeão e outros, assim como de instrumentos que fazem parte do folclore musical brasileiro.

6) Equipamento do atelier de arquitetura (materiais tais como reproduções, maquetes, fotografias, etc).

7) Envio ao Brasil de três técnicos senegaleses no setor de futebol.

8) Participação de intelectuais brasileiros num Colóquio da Cultura e Desenvolvimento, a ser realizado no Senegal, por ocasião do 70.º aniversário do Presidente Senghor, em outubro de 1976.

9) Ida ao Senegal de uma missão do Governo brasileiro para avaliar o trabalho realizado naquele país, quanto à implementação dos programas e métodos utilizados pelo Mobral.

10) Envio de um grupo composto de membros de escolas de samba brasileiras, entre cantores, passistas, coreógrafos, músicos, fantasias de carnaval, para participarem do carnaval de Dacar, por ocasião da estação turística e cultural do Senegal.

11) Concessão, pelo Brasil, de bolsas, assim distribuídas:

- a) 8 bolsas de estudo e 2 estágios em agronomia, pesca e engenharia florestal;
- b) 3 bolsas para urbanismo,-
- c) 2 bolsas para estudo de navegação marítima,-
- d) 2 bolsas de mestrado para preparação de tese de pós-graduação para professor de português,-
- e) 2 bolsas de mestrado para intérprete e tradutor,-

- f) 1 bolsa para estudar a exploração das águas subterrâneas (Projeto Bebedouro da Universidade de São Paulo).

12) Envio de três professores bilingües de francês-português, de um engenheiro florestal para a Escola de Agentes Técnicos de Ziguinchor.

13) Cooperação brasileira em meios audiovisuais (material de comunicação de massa e publicações) e equipamento do Centro Nacional de Formação Hoteleira.

14) As duas delegações afirmaram seu desejo de assinar, em 1976, um Acordo de Cooperação Turística e um novo Protocolo de Aplicação do Acordo Cultural.

promulgação e aprovação de acordos

atos diplomáticos promulgados

Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda, concluída com a Espanha, em Brasília, a 14 de novembro de 1974 (Decreto n.º 76.975/2-1-76).

Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital, firmado com a República Federal da Alemanha, em Bonn, a 27 de junho de 1975 (Decreto n.º 76.988/6-1-76).

Convênio de Cooperação Turística, firmado com o México, em Brasília, a 24 de julho de 1975 (Decreto n.º 76.987/6-1-76).

Matéria dispondo sobre a execução dos resultados da décima quinta série de negociações anuais para a formação da Zona de Livre Comércio, instituída pelo Tratado de Montevideu, no tocante à Lista de Vantagens Não-Extensivas que o Brasil outorga ao Uruguai (Decreto n.º 76.996/8-1-76).

Matéria dispondo sobre a execução dos resultados da décima quinta série de negociações anuais para a formação da Zona de Livre Comércio, instituída pelo Tratado de Montevideu, no tocante à Lista Especial que o Brasil outorga ao Equador (Decreto n.º 77.004/9-1-76).

Matéria sobre a execução do Sexto Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação n.º 15, sobre produtos da indústria químico-farmacêutica, concluído entre o Brasil, a Argentina e o México (Decreto n.º 77.001/9-1-76).

Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Imposto sobre a Renda, firmada com a Suécia, em Brasília, a 25 de abril de 1975 (Decreto n.º 77.053/19-1-76).

Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (CLAC), concluído na cidade do México, a 14 de dezembro de 1973 (Decreto n.º 77.076/23-1-76).

Acordo de Cooperação Técnica, concluído com o Canadá, em Brasília, a 2 de abril de 1975 (Decreto n.º 77.088/27-1-76).

Matéria sobre a execução do Décimo Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação n.º 16, sobre produtos das indústrias químicas derivados do petróleo, concluído entre o Brasil, Argentina, Chile, México e Venezuela (Decreto n.º 77.178/16-2-76).

Matéria sobre a execução do Quinto Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação n.º 18, sobre produtos da indústria fotográfica, concluído entre Brasil, Argentina, México e Uruguai (Decreto n.º 77.213/23-2-76).

Acordo de Cooperação, entre o Brasil e o Chile, concluído em Brasília, a 25 de março de 1975 (Decreto n.º 77.283/11-3-76).

atos diplomáticos submetidos ao congresso nacional

Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos, concluído entre o Brasil e o Peru, em Lima, o 7 de novembro de 1975.

Emendas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO), aprovadas pela Resolução A.315 (Es.V), de 17 de outubro de 1974, da Quinta Sessão Extraordinária da Assembleia Geral da IMCO.

Acordo de Comércio e Pagamentos, concluído com a República Democrática Alemã, em Brasília, a 5 de novembro de 1975.

Convênio Constitutivo do Sistema Económico Latino-Americano (SELA), firmado na cidade do Panamá, a 17 de outubro de 1975.

Acordo de Cooperação Científica e Técnica, firmado com o Peru, em Brasília, a 8 de outubro de 1975.

Tratado de Amizade e Cooperação, concluído com o Paraguai, em Assunção, em 4 de dezembro de 1975.

Convênio de Cooperação Turística, concluído com o Peru, em Lima, a 7 de novembro de 1975.

Acordo de Cooperação Científica e Técnica, concluído com o Gabão, em Brasília, a 14 de outubro de 1975.

Acordo de Cooperação Cultural, firmado com o Gabão, em Brasília, a 14 de outubro de 1975.

Protocolo Adicional ao Tratado de Limites de 21 de maio de 1927, entre Brasil e Paraguai, firmado em Assunção, a 4 de dezembro de 1975.

Acordo sobre Transportes Aéreos, firmado com a Jordânia, em Brasília, a 5 de novembro de 1975.

Acordo de Comércio, firmado com o Governo de Bangladesh, em Brasília, a 13 de fevereiro de 1976.

Acordo Marítimo, firmado com a França, em Paris, a 24 de outubro de 1975.

comunicados e notas comunicadas

visita de shigeaki ueki ao japão

O Itamaraty distribuiu, em 26 de janeiro de 1976, o seguinte Comunicado à imprensa, sobre a visita do Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, ao Japão:

"1. O Ministro das Minas e Energia do Brasil, Doutor Shigeaki Ueki, visitará o Japão como hóspede do Governo japonês, entre os dias 27 de janeiro e 7 de fevereiro.

2. A viagem do Ministro Ueki prende-se às conversações relativas à participação nipônica nos grandes projetos nacionais brasileiros, tais como produção de alumínio, exploração de minério de ferro e siderurgia. Para esse fim, manterá entendimentos com autoridades governamentais e do setor empresarial.

3. O programa da visita do Ministro será o seguinte: chegada no dia 27 de janeiro; dia 28: visita de cortesia aos Ministros dos Negócios Estrangeiros, das Finanças, e da Indústria e Comércio Internacional; dia 29: visita ao Vice-Premier, encontro e conversações com Eximbank, OECF (Overseas Economic Cooperation Fund), Jica (Japan International Cooperation Agency) e Keidaren, reunião com as empresas relacionadas com a indústria do alumínio, eletricidade, etc.; dia 31 e 1: livres;- dia 2: reuniões com as companhias siderúrgicas e de polpa e celulose;- dia 3: reunião com empresas que têm interesses no Brasil; dia 4: visita a uma fábrica de componentes nucleares; dia 5: visita a um complexo nuclear em Tokaimura; dia 6: entrevista coletiva à imprensa; dia 7: partida."

brasil e França debatem transporte marítimo

Comunicado do Itamaraty à imprensa, de 2 de fevereiro de 1976, sobre a reunião da Comissão Mista Franco-Brasileira de Transporte Marítimo:

"Inaugurou-se, às 10 horas da manhã de hoje, no Itamaraty, a reunião da Comissão Mista Franco-Brasileira sobre Transporte Marítimo, criada nos termos do parágrafo 3.º do Artigo XIV do Acordo Marítimo, firmado em outubro último, em Paris, entre o Brasil e a França.

A sessão inaugural desenvolveu-se em ambiente de extrema cordialidade e alcançou resultados bastante proveitosos. Foram examinados três dos cinco itens do projeto de ternário, a saber:

- 1) Criação de um sistema estatístico comum que permita o estabelecimento de um balanço anual do intercâmbio de serviços de transporte marítimo entre os dois países,-
- 2) Troca de ideias sobre as possibilidades de adoção de posições comuns nas atividades das organizações marítimas internacionais,-
- 3) Possibilidade de cooperação na luta contra a poluição pelos hidrocarbonetos no mar e nos portos,-

Chefiou a seção brasileira da Comissão o Comandante Manoel Abud, Superintendente da SUNAMAM, e à frente da seção francesa esteve o Senhor Jean Chapon, Secretário-Geral da Marinha Mercante da França.

As sessões seguintes realizar-se-ão nos dias 3 e 4 de fevereiro, no Rio de Janeiro, entre armadores e representantes da indústria de construção naval dos dois países. Espera-se que dos trabalhos da Comissão resulte uma cooperação mais estreita entre os dois países nos campos do transporte marítimo, da tecnologia do "combate à poluição do mar e dos portos por hidrocarbonetos e da participação nos organismos internacionais que tratam de assuntos relacionados com transporte marítimo."

geisel confirma visita à França e ao Reino Unido

Notas à imprensa do Itamaraty confirmando a viagem oficial do Presidente Ernesto Geisel à França e à Inglaterra, distribuídas em 9 de fevereiro e 3 de março de 1976, respectivamente:

"Atendendo, com prazer, ao convite que lhe dirigiu Sua Excelência o Senhor Valéry Giscard d'Estaing, Presidente da República Francesa, Sua Excelência o Presidente Ernesto Geisel realizará Visita de Estado à França nos dias 26, 27 e 28 de abril próximo."

"Atendendo, com prazer, ao convite que lhes dirigiram Sua Majestade a Rainha Elizabeth e Sua Alteza Real o Duque de Edimburgo, Suas Excelências o Presidente da República e Senhora Ernesto Geisel realizarão Visita de Estado ao Reino Unido, de 4 a 7 de maio próximo."

atividades políticas de imigrantes portugueses

O Itamaraty e o Ministério da Justiça divulgaram, em 12 de fevereiro de 1976, o seguinte Comunicado Conjunto, sobre atividades políticas de imigrantes portugueses:

"A propósito das próximas eleições legislativas e presidenciais em Portugal, o Governo brasileiro reitera os

termos do Comunicado de 19 de fevereiro de 1975, no sentido de que não serão permitidas infrações ao Decreto-lei n.º 941, de 13 de outubro de 1969, que, no seu Artigo 119, proíbe aos estrangeiros admitidos no território nacional o exercício de qualquer atividade de natureza política, mesmo quando realizada apenas entre compatriotas e relacionada a acontecimentos políticos do país de origem.

O Governo brasileiro tem a tradição de respeitar escrupulosamente o princípio de não-ingerência nos assuntos internos de outros países e espera estrita reciprocidade na observância desse princípio."

contribuição brasileira para a hidrelétrica de palmar

Comunicado Conjunto dos Ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda, divulgado à imprensa em 25 de fevereiro de 1976, sobre a assinatura de convênio de crédito entre o Banco do Brasil e o Banco Central do Uruguai para o fornecimento de equipamentos e serviços brasileiros destinados à construção da Central Hidrelétrica de Palmar:

"Realizou-se hoje, às 17 horas, no Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda, com a presença, entre outras autoridades brasileiras, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, a cerimônia de assinatura, pelos Presidentes do Banco do Brasil S/A e do Banco Central do Uruguai, de um Convênio de Crédito no valor de US\$ 131 milhões, destinado a financiar a aquisição de equipamentos e serviços brasileiros a serem utilizados na construção da central hidrelétrica de Palmar, a localizar-se às margens do rio Negro, no Oeste da República do Uruguai.

2. A referida central hidrelétrica, cujas obras deverão começar nos próximos meses, e à qual as autoridades uruguaias conferem a maior prioridade, deverá estar concluída por volta de 1980, devendo produzir energia de 300 mil kw. É considerada pelo Governo uruguaio como uma das mais importantes obras de infra-estrutura da História da vizinha República, cujo término possibilitará o rápido desenvolvimento da economia uruguaia, ao mesmo tempo em que desonerará o balanço de pagamentos de importações de combustíveis, uma vez que o país dispõe, sobretudo, de usinas termelétricas e não é ainda produtor de petróleo.

3. A celebração do Convênio de Crédito para Palmar coroa a atuação do Grupo de Trabalho **ad hoc** eriado

pelo Acordo por troca de Notas firmado a 12 de junho de 1975, em Rivera, quando o Senhor Presidente da República, atendendo a honroso convite do Presidente Juan Maria Bordaberry, se encontrou naquela cidade fronteira com o primeiro mandatário uruguaio. Na oportunidade, foram formalizados pelos Chanceleres dos dois países atos internacionais de grande significação e repercussão para as tradicionais relações de cooperação brasileiro-uruguaias, em que avulta pela sua importância e magnitude o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio. Tal documento prevê, em seu Artigo VII, a colaboração bilateral na construção da central hidrelétrica de Palmar, sem dúvida alguma, um dos principais temas de sua parte dispositiva.

4. A assinatura do Convênio de Crédito em apreço demonstra inequivocamente a firme disposição de ambos os Governos de tornar efetiva e dinâmica a secular cooperação entre as duas nações, reforçada no curso da História, cujas possibilidades de entendimento em todos os campos de interesse comum se embasam na fraterna e leal amizade que as une."

salvaguardas nucleares brasil-rfa-aiea são aprovadas por unanimidade

Comunicado do Itamaraty e do Ministério das Minas e Energia, de 26 de fevereiro de 1976, sobre o Acordo Tripartite de Salvaguardas entre Brasil, República Federal da Alemanha e Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), entidade sediada em Viena e que reúne representantes de 34 países:

"O Ministro das Relações Exteriores e o Ministro das Minas e Energia comunicam que, anteontem, dia 24 de fevereiro, a Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) aprovou, por unanimidade, o Acordo Tripartite de Salvaguardas entre o Brasil, a República Federal da Alemanha e a própria Agência.

Este Acordo era previsto no Artigo III do Acordo de Cooperação Nuclear para Fins Pacíficos entre o Brasil e a República Federal da Alemanha e se destina a regulamentar a aplicação das salvaguardas da AIEA. Com esta aprovação, completam-se os requisitos internacionais para a plena implementação do programa de cooperação nuclear entre o Brasil e a República Federal da Alemanha.

O Acordo Tripartite foi assinado também em Viena, hoje, dia 26 de fevereiro, pelos representantes autorizados das três partes envolvidas."

ministro polonês vem diversificar comércio brasil-varsóvia

Comunicado Conjunto Brasil-Polônia divulgado em Brasília, em 29 de fevereiro de 1976, sobre a visita ao Brasil do Ministro polonês do Comércio Exterior e Navegação Marítima, Jerzy Olszewski:

"A convite do Ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, o Professor Jerzy Olszewski, Ministro do Comércio Exterior e Navegação Marítima da Polônia, visitou o Brasil no período de 21 a 29 de fevereiro de 1976. Sua estada em nosso País visou a estudar com as autoridades brasileiras o estabelecimento de mecanismos destinados a promover a intensificação e a diversificação do comércio e da cooperação econômica entre os dois países.

Para tal, fez-se preceder de Missão técnica integrada por funcionários de sua Pasta, bem como por dirigentes de empresas de comércio daquele país. Nos dias 18 e 19 de fevereiro, a referida missão debateu com funcionários brasileiros um texto de Protocolo sobre intercâmbio comercial e de cooperação econômica, que foi assinado pelos Ministros Severo Gomes e Jerzy Olszewski, no dia 24 às 17 horas, no Ministério da Indústria e do Comércio.

O documento em apreço, cuja validade se estende de 1976 a 1980, estabelece as premissas de um intercâmbio bilateral baseado na intensificação e ampliação das trocas comerciais. Por este Protocolo, ambos os Governos, confirmando o alto grau de complementaridade de suas economias, e reconhecendo estar a atual balança restrita a um número limitado de produtos, propõem-se a envidar esforços no sentido de, durante o período de vigência do Protocolo, elevar os níveis do comércio até a importância de um bilhão e 600 milhões de dólares norte-americanos, em cada sentido.

As Partes se felicitaram pela entrada em vigor do Protocolo de Expansão Comercial e Cooperação Econômica, pois, a despeito dos progressos alcançados, o intercâmbio comercial não vinha correspondendo ao potencial de suas economias nem à sua respectiva complementaridade. As Partes brasileira e polonesa esperam que, através deste instrumento, seja possível melhorar esses resultados no que se refere tanto ao volume de trocas quanto ao seu aspecto qualitativo. Para tal finalidade, contam apoiar-se sobre a capacidade de ambos os países e em sua vontade comum de envidar o melhor de seus esforços neste sentido.

Ambas as Partes concordam em que o intercâmbio comercial e a cooperação econômica sejam intensificados e diversificados preferencialmente através de contratos e acordos a longo prazo a serem negociados pelas respectivas empresas no mais breve prazo.

Em consonância com essa orientação, algumas negociações tiveram seqüência, logrando-se, inclusive, a con-

cretização de compromisso de exportação de magnesita brasileira para a Polónia. Trata-se de fornecimento por um prazo de dez anos em condições financeiras especiais. Prevê-se a abertura de linha de crédito, do lado polonês, no valor de 15 milhões de dólares norte-americanos. A assinatura do contrato entre a Magnesita S/A, do lado brasileiro, e a empresa estatal polonesa Minex ocorreu logo em seguida à assinatura do Protocolo, na presença dos Ministros Severo Gomes e Jerzy Olszewski.

No mesmo sentido, encontram-se em processamento gestões entre representantes de entidades polonesas e a Interbrás, **frading** do grupo Petrobrás, visando basicamente a operações comerciais envolvendo produtos agrícolas brasileiros.

Durante sua estada no Brasil, o Ministro Jerzy Olszewski foi recebido em audiência pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Além de uma reunião

inicial com o Ministro Severo Gomes, da Indústria e do Comércio, manteve, igualmente, entrevistas com os Ministros António F. Azeredo da Silveira, das Relações Exteriores; Mário Henrique Simonsen, da Fazenda; Dyrceu Araújo Nogueira, dos Transportes; Alysson Paulinelli, da Agricultura; João Paulo dos Reis Velloso, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República; e Shigeaki Ueki, das Minas e Energia.

Por ocasião destes encontros foram examinados os diversos aspectos relativos ao desenvolvimento das relações económicas entre ambas as Partes, tendo as conversações transcorrido em clima de franca cordialidade e entendimento mútuo.

De Brasília, a comitiva polonesa seguiu viagem para Curitiba, onde, após ser recebida em audiência pelo Governador Jayme Canet, examinará, em visita a organizações agropecuárias do Estado do Paraná, as potencialidades de outros negócios."

condecoração de diplomata argentino

Dos discursos do Chanceler Azeredo da Silveira e do Ministro argentino Ruben Vela, em 20 de janeiro de 1976, no Palácio Itamaraty de Brasília, na solenidade de entrega da Ordem do Cruzeiro do Sul ao representante argentino, que deixava as funções de Encarregado de Negócios a.i. no Brasil.

azeredo da silveira

"Queria manifestar pessoalmente o quanto Vossa Excelência contribuiu para o bom entendimento entre o Brasil e a Argentina. Sua permanência no Brasil teve praticamente a mesma duração da minha na Argentina. Embora Vossa Excelência tenha desempenhado aqui as funções de Ministro Conselheiro, na verdade foi durante um longo tempo o representante do seu país no Brasil. Gostaria de poder dizer de todos os Embaixadores o que posso dizer de Vossa Excelência, isto é, que soube sempre defender as posições do seu país e soube sempre defendê-las de forma convincente, que é a melhor maneira com que um diplomata pode manifestar as posturas que atendem ao interesse nacional de seu país. E isso Vossa Excelência o fez com eficácia, com persistência, com tenacidade.

Mas, ao lado disso. Vossa Excelência teve sempre presente, e este também é o meu pensamento na direção da Pasta das Relações Exteriores do Brasil, que nossos países só têm a ganhar numa aproximação cada vez mais fraternal, numa aproximação cada vez mais operativa. Costumo dizer que o Brasil e a Argentina têm responsabilidades especiais na América do Sul. Nossas relações atingirão sua configuração quase perfeita no momento, inclusive, em que nos disponhamos a dar as mãos aos demais países do Continente. Este é o meu sonho, é o que desejo realizar à frente do Itamaraty e sempre encontrei em Vossa Excelência compreensão para esse propósito. Não só a compreensão, como mesmo o enriquecimento na maneira de poder atingir esse objetivo."

ruben vela

"Não posso dominar a intensa emoção que me embarga pelas palavras tão generosas com que se referiu o Senhor Ministro à minha atuação durante cinco anos que passei no Brasil. Considero, Senhor Ministro, que hoje se reúnem três fatos auspiciosos para minv. a generosidade do Senhor Presidente da República em conceder-me esta condecoração, a maior do Brasil; a generosidade do Senhor Ministro em me entregar pessoalmente, e a grande sorte de que isto se realize no Itamaraty e com meus amigos do Itamaraty.

Há uma coisa. Senhor Ministro, que gostaria de destacar, É que Vossa Excelência desenvolveu um trabalho importantíssimo em Buenos Aires para divulgação do Brasil e para o conhecimento integral dos problemas que afetam a Argentina e o Brasil. Vossa Excelência tem demonstrado não somente ser um grande amigo da Argentina como também tem-se revelado um grande homem americano a lutar arduamente, com forças de verdadeiro estadista, a favor de uma integração latino-americana como todos a desejamos.

O fato de estar aqui no Itamaraty significa para mim algo muito especial. Vossa Excelência vai permitir que eu me refira ao que sinto pelo Itamaraty, ao que sinto pelo palácio velho a que recorri tantas vezes e ao que sinto pelo palácio novo onde encontro o mesmo clima de trabalho e de compreensão. Despertou-me bastante atenção. Senhor Ministro, em um discurso pronunciado certa vez por Vossa Excelência, a referência a uma das missões, a um dos deveres mais importantes de um Chanceler, qual seja a de dar felicidade aos membros da carreira diplomática.

Eu creio que aí nós encontramos o verdadeiro significado do Itamaraty. O verdadeiro significado da integração de espírito e corpo, uma integração de espírito e corpo que não apenas enriquece o Brasil como nação, mas enriquece igualmente toda a América, por ver o sentido estritamente profissional com que trabalham todos nesta Casa, desde os alunos do Instituto Rio-Branco ao Senhor Ministro. Podemos dizer aqui, dentro desta tônica, que cada parte significativa do Itamaraty constitui um todo."

rfa coopera com cinco projetos brasileiros

Dos discursos do Chanceler Azeredo da Silveira e do Embaixador da República Federal da Alemanha, Horst Röhding, na assinatura de cinco Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-RFA, de 1963, concluídos por troca de Notas, em 21 de janeiro de 1976, no Palácio Itamaraty de Brasília.

chanceler brasileiro

"A troca de Notas que fazemos hoje sobre cinco Ajustes ao Acordo Básico de Cooperação Técnica representa mais do que um ato de rotina diplomática. Ao contribuir para o desenvolvimento das atividades agropecuárias e de reflorestamento, de urbanismo e planejamento metropolitano, e pesquisa científica, estes Ajustes, na realidade, preenchem e aperfeiçoam a estrutura da cooperação teuto-brasileira em matéria de ciência e tecnologia.

É bem verdade que, neste campo de tão profícua colaboração com a República Federal da Alemanha, ressaltam outros instrumentos de maior importância, como o Acordo para Usos Pacíficos da Energia Nuclear. Entretanto, não se deve subestimar o significado e o alcance dos vinte ajustes, em execução, de cooperação técnica entre nossos países, aos quais se juntam os que, hoje, são objetos desta troca de Notas.

Esta cerimônia. Senhor Embaixador, realizada no começo de 1976, prenuncia um novo ano, em que nossos Governos terão freqüentes oportunidades de estreitar ainda mais os laços de amizade e entendimento que nos unem."

embaixador da rfa

"A assinatura de Notas que acabamos de realizar trata de cinco Ajustes ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, que nossos dois Governos concluíram em 30 de novembro de 1963. A existência de tal Acordo Básico, por si só, diz muito pouco sobre a qualidade das relações bilaterais. A base precisa de complementos. Nesse sentido, os Ajustes hoje assinados serão, como os anteriores, os complementos necessários.

Ao procurar um denominador comum para essas cinco trocas de Notas, que por um mero acaso ficaram prontas na data de hoje, eu poderia dizer: elas visam à prorrogação e ao aprofundamento de nossa cooperação em setores onde esta já se mostra muito eficiente, bem como à sua ampliação em um novo setor-chave do desenvolvimento do país."

"Todas as atividades previstas nos Ajustes estão em consonância com a concepção de prioridade do Governo brasileiro, fixada no II Plano Nacional de Desenvolvimento. Trata-se da cooperação em setores-chave, como a cooperação científica, a tecnologia industrial, o desenvolvimento urbano e o cooperativismo no setor da produção agrária.

A esses projetos cabe, a meu ver, uma importância especial pelo fato de serem projetos brasileiros prioritários, nos quais a cooperação alemã tem uma função complementar. A contribuição financeira é modesta, mas os efeitos poderão ser de grande alcance. A República Federal da Alemanha apoia, com recursos pessoais e materiais, a dinâmica própria do Governo brasileiro com vistas ao desenvolvimento econômico, social e político do país.

Proclama-se, nos dias que correm, a necessidade de cooperação econômica internacional. Para conseguir isso, é preciso que todos estejam dispostos à solidariedade e à colaboração em igualdade de direitos. Acredito que estamos mostrando diariamente, na cooperação técnica por nós praticada, assim como no setor científico e industrial, que os resultados poderão ser excelentes na base dessa orientação construtiva das relações internacionais."

itamaraty expõe obras premiadas pela bienal de são paulo

Do discurso de Azeredo da Silveira na inauguração, em 26 de janeiro de 1976, no Palácio Itamaraty de Brasília, da exposição de obras de artistas premiados na XIII Bienal de São Paulo.

"Esta exposição, que hoje inauguramos, e que reúne obras de artistas de diversos países, proporcionará ao público de Brasília a oportunidade de tomar contato com uma seleção de trabalhos representativos das atuais tendências da arte contemporânea mundial.

O caráter internacional desta mostra justifica a sua apresentação nesta Casa, que sempre dedicou particular atenção às relações culturais do Brasil com os países amigos, as quais temos que desenvolver de maneira mais ampla, de modo a proporcionar um intercâmbio de iniciativas e experiências artísticas que contribuam para o melhor conhecimento de nossos universos culturais.

Nesse sentido, a Bienal de São Paulo, que logrou consolidar seu prestígio internacional ao longo de quase três décadas de contínua atividade, atraindo para o Brasil a atenção das artes mundiais, mereceu sempre o apoio do Itamaraty pelo papel que representou como eficaz instrumento de nossa diplomacia cultural."

embaixador da guiana é condecorado no itamaraty

Do discurso do Chanceler Azeredo da Silveira, durante o almoço de despedida e condecoração, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, do Embaixador da Guiana no Brasil, Simeon Neville Selman, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 16 de março de 1976.

"O Brasil acompanha com atento interesse o desenvolvimento das mais jovens nações do Continente e vê com satisfação que o seu aparecimento e fortalecimento vem contribuir para dar mais riqueza e expressão à solidariedade interamericana. Encontramos neles a mesma disposição de entendimento, de respeito mútuo e de zelosa preocupação de não-interferência, que constitui o alicerce das boas relações que tradicionalmente prevalecem no nosso Hemisfério. Sobre tais bases, só podem ser fecundos os esforços que animam a esses Governos de buscar uma solidariedade efetiva e operativa, no plano econômico, como no político, com os demais Governos americanos.

De nossa parte, está no cerne de nossa política externa a intenção de procurar manter com cada um de nossos vizinhos as melhores relações possíveis por acreditar benéfico para nós e para cada um deles que assim procedamos. Acreditamos que o desenvolvimento harmônico é essencial ao equilíbrio social e político no plano hemisférico, como o acreditamos fundamental no plano universal.

O Brasil e a Guiana têm condições para desenvolver de forma mutuamente profícua intensas relações nos campos do comércio e da cooperação econômica, científica e tecnológica. Estou certo. Senhor Embaixador, de que as iniciativas já tomadas por ambos os Governos nesse sentido, e que tanto devem à dedicação de Vossa Excelência, continuarão a frutificar, para benefício de nossos dois povos e de todos os povos da América."

embaixador da colômbia ganha a ordem do rio-branco

Do discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, na cerimônia de despedida e condecoração, com a Grã-Cruz da Ordem do Rio-Branco, do Embaixador da Colômbia no Brasil, Victor G. Ricardo, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 25 de março de 1976.

"Durante o período em que viveu entre nós, pôde Vossa Excelência, Senhor Embaixador Victor G. Ricardo, acompanhar de perto o imenso esforço que vem fazendo o Governo brasileiro, interna e externamente, para levar a cabo a tarefa de desenvolvimento político, econômico e social que tem por meta o bem-estar e o progresso do homem e da coletividade brasileira. Essa tarefa prioritária, pôde Vossa Excelência verificar, a encaramos sempre no contexto da interdependência horizontal entre as nações, em particular entre as nações sul-americanas, cujo desenvolvimento solidário consideramos essencial.

O Brasil, que rejeita qualquer tipo de isolacionismo, atribuiu às suas relações internacionais um sentido universalista, certo de que a criação de uma nova ordem econômica internacional é fundamental para a eficácia e a permanência dos próprios objetivos nacionais de desenvolvimento material e progresso social.

Nesse contexto, é especialmente significativa a ampliação de nossas relações, em todos os campos, com os vizinhos do continente, aos quais estamos mais intimamente unidos e com os quais é mais natural que se desenvolvam vínculos efetivos de colaboração.

Senhor Embaixador,

O Brasil e a Colômbia têm, em virtude da própria realidade geográfica continental, uma identificação permanente. Nos últimos anos, todavia, ganhou impulso uma nova etapa nas relações tradicionalmente fraternas entre os dois países, graças à linha de ação seguida com vistas a explorar, de forma realista, as potencialidades que oferecem ambos os países em termos de cooperação. Refletindo o acerto com que têm sido conduzidas, as relações brasileiro-colombianas atingiram elevado grau de complexidade, caracterizadas pelo substancial incremento de realizações concretas nas áreas econômica, cultural e técnica.

A esse respeito, merece referência a entrada em vigor, em agosto de 1974, do Acordo de Intercâmbio Cultural, celebrado entre nossos dois países. Registro, ademais, como sendo de alto significado para o Brasil e a Colômbia a assinatura do Convênio de Cooperação Técnica sobre Telecomunicações e Serviços Postais, o Convênio de Serviços de Telecomunicações e o Convênio Operacional e de Exploração dos Serviços de Telecomunicações entre a Embratel e a Telecom, todos firmados em 1975.

As relações brasileiro-colombianas se têm igualmente voltado para a identificação de novas áreas onde seja de interesse comum a cooperação bilateral em programas e projetos de envergadura que envolvam a colaboração regional nas zonas de fronteiras.

Creio que essa convergência de interesses tende a ampliar-se, pois é um reflexo do espírito de amizade que preside às relações entre nossos dois países."

ministro argelino das finanças visita o itamaraty

O Ministro das Finanças da Argélia, Smail Mahrough, fez uma visita de cortesia ao Chanceler Azeredo da Silveira, no dia 15 de janeiro de 1976, oportunidade em que trataram de assuntos referentes às relações bilaterais entre os dois países, assim como de outros temas internacionais. O Ministro argelino estava acompanhado do Embaixador da Argélia no Brasil, Ali Lakhdari, e do Chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda do Brasil, Ary Pinto.

Smail Mahrough veio a nosso País convidado pelo Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen. O convite foi formulado durante a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), realizada na Jamaica, de 7 a 10 de janeiro.

viagem do filho do presidente da libéria

O filho do Presidente da República da Libéria, Adolphus Benedict Tolbert, esteve em Brasília no dia 28 de janeiro de 1976, quando entregou ao Chanceler Azeredo da Silveira a mensagem de seu pai, William R. Tolbert, dirigida ao Presidente Ernesto Geisel.

Durante a audiência com Azeredo da Silveira, no Palácio Itamaraty, Adolphus Benedict Tolbert manifestou o interesse da Libéria em obter cooperação técnica brasileira, especialmente nos setores de água, irrigação, estradas de rodagem, infra-estrutura industrial e energia elétrica.

Adolphus Benedict Tolbert veio ao Brasil em viagem de núpcias, que depois se transformou em viagem oficial. Em Brasília, ele teve também uma audiência com o Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, junto a quem sondou a possibilidade de abertura de uma linha de crédito para financiamento de produtos brasileiros destinados à Libéria.

brasil eleito para a junta executiva.do unicef

O Conselho Económico e Social da ONU (ECOSOC) elegeu o Brasil, por aclamação, para ocupar um dos 30 lugares da Junta Executiva do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A eleição se deu em fins de janeiro de 1976 e o mandato brasileiro começará em 1.º de agosto próximo.

A atual composição da Junta é a seguinte: Benin (ex-Daomé), Bolívia, Bulgária, Canadá, República Centro-Africana, Colômbia, Cuba, Egito, Finlândia, França, República Federal da Alemanha, Guiné, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Países Baixos, Paquistão, Peru, Filipinas, Polónia, Ruanda, Suécia, Suíça, Tailândia, Uganda, União Soviética, Grã-Bretanha, Estados Unidos da América e Iugoslávia. O mandato é de três anos.

O UNICEF foi criado por uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1946, com a finalidade de promover a assistência à infância, particularmente nos países em desenvolvimento.

presidente finlandês passa férias no brasil

Em viagem de férias, o Presidente da Finlândia, Urho Kekkonen, de 75 anos de idade, passou 11 dias no Brasil, em fevereiro de 1976. Ele chegou ao Recife no dia 8, acompanhado do secretário particular, do médico pessoal e de quatro empresários norte-americanos.

Após permanecer algumas horas no Recife, seguiu para a Ilha do Bananal, onde ficou hospedado na Fazenda Tapiguara, no Município de Santa Isabel do Morro. Durante sete dias, dedicou-se à pesca no rio Araguaia e, num fim de semana, recebeu a visita do Chefe do Cerimonial do Itamaraty, Embaixador Hélio A. Scarbôto.

No dia 15 de fevereiro, veio conhecer Brasília e aqui foi ciceroneado pelo Embaixador Scarabótolo. De Brasília, rumou para Belém e Manaus, regressando à Finlândia em 19 de fevereiro.

Kekkonen, na Capital amazonense, concedeu entrevista à imprensa, durante a qual admitiu que o Brasil e a Finlândia poderão, no futuro, intensificar as relações comerciais, diplomáticas e culturais.

presidente do senegal faz escala duas vezes em natal

Por duas vezes, no mês de fevereiro de 1976, o Presidente do Senegal, Léopold Senghor, passou por Natal, Capital do Rio Grande do Norte, como escala de sua viagem de 10 dias à Martinica, Haiti e Guadalupe. A primeira ocorreu no dia 9 e a segunda no dia 21, quando pernitoiu em Natal. Em ambas as vezes, Senghor foi recepcionado pelo Governador potiguar, Tarcísio de Vasconcelos Maia, e pelo Embaixador brasileiro em Dacar, João Cabral de Melo Neto.

No dia 21, o Presidente do Senegal participou de um jantar para 60 pessoas, oferecido pelo Governador Tarcísio de Vasconcelos Maia nos jardins do Palácio Potengui. Ainda nesse dia, assistiu a uma apresentação de danças folclóricas do Rio Grande do Norte e da Escola de Samba Malandros do Morro.

A visita de Senghor foi preparada pelo Itamaraty, pelo Governo potiguar e pelo Embaixador senegalês no Brasil, Simon Senghor, sobrinho do Presidente. Pouco antes de regressar a seu país, no dia 22, Léopold Senghor concedeu entrevista à imprensa e foi presenteado pelo Governador Tarcísio de Vasconcelos Maia com um casal de papagaios.

brasil envia auxílio às vítimas dos terremotos na guatemala

Medicamentos, plasma, roupas, sapatos, alimentos, tendas de lona e camas de campanha em grande quantidade foram enviados pelo Brasil, em fevereiro de 1976, às vítimas dos terremotos da Guatemala. O material — cujo valor ultrapassou um milhão de cruzeiros — foi transportado por aviões da Força Aérea Brasileira (FAB).

Logo que tomou conhecimento dos terremotos, o Presidente Ernesto Geisel telegrafou ao Presidente guatemalteco, General Kjell Eugênio Laugerud Garcia, manifestando seu pesar. Do mesmo modo, e no mesmo

sentido, o Chanceler Azeredo da Silveira mandou telegrama ao Ministro das Relações Exteriores da Guatemala, Adolfo Molina Ovantes.

O Presidente Geisel, antes de receber qualquer apelo formal por parte da Embaixada da Guatemala no Brasil, determinou ao Chanceler Azeredo da Silveira a coordenação da assistência brasileira aos flagelados. Azeredo da Silveira solicitou, então, a colaboração do Ministério do Interior, que, por intermédio do Grupo Especial de Auxílio às Calamidades Públicas (GEACAP), incumbiu-se da coleta e despacho do material. O transporte coube ao Ministério da Aeronáutica.

Outros órgãos também colaboraram, entre os quais, o Ministério da Saúde e a Central de Medicamentos (CEME), do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Os tremores de terra na Guatemala começaram em 4 de fevereiro — quando houve o mais violento — e se prolongaram por vários dias. Em menos de uma semana, foram conseguidas, no Brasil, toneladas de material de socorro. A primeira remessa seguiu no dia 10 e a segunda, no dia 13.

conferência das nações unidas sobre estabelecimentos humanos

O Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Estabelecimentos Humanos — Habitat, Enrique Peñalosa, visitou Brasília em fevereiro de 1976, com o objetivo de manter contatos com autoridades brasileiras encarregadas da política urbana e habitacional. Enrique Peñalosa trouxe informações sobre o andamento dos preparativos da Conferência, que será realizada em Vancouver, Canadá, de 31 de maio a 11 de junho deste ano.

Peñalosa chegou à Capital Federal no dia 12 de fevereiro e se avistou com os Ministros das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, e do Interior, Maurício Rangel Reis, com o presidente do Banco Nacional da Habitação, Maurício Schulman; e com o coordenador nacional da Conferência de Vancouver, Paulo Henrique da Silva Tupper. Ainda em Brasília, foi homenageado pelo Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, com um almoço no Palácio Itamaraty.

A Conferência de Vancouver destina-se, sobretudo, ao estudo e à análise dos programas e tecnologias aplicáveis à habitação humana. O Brasil é membro do Comitê Preparatório da Conferência e vem participando ativamente dos trabalhos de organização. O Governo brasileiro enviou representantes à primeira reunião do Comitê efetuada em janeiro de 1975; à reunião regional de Caracas, em junho de 1975; e à primeira reunião reconvocada do Comitê, em Nova York, em agosto último. Representantes brasileiros compareceram, também, à reunião preparatória da Conferência, em janeiro passado.

inauguração da ponte internacional da barra do quaraí

O Ministro dos Transportes do Brasil, Dyrceu Nogueira, e do Uruguai, Eduardo Crispo Ayala, inauguraram, no dia 19 de fevereiro de 1976, a nova Ponte Internacional da Barra do Quaraí, ligando a localidade brasileira de Quaraí a Bella Unión, no Uruguai. A ponte está situada numa área cujo potencial faz prever, para breve, a ampliação das trocas comerciais brasileiro-uruguaias.

Na solenidade de inauguração, o Ministro Oyrceu Nogueira declarou que "o Governo do Brasil, atento ao desejo unânime dos povos americanos de integração continental, tem feito todos os esforços no sentido de abrir estradas básicas que interliguem o Brasil aos estados vizinhos".

Por sua vez, o Ministro Eduardo Crispo Ayala afirmou: "Temos batalhado, há muito tempo, com obstinada dedicação, para chegar à meta desejada, que é a de aproximar os países vizinhos, convencidos, como estamos, de que integramos um mesmo núcleo, com análogos propósitos, com fins idênticos, para criar um clima propício a um melhor intercâmbio de produtos, que permita a colocação, fora do território, de nossas mercadorias, em condições economicamente aceitáveis, menos onerosas."

A ponte foi construída pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) em cumprimento ao disposto no Acordo por troca de Notas formalizado pelos Governos do Brasil e do Uruguai, em 21 de julho de 1972. Sua construção se insere no espírito e na letra do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, celebrado entre os dois países em Rivera, em 12 de junho de 1975, o qual prevê, entre outras coisas, a intensificação da cooperação bilateral no setor da integração territorial.

Com extensão de 673 metros, a ponte — erigida sob os mais modernos padrões de segurança — é formada por dois encontros vazados, em concreto normal de 16 metros cada, e dezenove vãos, em concreto protendido, de 33 metros cada. O tabuleiro mede 13,5 metros de largura, com pistas de rolamento de mais de oito metros. A ponte tem dois passeios laterais, com 2,65 metros cada um, dotados de sistema de proteção aos pedestres. Sua entrega à população complementa o conjunto de obras de engenharia que unem regiões brasileiras e uruguaias, objeto dos trabalhos da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia sobre Uso e Conservação de Pontes Internacionais. As obras da nova Ponte Internacional da Barra do Quaraí começaram em fevereiro de 1974.

diretor da imco abre escritório da organização no rio

O secretário-geral da Organização Consultiva Marítima Intergovernamental (IMCO), o indiano Chandrika Sri-

vastava, visitou o Brasil no período de 13 a 19 de março de 1976, para inaugurar o Escritório Regional da IMCO no Rio de Janeiro (o primeiro fora da sede, que fica em Londres) e para estabelecer contatos oficiais com autoridades brasileiras, entre elas o Ministério das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira.

Em Brasília, onde passou o dia 17 de março, além do contato com o Chanceler brasileiro, Chandrika Srivastava foi homenageado pelo Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, com um almoço no Palácio Itamaraty. Manteve, também, audiências com os Ministros das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira; dos Transportes, Dyrceu Araújo Nogueira; do Interior, Maurício Rangel Reis.

No dia 18 de março, no Rio de Janeiro, Chandrika Srivastava instalou o Escritório Regional da IMCO (cuja competência se estende a toda a América Latina) e teve audiência com o Ministro da Marinha, Geraldo Azevedo Henning. Depois visitou o superintendente da Sunamam (Superintendência Nacional da Marinha Mercante), Manoel Abud, o Diretor de Portos e Costas, Vice-Almirante Newton Braga de Faria; e o Centro de Pesquisas Oceanográficas da Marinha. Ainda no Rio, avistou-se com armadores e construtores navais brasileiros.

um representante do itamaraty no conselho nacional do cinema

O Ministério das Relações Exteriores terá um representante no Conselho Nacional do Cinema (Concine), órgão criado pelo Decreto n.º 77.299, de 16 de março de 1976, que será o responsável pela orientação normativa e fiscalização das atividades relativas a cinema em todo o território nacional. O Concine ficará subordinado diretamente ao Ministério da Educação e Cultura.

Além de um representante do Itamaraty, o novo órgão será integrado por elementos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e dos seguintes Ministérios: Educação e Cultura, Justiça, Indústria e Comércio, Fazenda e Comunicações, indicados pelos respectivos Ministros de Estado. Dele também farão parte os diretores-gerais da Empresa Brasileira de Filmes S/A (Embrafilme) e do Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, e três representantes de setores de atividades cinematográficas indicados pelo Ministro da Educação e Cultura, sendo um de produtores, um de exibidores ou distribuidores e um de realizadores.

O Decreto n.º 77.299 permite ao Concine assinar convênios e contratos com entidades públicas e privadas para a realização de estudos, pesquisas e levantamentos cinematográficos.

Entre outras, serão atribuições do Conselho Nacional do Cinema: assessorar o Ministro da Educação e Cul-

Airton Soares (MDB-São Paulo) — Sequestro do brasileiro Sidney Fix Marques na Argentina. **DCN** n.º 6/11-3-1976/Seção I.

Geraldo Guedes (ARENA-Pernambuco) - Direitos humanos. **DCN** n.º 9/16-3-1976/Seção I.

Antônio Carlos (MDB-Mato Grosso) - Garantia de vagas nas universidades para alunos brasileiros que regressem do exterior. **DCN** n.º 13/20-3-1976/Seção I.

Carlos Santos (MDB-Rio Grande do Sul) — Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. »CN n.º 14/23-6-1976/Seção I.

Milton Steinbroch (MDB-Rio de Janeiro) - Solicita informações. **DCN** n.º 14/23-3-76/Seção I.

Seção Mista

Álvaro Valle (ARENA-Rio de Janeiro) - Viagens do Presidente Geisel ao exterior. **DCN** n.º 14/23-3-76/Seção I.

Índice

síntese	5
geisel: nossa diplomacia é instrumento de progresso e segurança trecho sobre política externa extraído da mensagem presidencial ao congresso nacional	7
itaipu, exemplo de trabalho conjunto discurso do presidente geisel no encontro com o presidente do paraguai, alfredo stroessner, em presidente prudente	17
stroessner destaca a importância dos contatos freqüentes discurso de stroessner no encontro com geisel, em presidente prudente	18
brasil e grã-bretanha: uma reavaliação permanente da realidade mundial discurso de azeredo da silveira ao subsecretário britânico das relações exteriores, edward rowlands, e agradecimento do visitante	21
a problemática norte-sul reflete-se na oea discurso do chanceler brasileiro ao secretário-geral da oea, alejandro orfila	23
a visita do chanceler francês, jean sauvagnargues introdução à visita do ministro dos negócios estrangeiros da França ao Brasil	25
vocação universalista, um ponto comum ao Brasil e à França discurso de azeredo da silveira no banquete que ofereceu a sauvagnargues	26
sauvagnargues: a geografia nos separa, o destino nos aproxima discurso do chanceler francês no banquete oferecido por silveira	27
o primeiro encontro da grande comissão discurso do chanceler brasileiro no encerramento dos trabalhos da grande comissão Brasil-França	29
no comunicado conjunto, a mesma concepção dos valores ocidentais comunicado conjunto de imprensa sobre a visita de sauvagnargues	30

acordo de comércio inicia cooperação com bangladesh	
discursos de silveira e do embaixador mustafa kamal, na assinatura do acordo de comércio brasil-bangladesh	33
kissinger afirma que o brasil desponta como potência	
introdução à visita do secretário de estado norte-americano ao brasil	35
a saudação na chegada a brasília	
declarações de kissinger ao desembarcar na capital federal	36
ampliar a cooperação, reduzir ou eliminar as divergências	
discurso do chanceler brasileiro no banquete que ofereceu a kissinger	37
dois países em busca de uma ordem econômica mais equânime	
discurso de kissinger no banquete oferecido por silveira	40
o diálogo assume formas operativas	
discurso do chanceler brasileiro na assinatura do memorandum de entendimento	45
relações brasil-eua podem significar muito para a paz e o progresso	
discurso de kissinger na assinatura do memorandum de entendimento	46
memorandum estabelece consultas políticas	
texto do memorandum de entendimento brasil-estados unidos	48
criar tecnologia própria, a opção dos menos desenvolvidos	
discurso de silveira ao diretor-geral da unesco, amadou mahtar m'bow	51
brasil contribui para a posição da unesco no mundo	
discurso do diretor-geral da unesco a silveira	52
relações com a mauritânia ficam mais estreitas	
discurso do chanceler azereado da silveira ao condecorar o ministro dos transportes e da indústria e comércio da mauritânia. agradecimento do visitante e um relato sobre sua estada no brasil	55
sentimento brasileiro repudia a discriminação racial	
discursos de silveira e do presidente do supremo tribunal federal na comemoração do dia internacional para a eliminação da discriminação racial	57
entre brasileiros e franceses, uma comunhão de ideais	
saudação do ministro da educação e cultura, ney braga, ao ministro francês da cultura, michel guy	61
comissão mista fortalece laços com os senegaleses	
discurso de silveira e do ministro senegalês do desenvolvimento industrial e do meio ambiente, na instalação dos trabalhos da comissão mista brasil-senegal	63
itamaraty recebe a primeira missão da guiné-bissau	
discurso do chanceler brasileiro ao condecorar os membros da primeira missão da guiné-bissau, que visitou o brasil, agradecimento do comissário josé aráujo	67

cooperação, formação profissional e assistência técnica	
comunicado do itamaraty à imprensa sobre a visita da missão da guiné-bissau	AO
contatos com outros países não afetam relações brasil-américa latina	
entrevista do chanceler brasileiro à upi	71
a visão que tem o brasil de seu lugar no mundo	
conferência de azeredo da silveira no seminário do financial times , no rio	73
relações diplomáticas	
novos postos brasileiros no exterior	7c
estabelecimento de relações com o reino do nepal	79
concessão de agrément	79
designação de embaixadores brasileiros	80
entrega de credenciais	99
intercâmbio cultural	
tailândia concede bolsas de estudo	81
áustria oferece estágio a médicos brasileiros	81
relações comerciais	
primeira missão comercial de moçambique faz contatos no rio e em são paulo	83
itamaraty recebe o diretor da organização internacional do cacau	83
artigos brasileiros na feira de toronto	83
técnicos sauditas estudam negócios no brasil	84
brasil expõe produtos na capital da líbia	84
brasília e lima expandem seu fluxo comercial	84
zâmbia envia ministro para contatos comerciais	85
produtos brasileiros numa feira de 811 anos	85
vendas do brasil ao canada batem recorde	86
tratados, acordos, convênios	
cinco ajustes complementam acordo de cooperação brasil-rfa	
ajuste sobre o envio de peritos alemães para elaboração de um plano de desenvolvimento integrado da região metropolitana de porto alegre	87
ajuste sobre a atuação de um perito alemão no setor de urbanismo e habitação no rio de janeiro	89
ajuste sobre assessoramento técnico-agrícola alemão à cooperativa agropecuária petrópolis, em nova petrópolis, no rio grande do sul	89

ajuste de colaboração no campo do desenvolvimento florestal entre a universidade de Curitiba e a universidade de freiburg	90
ajuste sobre envio de cientistas alemães ao centro tecnológico de minas gerais (cetec), em belo horizonte, para cooperação no campo do tratamento de minério e produção de metal	91
impulso ao comércio brasil-bangladesh	
acordo de comércio	92
anexo a (lista de mercadorias exportáveis de bangladesh para o brasil)	93
anexo b (lista de mercadorias exportáveis do brasil para bangladesh)	94
convênio constitutivo do sela	94
comércio brasileiro-polonês será ampliado	
protocolo de cooperação econômica e comercial brasil-polônia	100
cooperação comercial, industrial e técnica entre brasil e mauritânia	
protocolo comercial brasil-mauritânia	101
cooperação brasil-senegal em economia, técnica e cultura	
projeto de programa de ação para 1976 entre brasil e senegal	102
promulgação e aprovação de acordos	
atos diplomáticos promulgados	103
atos diplomáticos submetidos ao congresso nacional	104
 comunicados e notas	
visita de shigeaki ueki ao japão	105
brasil e França debatem transporte marítimo	105
geisel confirma visita à França e ao reino unido	106
atividades políticas de imigrantes portugueses	106
contribuição brasileira para a hidrelétrica de palmar	106
salvaguardas nucleares brasil-rfa-aiea são aprovadas por unanimidade	107
ministro polonês vem diversificar comércio Brasília-Varsóvia	107
 excertos e ênfases	
condecoração de diplomata argentino	109
rfa coopera com cinco projetos brasileiros	110
itamaraty expõe obras premiadas pela bienal de São Paulo	110
embaixador da Guiana é condecorado no Itamaraty	111
embaixador da Colômbia ganha a Ordem do Rio Branco	111
 mensagens	
morte de Chou En-lai	113

dia mundial da paz	113
sesquicentenário do estabelecimento de relações diplomáticas brasil-santa sé	113

notícias

ministro argelino das finanças visita o itamaraty	115
viagem do filho do presidente da libéria	115
brasil eleito para a junta executiva do unicef	115
presidente finlandês passa férias no brasil	115
presidente do senegal faz escala duas vezes em natal	116
brasil envia auxílio às vítimas dos terremotos na guatemala	116
conferência das nações unidas sobre estabelecimentos humanos	116
inauguração da ponte internacional da barra do quaraf	117
diretor da imco abre escritório da organização no rio	117
um representante do itamaraty no conselho nacional do cinema	117
oms considera modelar a campanha brasileira de vacinação contra a meningite	118
bitributação brasil-japão tem novos documentos	118

congresso nacional

discursos no senado federal	119
discursos na câmara dos deputados	119

